



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLITICA – PPGCP

FIDEL TERCENIANO

COMPETIÇÃO POLITICA E GEOGRAFIA ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE
(1994-2014)

Belém-Pará, 2016

FIDEL TERECIANO

**COMPETIÇÃO POLÍTICA E GEOGRAFIA ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE
(1994-2014)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza

Belém-Pará, 2016

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA**

Terenciano, Fidel, 1990-

Competição política e geografia eleitoral em Moçambique (1994-2014) / Fidel Terenciano. - 2016.

Orientador: Carlos Augusto da Silva Souza. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2016.

1. Geografia política-Moçambique. 2. Eleições-Moçambique. 3. Moçambique-Política e governo. 4. Partidos políticos-Moçambique. 5. Ciência política. I. Título.

CDD 22. ed. 320.409679

FIDEL TERCENIANO

**COMPETIÇÃO POLÍTICA E GEOGRAFIA ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE
(1994-2014)**

Dissertação defendida e aprovada em 18/07/2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Orientador
PPGCP – UFPA

Prof^a. Dra. Eugênicia Rosa Cabral
Examinadora Interna
PPGCP - UFPA

Prof^a. Dra. Maria do Socorro Souza Braga
Examinadora Externa
PPGPol - UFSCar

Prof^a. Dra. Maria Dolores Lima da Silva
Examinadora Interna (Suplente)
PPGCP - UFPA

Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira
Examinador Interno (Suplente)
PPGCP - UFPA

DEDICATÓRIA

Ao meu irmão Edelson Alves Terenciano –
Mano Deva (*In memoriam*), e aos meus pais,
Terenciano Lauia e Ana Rosa Salustiano
Muchichere.

AGRADECIMENTO

Muitos foram os que direta e indiretamente ajudaram na consecução dos propósitos deste trabalho árduo. Primeiramente pretendo agradecer à DEUS, por tudo que proporciona em minha vida. A saúde, a sabedoria, o esforço e a coragem. Obrigado meu Deus por todas estas bondades que tens me proporcionado!

Agradeço aos meus pais, Terenciano Lauia e Ana Rosa Muchichere, por fazerem crescer este menino, que mesmo sem saber as pegadas que seguiria, acreditaram que poderia. Desafiaram uns, confrontaram outros, mas, sempre com intuito de me proteger.

Notadamente, agradeço ao meu irmão Edelson Alves Terenciano (*in memoriam*) **por que partiste?** No momento em que estava escrevendo este texto, você perdeu a vida tragicamente, quando estive quase na vereda de desistir o desenvolvimento deste trabalho, mas a sua força espiritual esteve cada vez mais me puxando, dizendo: não puto, não Fidel, continue. Você ficou neste mundo dos homens! Continue fazendo o que sempre pedi: ESTUDAR. Para muitos, você foi Edelson Alves Terenciano, mas para mim, sempre foste (Mano Deva), homem forte, com coragem, que encarou muita coisa e lutou quase sozinho para me ver crescendo, acreditou em mim, pois eu era seu orgulho e tinha total esperança que nosso futuro seria brilhante. Mas, infelizmente, foste drasticamente! Espero que tenhas um descanso eterno e vou crer que te vejo dentro de instantes onde queres que estejas. Até sempre **“Mano DEVA”!**

Agradecimento profundo vai para alguns professores que, de forma direta, contribuíram no alcance deste desejável nível, destacando, o meu Orientador, PhD Carlos Souza, mais do que um professor, foi meu pedagogo, confiou em mim em todos os níveis, me fez crer que eu sabia alguma coisa na Ciência Política, e sei que não mereces que eu esqueça você, hoje e sempre. Aos professores do PPGCP, Professor Celso, Professora Dolores, Marise, e Eugênia, e especialmente ao Professor Edir Veiga, que soube me ensinar como deveria ser, como fazer as coisas em uma academia; Como ser um estudante no Brasil em uma Pós Graduação, e as diversas maneiras de sair-se dos problemas que emanam todos os estudantes de qualquer grau que seja. Ao PPGCP e de maneira especial as duas melhores secretárias (Delice e Ana),

aos Bolsistas, bem como aos funcionários eméritos – Artur e Francisco, vocês foram à família que me amparou na UFPA. Dois professores que, mesmo distante, estão me dando força e azo, dão-me diretrizes e caminhos a trilhar, falo do PhD. José Macuane e PhD. Luís de Brito. Vocês são o adágio a seguir na vida acadêmica.

As minhas estrelas e razão da minha felicidade, as melhores filhas “Ana Rosa, Anakelvia e ao abduzido Mildó”; As minhas irmãs Felizarda, Rita, Ancha, únicas mulheres que tenho com amparo de irmãs. Aos irmãos e homens de combate, Mano Tony, José (Jeff), Edimilson, Helder, Toby e ao caçula Richard que mesmo distante, acreditaram que mano Fidel estava estudando em prol do futuro, quiçá melhor para a família.

Agradeço a minha mãe (Mãe Tima), e aos tios/as (Tia Estefânia, Tia Victoria – *in memorian*; Tio Pascoal – *in memorian*, e Tio Luís) e os demais que não consegui mencioná-los. Não posso esquecer-me da família que me recebeu no Brasil: a Jorgiene, sua mãe e meu amigo Junior, vocês foram uma família na diáspora. A vossa gentileza, aconchego, familiaridade e amparo levarei comigo para o resto da vida.

Aos meus sinceros amigos, Ocassimo, Abacar, Ndugo, Nanomba, Duprom, Israel, Borris, Zito, Acrísio, Inácio e Carmén. Ao Mano Rubens, por tudo que fez por mim, censuras, ensinamento, em todos os momentos que vivemos juntos, desde a bola, até as críticas construtivas quando íamos “furar” a fila no (RU) após uma aula. Foste a pessoa que me encorajou a aguentar todo tipo de pressão que vivemos na academia no Brasil em Belém. Obrigado por tudo mano. Foste mais do que um simples colega no PPGCP. Aos colegas da turma, Mano Daniel, Mano Claudio, a Mary, Alessandra, Robson, os gêmeos Wanglês e Wilcléa, a Ruth, Mayaní, e todos outros que não pude listá-los. E a ti, Landa (Orlanda), pelo conforto e por acreditares em mim. És um amparo que sempre precisei e precisarei!

Obrigado a todos!

EPÍGRAFE

[...] Existem territórios nas quais um determinado partido tem um predomínio relativo muito pequeno, e há regiões nas quais se manifesta com clareza a influência de dois ou mais partidos, que não têm uma preponderância clara. A estrutura eleitoral simples se vê nos grupos de regiões onde predominam os partidos diferentes, e cada partido tem seu núcleo geográfico eleitoral, que é o território com o apoio mais alto e garantido [...] (TUROVSKII 1999, p. 371).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo de investigação analisar os fatores que determinam a distribuição da competição política e geografia eleitoral em Moçambique, entre 1994-2014. A democracia multipartidária em Moçambique começou a partir de 1990, quando a Assembleia Popular aprovou a nova Constituição da República, que mudou a configuração do sistema político de partido único para o multipartidarismo, o que permitiu o surgimento de outras agremiações políticas e estabeleceu legalmente a competição política-eleitoral. A metodologia do estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre a competição política e geografia eleitoral, desenvolvidas por Duverger (1950), Key (1955), Fleischer (1976), Sartori (1982), Siegfried (1995), Ames (2003), Souza (2006), seguida da pesquisa dos dados secundários dos eleitorais oficiais das eleições de 1994 a 2014, que possibilitaram a articulação, organização, mensurando e análise dos dados e demonstração gráfica da geografia da competição eleitoral em Moçambique. A pesquisa seguiu a abordagem institucionalista, que compreendeu que as instituições importam e determinam a competição política e a geografia eleitoral em Moçambique. Os resultados da pesquisa evidenciam que as raízes sociais dos partidos políticos (FRELIMO e RENAMO) assim como o fato do partido RENAMO e o partido FRELIMO serem os principais atores que controlam a instituição de gestão eleitoral desde 1994, explica a distribuição da competição política e o mapa da geografia eleitoral em Moçambique.

Palavras-chave: Moçambique, Eleições, FRELIMO, RENAMO, Geografia Eleitoral, Competição Política.

ABSTRACT

This study examines the determinants of the distribution of political competition and electoral geography in Mozambique, between 1994-2014. The multi-party democracy in Mozambique started from 1990 when the People's Assembly approved the new Constitution that changed the configuration of the one-party political system to a multiparty system, which allowed the emergence of other associations policies and legally established competition Political - election. The methodology of the study was based on a bibliographical research on political competition and electoral geography, developed by Duverger (1950), Key (1955), Fleischer (1976), Sartori (1982), Siegfried (1995), Ames (2003), Souza (2006), followed by secondary data research of election officers election of 1994 to 2014, which enabled the articulation, organization, measuring and analysis of data and graphic demonstration of the geography of electoral competition in Mozambique. The search followed the institutionalist approach, which understood that institutions matter and determine the political and electoral geography competition in Mozambique. The survey results show that the social roots of political parties (FRELIMO and RENAMO) as well as the fact that RENAMO and the FRELIMO party being the main actors who control the electoral management institution since 1994, explains the distribution of political competition and the map of electoral geography in Mozambique.

Key-words: Mozambique, Elections, FRELIMO, RENAMO, Electoral Geography, Politics Competition.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação e Abstenção Eleitoral em Moçambique	39
Gráfico 2: Partidos e Assentos no Congresso Moçambicano (1994-2014).....	42
Gráfico 3: Composição da Instituição de Gestão Eleitoral 1994-2014.....	64
Gráfico 4: Abstenção Eleitoral, Votos Nulo e em branco em Moçambique (1994).....	87
Gráfico 5: Abstenção Eleitoral, Votos Nulo e em branco em Moçambique (1999).....	88
Gráfico 6: Abstenção Eleitoral, Votos Nulo e em branco em Moçambique (2004).....	90
Gráfico 7: Abstenção Eleitoral, Votos Nulo e em branco em Moçambique (2009).....	91
Gráfico 8: Abstenção Eleitoral, Votos Nulo e em branco em Moçambique (2014).....	92

LISTA DE TABELAS, QUADROS e FÍGURA

Tabela 1: Resultados Eleitorais dos Partidos FRELIMO e RENAMO (1994-2014).....	36
Tabela 2: Percentual do Desempenho Eleitoral da FRELIMO e RENAMO em relação ao total dos votos nas regiões de Moçambique (1994-2014)	72
Quadro 1: Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique (1994-2014).....	59
Quadro 2: Partidos Politicos Existentes em Moçambique	60
Fígura 1: Escolhas Institucionais e atores políticos em Moçambique (desde 1994) ...	62
Fígura 2: Mapa de Moçambique: Divisão das Provincias.....	71
Fígura 3: Distribuição da dominância dos partidos nas regiões de Moçambique (1994-2014)	73

LISTA DE SIGLAS

AGP	Acordo Geral de Paz
CNE.....	Comissão Nacional de Eleições
FRELIMO.....	Frente de Libertação de Moçambique
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
PALMO.....	Partido Liberal e Democrático de Moçambique
PANAMO	Partido Nacional de Moçambique
PANADE	Partido Nacional Democrático
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RENAMO-UE	Resistência Nacional Moçambicana – União Eleitoral
STAE.....	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
UD	União Democrática

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTO.....	ii
RESUMO.....	ii
LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
LISTA DE TABELAS, QUADROS e FÍGURA.....	i
LISTA DE SIGLAS	ii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	11
QUADRO TEÓRICO: O Estado da Arte.....	11
1.1. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário: Debate teórico.....	12
1.2. Do Sistema Eleitoral ao Sistema Partidário.....	17
1.3. Geografia Política e Eleitoral.....	22
1.3.1. Geografia Política	22
1.3.2. Geografia Eleitoral e Competição Política	25
1.4. CONCEITOS.....	29
CAPÍTULO 2	31
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	31
2.1. Desenho da Pesquisa	31
2.2. Variáveis de Análise.....	32
2.2.1. Dependente:.....	32
2.2.2. Independente:.....	32
2.3. Base de Dados.....	32
Verificação de Hipótese 1	34
Verificação da Hipótese 2:	35
CAPÍTULO 3	36
3. DESCRIÇÃO E ANALISE DOS RESULTADOS	36
3.1. Metamorfoses da Democratização de Moçambique	36
3.2. Da história política à transição para Democracia Multipartidária.....	40

3.3.	Raízes Sociais dos Partidos Políticos em Moçambique.....	42
3.3.1.	Raízes Sociais do partido FRELIMO	43
3.3.2.	Raízes Sociais do partido RENAMO: Origem da RENAMO	48
3.3.2.1.	Bases Sociais da RENAMO	51
3.3.3.	Raízes Sociais da Coligação União Democrática.....	52
3.3.4.	Raízes Sociais do Partido Movimento Democrático de Moçambique.....	54
3.4.	Estrutura e Controle das Instituições de Gestão Eleitoral	56
3.4.1.	Sistema Eleitoral e Sistema Partidário de Moçambique	56
3.4.2.	Partidos Políticos em Moçambique	59
3.4.3.	Natureza das Instituições de Gestão Eleitorais em Moçambique	61
3.4.4.	Estrutura e Composição da Instituição de Gestão Eleitoral 1994-2014	63
	CAPÍTULO 4	69
4.	FORÇA ELEITORAL DO PARTIDO FRELIMO e RENAMO.....	69
4.1.1.	Geografia da Força Eleitoral da FRELIMO e RENAMO.....	73
4.2.	Abstenções, votos brancos e nulos nas regiões de apoio dos partidos FRELIMO e RENAMO	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Este estudo, intitulado Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique, no período de 1994 a 2014, traz uma proposta de investigação sobre a distribuição da competição e geografia eleitoral do campo político em Moçambique entre os dois partidos: Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Importa ressaltar que o primeiro trabalho realizado em Moçambique sobre esta temática foi em 1995, onde se discutia a cartografia eleitoral em Moçambique e acrescido pelo artigo sobre comportamento eleitoral nas primeiras eleições em Moçambique do autor De Brito (1995a). Assim, a presente pesquisa se revela como sendo a primeira que vai analisar a dimensão que inclui não só a geografia (cartografia) eleitoral, mas também a sua relação com a competição eleitoral.

A democracia multipartidária em Moçambique começou, de fato, a partir de 1990, quando a Assembleia Popular aprovou uma nova Constituição da República, mudando o sistema político-eleitoral, até então unipartidário, para um sistema multipartidário e começavam a existir condições para pôr fim a guerra civil, de 1976-1992, cujo apogeu foi à assinatura do Acordo Geral de Paz na cidade Italiana de Roma, em 1992¹, o que levou a formação de novas agremiações políticas e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994. A partir desta nova configuração, foram realizadas nove eleições sob a égide de um sistema competitivo multipartidário, das quais cinco foram para executivo e legislativo – 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014 e quatro foram municipais - 1998, 2003, 2008 e 2013.

Desde 1994, o Partido conhecido como Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vem ganhando sucessivamente as eleições, sendo o

¹ O Acordo Geral de Paz de Roma foi um acordo entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO (movimento rebeldes), que era o movimento de resistência, considerada como desestabilizador do País, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992. Este acordo, foi assinado em Roma, na Cidade Italiana, em 4 de outubro de 1992. Salientar que este acordo, seguia sobremaneira a viragem da página da história política de Moçambique, a par da nova Constituição de 1990, que permitia por Lei, a existência de novas agremiações políticas e uma democracia nos moldes eleitoralista.

partido vencedor em todas as eleições executivas² e também conquistando a maioria dos assentos no Legislativo Moçambicano. Todavia, apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o campo político Moçambicano, mostra-se distribuído por zonas de dominação dos dois principais partidos, que conforma a geografia política e eleitoral do País, da seguinte maneira: o Partido FRELIMO domina todas as províncias da zona Sul do País e o Extremo-Norte, inversamente a RENAMO domina a Zona Central e Centro-Norte do País. Este cenário vem cada vez mais se consolidando desde as primeiras eleições de 1994, porém, com maior notoriedade em 1999, onde houve um equilíbrio entre os dois partidos (DE BRITO, 2014, p: 31).

Do ponto de vista do espaço e do tempo, a investigação incluiu a análise da distribuição da competição eleitoral em Moçambique, seguindo os processos eleitorais até então realizadas em Moçambique. A escolha da totalidade dos pleitos eleitorais (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) buscou harmonizar o desdobramento da competição política e eleitorais em cada pleito, analisadas conjuntamente com a geografia eleitoral, para melhor compreender a existência de tendências e similaridades nas configurações da competição política em Moçambique.

PROBLEMA DE PESQUISA

O sistema eleitoral influencia na organização política e partidária e na composição parlamentar, nas instituições bem como a orientação política do regime político, como um todo. Em qualquer sociedade de democracia eleitoral (FIGUEIREDO, 2008), as eleições vistas como um processo pelo qual as

²Apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o maior partido da Oposição, a RENAMO, nunca reconheceu oficialmente os resultados de todas as eleições até então realizadas, como tal, o Líder Afonso Dhlakama, tem sucessivamente contestando os resultados eleitorais e as vitórias a favor do candidato e o partido FRELIMO, alegando a fraude e falta de transparência na gestão do processo eleitoral. Se bem que há dúvidas, ao menos as eleições de 1999, há ainda mais margens de dúvida. Por quê? Porque naquelas eleições, houve centenas de milhar de votos da Zambézia e Nampula (regiões que compõem os dois maiores círculos eleitorais do País e particularmente favoráveis à RENAMO), que não foram contabilizados, Dhlakama, teve 2 133 665 votos (48%), contra 2 338 333 votos (52%) para Chissano, do partido FRELIMO que conseguiu se reeleger. Mas em uma situação deixa duvidosa, visto que os votos que não foram contabilizados (quase 300 000 mil votos), em si, correspondiam a 8% do total da votação. Sendo a uma região de domínio da RENAMO, permite ainda mais dúvidas se o candidato da oposição não teria realmente ganho as eleições (DE BRITO, 2014; HANLON, 2000).

populações escolhem, hipoteticamente, os seus representantes, são administradas por um conjunto de regras e princípios que é o sistema eleitoral.

Em Moçambique, Carrilho (1995) De Brito (2010) Macuane (2000) explicam que após o Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, Moçambique adota uma democracia multipartidária. O processo de escolha desta forma de democracia foi algo quase que natural, mas a escolha do sistema eleitoral gerou muitas discussões no seio dos partidos que vinham de uma desconfiança extrema após a guerra civil. Como consequência adota-se o sistema de representação proporcional de lista fechada.

A constituição da República de Moçambique de 1990, previu um sistema eleitoral majoritário, como corolário do Acordo Geral de Paz (DE BRITO, 2010). Mesmo com as dúvidas do que poderia ser o multipartidarismo num país onde a guerra dividiu e arruinou quase tudo, acolheu-se o pluralismo político o que levou a instalação da democracia multipartidária representativa. Por meio disso, a Assembleia da República monopartidária decide, então, que para as eleições presidências e legislativas, usar-se-á o sistema de maioria, pois a preocupação era de dar ao País um parlamento não fragmentado e um executivo coeso e forte (CARRILHO, 1995, p. 142). Naquela época, tanto o partido RENAMO assim como outros partidos não armados, convenceram-se de que a FRELIMO escolheu o sistema de maioria por lhe ser favorável e pelo fato de este sistema permitir que uma vez proclamado certo partido como vencedor, num dado distrito eleitoral, o mesmo partido leva tudo (idem). O partido RENAMO que é um dos atores chaves no processo de democratização conseguiu substituir em 1994, o sistema de maioria previsto no protocolo III, do AGP, para adoção do sistema de representação proporcional (CARRILHO, 1995, p. 142) de listas fechadas³ e o processo de transformação dos votos em assentos parlamentares é feito até hoje com base no método D´hondt⁴.

³ Artigo 109, nº 1, da Lei Eleitoral de 1992.

⁴ O método D´hondt ou simplesmente series de divisores d´Hondt é uma fórmula de divisores eleitorais usada na distribuição de assentos parlamentares em sistemas de representação proporcional. A ideia pelo qual foi concebido o método é de que os votos obtidos por cada partido devem ser sucessivamente divididos pelos números naturais que constituem uma serie continua – 1, 2, 3, 4, etc., até que o divisor corresponda ao número de representantes a eleger na circunscrição. Mais detalhe veja em: TAVARES, J (1994); NICOLAU, J. (2004).

Porque a democracia mesmo no contexto Moçambicano, a quanto a sua concepção axiológica, significou o reconhecimento da existência de instituições sejam elas formais ou informais, ao analisarmos as dinâmicas eleitorais no contexto Moçambicano, pressupõe-se, também, analisar as instituições de gestão eleitoral como uma variável fundamental no funcionamento e consolidação da democracia. Compreendemos que para identificar se uma democracia é bem ou mal sucedida é necessário associar a ideia de que o órgão de gestão eleitoral ser capaz de influenciar a competição política e eleitoral. Por meio disso, é preciso dizer que a governança eleitoral mesmo em democracias em processo de consolidação, entende-se como instrumento que caracteriza o comportamento das instituições e das legislações eleitorais que regem o processo eleitoral em cada País, procurando compreender a inter-relação dos aspetos do sistema eleitoral e das próprias eleições, bem como as instituições responsáveis pela gestão eleitoral (NOHLEN, 2007; ELKLIT e REYNOLDS, 2002).

Alguns autores como (ELKLIT e REYNOLDS, 2002; HUNTINGTON, 1994; CARILHO, 1995) explicam que a escolha das regras eleitorais talvez constitua um dos elementos importantes para os atores políticos. Entretanto, isso é visível no contexto Moçambicano, pelo fato do Acordo Geral de Paz ter seguido uma lógica elitista (apenas a FRELIMO e a RENAMO assinaram) e excluiu⁵ parte considerável de grupos políticos com reivindicações idênticas a da RENAMO muito antes da democracia multipartidária em Moçambique (DE BRITO, 2013).

Assim, a composição das instituições de gestão eleitoral sempre foi problemática nas recentes democracias como é o caso de Moçambique, pois nestes países a intenção, na maioria das vezes, é satisfazer os principais grupos políticos com maior expressão nacional. Em Moçambique é possível verificar que, desde 1994 sempre houve tendência dos dois partidos com maior expressão

⁵ Alguns autores explicam que em Moçambique, a competição política é bastante influenciada pelos padrões de conflito do passado: os principais partidos políticos emergiram ambos do conflito armado e o Acordo Geral de Paz (AGP) foi um acordo entre a alta liderança da Frelimo e da Renamo que, desde início, marginalizaram qualquer outra voz, notavelmente a voz da oposição não armada. Este acordo político era, portanto, resultante de um tratado elitista (Pereira e Chenga, 2004).

nacional e no parlamento moçambicano, de controlar a composição dos membros nos órgãos de gestão eleitoral (Comissão Nacional de Eleições⁶).

O próprio protocolo III, relativo aos Princípios da Lei Eleitoral, emanado nos Acordo Geral de Paz, deu diretrizes para a constituição de mecanismos políticos e eleitorais. Exemplo disso foi que para a composição da primeira instituição de gestão eleitoral em Moçambique, que seria responsável pela gestão das primeiras eleições pós-guerra civil, “*1/3 dos membros designados para a comissão, deveria ser indicado pela RENAMO*”. Isso se deveu ao fato de, no ato da realização das primeiras eleições, o nível de desconfiança entre os principais atores políticos (FRELIMO e RENAMO) era culminante, e uma das formas para minimizar esta constante desconfiança, a solução passava necessariamente em integrar quase de forma proporcional representantes da RENAMO em tudo que fosse uma comissão para gestão de assuntos que dissessem respeito aos atores políticos e as etapas subsequentes à assinatura dos acordos de paz, que puseram fim a guerra civil, como avançamos acima.

Até o momento, Moçambique realizou 5 eleições para executivo e legislativo, sendo que o partido FRELIMO foi vitorioso em todas elas e conseguiu maioria dos assentos no parlamento Moçambicano. Apesar da vitória da FRELIMO em todas as eleições, as dinâmicas políticas e eleitorais demonstram que há uma distribuição da geografia eleitoral e zonas de dominância dos dois principais partidos (DE BRITO, 2014, p 31; NUVUNGA, 2013). Isto é, desde a primeira eleição em 1994 nota-se uma tendência da predominância na cena política dos dois partidos (FRELIMO e RENAMO) e cada um dos partidos têm zonas de controle: o partido FRELIMO obtém os melhores resultados eleitorais na Zona Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e na zona Extrema do Norte do País (Cabo Delgado e Niassa), enquanto o partido RENAMO tem tido maior apoio eleitoral na Zona Centro (Sofala, Zambézia, Tete e Manica) e na parte Centro Norte do País (Nampula). Por estes e outros elementos que compreendemos pertinentes, no campo político Moçambicano, este estudo, procura responder o seguinte questionamento: *quais fatores que determinam a competição política-*

⁶ A Comissão Nacional de Eleições – CNE, é o órgão que rege, administra e controla todo processo eleitoral. Para tal, mas suas ações técnicas e administrativas são efetivadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

eleitoral das duas forças políticas “FRELIMO e RENAMO” em Moçambique (1994-2014)?

HIPÓTESES DO ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida considerando o que determina a distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique é o fato de os partido RENAMO e FRELIMO serem os principais atores que controlam as instituições de gestão eleitoral em Moçambicano. A segunda hipótese sustenta a ideia segunda a qual, a distribuição da geografia eleitoral das eleições de 1994, 1999, é um reflexo da conjuntura política e social da história do País, desde 1976 (o contexto de Guerra Civil entre os dois Partidos que propiciou o controle político e social das zonas as quais ocupavam respectivamente). Assim, a origem dos partidos FRELIMO⁷ e RENAMO⁸ explica a configuração da distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique.

Partimos do pressuposto que a presente pesquisa é relevante para compreender a realidade política-eleitoral da África Austral⁹, especificamente de Moçambique. Com base nessa pesquisa espero (re) descobrir dinâmicas e tendências da competição política em Moçambique.

A pesquisa buscou abordar as dinâmicas do campo político na África com base em duas dimensões: competição política e geografia eleitoral. Saliento que estudos do gênero são escassos no contexto Africano, e talvez seja uma contribuição pioneira no assunto vis-à-vis com a literatura existente sobre os estudos políticos e eleitorais na África com destaque para (DIAMOND, 1997; NOHLEN, BERNARD e KRENNERICH, 1999; LINDBERG, 2006; SCHEDLER e SHAHHEN, 2002; VAN DE WALLE, 2002; RONNING, 2010; DE BRITO, 1995, e outros).

⁷ Que nasceu na parte do extremo norte do País - Cabo Delgado e os seus dirigentes serem na sua maioria do Sul do País.

⁸ Tem sua origem na região Centro e Centro Norte e os seus principais dirigentes são oriundos da região Centro - Sofala e Zambézia, e Norte do País – Nampula.

⁹ África Austral oficialmente é o nome dado à região sul da África, para evitar confundir a região com o nome de um País localizado também na mesma região do Sul da África, chamado (África do Sul).

No caso específico de Moçambique, a relevância da temática se dá pelos desdobramentos ocorridos desde o novo cenário político a partir de 1990, quando houve mudanças significativas no desenho do sistema político e eleitoral (TERENCIANO e SOUZA, 2015). Destacar que cada novo processo eleitoral que se realiza em Moçambique, torna-se evidente que ainda não tem um sistema partidário institucionalizado um sistema eleitoral e partidário não institucionalizado bem como um elevado número de abstencionistas. Este estudo é relevante à comunidade científica, na medida em que ao alcançar os resultados propostos, poderemos apresentar as razões que determinam a configuração do campo político e eleitoral de Moçambique.

Não só, acreditamos que o tema é importante por explorar outros indicadores para novas percepções em relação aos estudos da competição e Geografia Eleitoral em Moçambique. Espera-se que esta pesquisa seja aproveitada pelas instituições de gestão eleitoral em Moçambique para compreender as razões da tendência do aumento da abstenção eleitoral em alguns distritos eleitorais, possibilitando antecipar os fatores que levam ao desinteresse pela participação política.

Na perspectiva da Ciência Política, o estudo dá algum acréscimo ao debate iniciado nos anos 1950 e 1960, por autores como Lazarsfeld (1954), Key Jr. (1957), Downs (1957), Campbell (1964), Converse (1964), Fiorina (1981), Sartori (1982), Cox (1999) e outros, que se debruçavam sobre a competição eleitoral e as determinantes das escolhas eleitorais. Quer dizer, mesmo que seja um estudo mais localizado, que expresse a realidade Africana, não deixe de ser uma contribuição que se pretendemos embarcar para o campo da ciência política.

Escolhemos o intervalo de 1994 a 2014, como demonstrado acima, para harmonizar as percepções sobre a competição eleitoral em Moçambique e a geografia eleitoral nela resultante, mas também pelo fato de ser um horizonte temporal relativamente próximo (20 anos de processos eleitorais em Moçambique 1994-2014), além de contextualizar o período pós-conflito civil.

OBJETIVOS DO TRABALHO

Geral

- Analisar os determinantes da distribuição da competição política-eleitoral das duas forças políticas “FRELIMO e RENAMO” em Moçambique no período que vai de 1994 a 2014.

Específicos

- Descrever a composição e estrutura das instituições de Gestão Eleitoral em Moçambique;
- Identificar as raízes sociais dos partidos FRELIMO e RENAMO;
- Demonstrar a evolução da distribuição da votação do RENAMO e FRELIMO nas regiões componentes da geografia eleitoral de Moçambique após a democratização, evidenciando a expansão e/ou diminuição da força política destes partidos nas diversas regiões geográficas.
- Analisar o comportamento das abstenções, votos brancos e nulos em relação às regiões de apoio destes partidos.

METODOLOGIA DE ABORDAGEM

Esta pesquisa é baseada em uma análise da literatura clássica e contemporânea sobre a competição e geografia eleitoral, seguida da análise dos resultados eleitorais oficiais agregados de Moçambique, no período de 1994 a 2014.

A pesquisa trabalhou com uma base de dados secundária, que possibilitou a nossa articulação, organização, mensuração e análise em forma de modelagens dos dados em uma planilha de Excel e mais tarde apresentamos em gráficos, que apresentamos ao longo dos capítulos desta dissertação.

A base de dados que a pesquisa fez uso é a base oficial dos resultados eleitorais disponíveis no site do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, que é o órgão responsável pela gestão dos processos eleitorais em Moçambique.

Com base nos secundários agregados sobre os resultados eleitorais em Moçambique, trouxemos uma explicação das variações no tempo da distribuição da competição política e da geografia eleitoral em Moçambique, observando os padrões de votação dos dois principais partidos políticos FRELIMO e RENAMO, incluindo na análise, também, a abstenção eleitoral, votos nulos e brancos

observadas em cada distrito eleitoral com maior ou menor predominância de um dos dois partidos.

A abordagem pela qual foi desenvolvido o presente estudo foi a institucionalista, na sua vertente do path dependente, que compreende que as instituições são regras formais e informais que geram algum tipo de resultados políticos, dependendo dos atores que estão envolvidos no jogo e estes resultados e atores são constantes ao longo de um tempo contínuo. A abordagem institucionalista permitiu, neste estudo, trazer elementos institucionais que explicam a competição política e a geografia eleitoral em Moçambique, pois tomamos como uma das variáveis de análise a composição do órgão de gestão eleitoral em Moçambique, que associamos também às mudanças e continuidades da forma como os partidos FRELIMO e RENAMO tem controlado o órgão.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho está dividido a partir da seguinte estrutura: O primeiro capítulo engloba o quadro teórico, que foi percorrido em duas vertentes. A primeira incluiu o estado da arte e a revisão da literatura sobre a temática, isto é, apresenta o debate sobre o sistema eleitoral e sistema partidário, associado à competição política em termos de literatura nacional e internacionalmente convencional. Na segunda dimensão, apresentamos o debate sobre a geografia eleitoral. Em seguida, associamos os principais conceitos que foram usados no trabalho ao nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo faz uma descrição da metodologia que foi usada. Apresenta as variáveis de análise usadas na pesquisa, seguida de uma descrição do desenho da pesquisa e verificamos as hipóteses.

O terceiro capítulo trata da descrição e análise dos resultados da pesquisa, onde começamos por discutir o processo de democratização em Moçambique seguida da apresentação da história política a partir da transição democrática no país e as raízes sociais dos Partidos Políticos em Moçambique, que têm ou tiveram representação parlamentar (FRELIMO, RENAMO, UNIÃO DEMOCRÁTICA e MDM). Ainda no capítulo 3, discorreremos sobre a estrutura e controle das instituições de gestão eleitoral em Moçambique. Ademais, de forma

breve, apresentamos a discussão sobre o sistema eleitoral e partidário de Moçambique, a apresentação da natureza das instituições de gestão eleitoral e finalmente a estrutura e a composição da instituição de gestão eleitoral em Moçambique. No quarto e último capítulo é desenvolvida a discussão sobre a distribuição da geografia eleitoral do partido FRELIMO e RENAMO em Moçambique. A nossa preocupação foi de discutir os resultados eleitorais dos dois principais partidos, desde 1994 a 2014, seguindo uma discussão sobre o comportamento da abstenção eleitoral, voto nulo e branco em Moçambique.

CAPÍTULO 1

QUADRO TEÓRICO: O Estado da Arte

O nosso estado da arte vai abraçar necessariamente dois eixos. Primeiro, é o desenvolvimento de um debate sobre as regras institucionais, concretamente o sistema eleitoral e partidário, na tentativa de contextualizar e demonstrar a pertinência dessas reengenharias que determinam os mecanismos de competição política-eleitoral com base em regras de jogo existentes e estabelecidas. No segundo andamento, vamos apresentar o debate a respeito da Geografia Eleitoral, que tornaremos claro ao longo do desenvolvimento do raciocínio da discussão sobre a geografia política (território, poder e identidades políticas).

Qualquer explicação que se remete as regras institucionais demonstra-se convencida de que as instituições importam. Ao reconhecermos que as instituições são importantes para compreender a gênese, organização e funcionamento das democracias contemporâneas, assumimos em hipótese que elas podem delinear os ganhadores e perdedores do jogo baseado em regras institucionais. Assim, a discussão a respeito das regras institucionais como o sistema eleitoral, por exemplo, passa necessariamente na análise sobre a influência que as instituições têm num processo político (MCFARLAND, 1991; MIREIA GRAU, 2002; MARCH e OLSEN, 1984; GEORGE TSEBELIS, 2002; THELEN e STEINMO, 1992; COLOMER, 2001; HALL e TAYLOR, 1996; KOELBLE, 1995; GUY, 1996; LIMONGI, 1994; SOUZA, 2006).

Os trabalhos pioneiros que remontam o debate sobre as instituições, do ponto de vista do novo institucionalismo dentro do campo da ciência política (SCHUMPETER, ARROW, MCKELVEY, DOWNS, DAHL), cujo ponto mais alto foi quando pela primeira vez March e Olsen, batizaram os estudos tendentes às instituições, em 1984, com o nome: Novo Institucionalismo¹⁰.

Um dos pressupostos do novo institucionalismo é o reconhecimento das consequências das instituições por constituírem um marco que pode estruturar o

¹⁰ A respeito desta discussão que demonstra de forma sumaria e detalhada o novo e o velho institucionalismo, veja em: KOELBLE, 1995; GUY, 1996; LIMONGI, 1994; WARE, 1996.

sistema de incentivos em que ocorrem as ações políticas dos atores (HALL e TAYLOR, 1996; KATO, 1996; PETERS, 1996; NORTH, 1990; MOE, 1990; BATES, 1989; CALVERT, 1995; OSTROM, 1995; SHEPSLE, 1989; WEINGAST, 1996; WARE, 1996). Entretanto, o suporte fundamental do Novo Institucionalismo é de que o Estado e as suas instituições têm um papel autônomo, próprio (LIMONGI, 1994), uma notável influência nas estratégias e interações dos atores, criando incentivos, gerando oportunidades para desenvolver determinadas estratégias, induzindo ao equilíbrio e na determinação dos resultados políticos substantivos, mas dentro de um quadro em que há limites e restrições para a ação dos atores (LIMONGI, 1994; PETERS, 1996; NORTH, 1990; MOE, 1990; PUTNAM, 2007; SERRANO, 2007; WARE, 1996).

Assim, o sistema eleitoral é uma instituição, se tomarmos em conta a definição das instituições como regra e norma de comportamento dos atores, e neste trabalho fizemos a descrição do sistema eleitoral e sistema partidário tomando em consideração os elementos *sui generis* que moldam e estruturam o debate do novo institucionalismo, que reconhece as instituições como elemento chave em todo processo político, cuja expressão mais elementar deve ser subentendida em dois níveis: que as instituições são responsáveis pela estabilidade dos resultados políticos obtidos e elas mesmas influenciam os resultados políticos substantivos, conforme apontado por Limongi (1994). Estes elementos podem ser encontrados de forma sequencial e analítica, no momento em que iremos analisar o sistema eleitoral e partidário de Moçambique, com suas especificidades e singularidades as quais no momento oportuno, no capítulo três do presente trabalho, serão discutidas.

1.1. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário: Debate teórico

A ciência política e principalmente os estudos eleitorais tem levado de forma seria o debate sobre o sistema eleitoral e sistema partidário. Nisso, é possível adiantar que no meio da vasta literatura que se debruça sobre o sistema eleitoral e partidário, muitas vezes estão em complementaridade.

Os sistemas partidários podem ser vistos por um ponto de vista dos modelos de competição que se estabelecem nas diferentes sociedades políticas (WARE, 1996; SCHUMPETER, 1948; DOWNS, 1957). Isto significa dizer que a

análise dos sistemas partidários em democracias liberais, é feita a partir da natureza da competição que se estabelece entre os partidos. Portanto, aí advém a importância de análise da competição e a cooperação formal, informal e explícita que existe dentro do sistema político (WARE, 1996).

Os teóricos aceitam que os sistemas eleitorais, geralmente, são estudados sob o ponto de vista dos seus efeitos na distribuição de assentos para os partidos e como este processo afeta o desenho do sistema partidário. Temos numerosos estudos que partem da mesma questão (como as fórmulas vão afetar o número dos partidos políticos?) e estes estudos tem estado em voga, sobretudo pelos métodos aplicados por (DUVERGER, 1957; RAE, 1967; TAAGEPERA e SHUGART, 1989; LIJPHART, 1999; WARE, 1996; CAREY e SHUGART, 1993). Salienta-se que a alocação dos assentos em partidos não é única tarefa das formulas eleitorais, pois está formula deveria também determinar a distribuição dos assentos para certos candidatos específicos dentro do partido na base da sua reputação partidária (CAREY e SHUGART, 1993).

Os sistemas eleitorais (fórmulas eleitorais) comumente são compreendidos como sendo as regras para as quais são computados os votos de cada partido e transformados em assentos. Mais ainda, o sistema eleitoral, pode ser tido como o conjunto de regras que definem como em uma determinada eleição, o eleitor pode fazer as suas escolhas e como os votos serão contabilizados para serem transformados em mandatos, ou seja, como este processo irá afetar o comportamento do eleitor, ao determinar se ele votará em partido ou pessoa¹¹ (TAVARES, 1994; SARTORI, 1996; DA CRUZ, 1998; NICOLAU, 2004; AMES, 2003; SIQUEIRA, 2006, LAVAREDA, 1991). Adiante, além das normas que regula as leis eleitorais de uma sociedade democrática, de acordo com Nicolau (2004), o sistema eleitoral regula: [...] quem são os eleitores, aptos a votar, se o voto é obrigatório ou facultativo, os critérios para apresentação de candidatura, as normas de acesso aos meios de comunicação, os mecanismos de controle dos gastos de campanha e acesso aos fundos partidários, às normas

¹¹ Há outros dados interessantes a serem avançadas na definição do sistema eleitoral, por exemplo, Douglas Rae (1967) define o, como sendo regras, mecanismos e instituições que apenas enquanto formalizados em leis, disciplinam o processo eleitoral. In TAVARES (1994, p. 34).

para a divulgação de pesquisas, as regras de propaganda eleitoral [...] (NICOLAU, 2004, p. 10).

Uma explicação mais completa foi feita por Tavares (1994), que concebe os sistemas eleitorais como,

[...] construtos técnico, institucional e legal que são instrumentalmente subordinados à realização de uma concepção particular da representação política e de outro, à consecução de propósitos estratégicos específicos, concernentes ao sistema partidário, à competição partidária pela representação parlamentar e pelo governo, à constituição, ao funcionamento, à coerência, à coesão, à estabilidade, à continuidade e à alternância dos governos, ao consenso público e à integração do sistema político [...] (TAVARES, 1994, p. 17).

O processo de definição, desenho, construção dos sistemas eleitorais, deve tomar em conta, como esclarece Tavares (1994, p. 33), que se constituem em construções institucionais políticas e estrategicamente concebidas e tecnicamente realizadas, para viabilizar e sancionar, em última instância, a representação política, nos moldes da democracia contemporânea. Quatro fatores determinam a concepção do sistema eleitoral, conforme Tavares (1994, p. 34).

[...] 1- As peculiaridades da estrutura sócio-política e das instituições da sociedade nacional particular em que o sistema eleitoral é adotado constituem o elemento principal de constrangimento na decisão política que o define; 2- A avaliação estratégica da realidade e o desígnio estratégico por parte do instituidor constituem o elemento de mediação subjetiva na qual decorre aquela decisão; 3- a teoria positiva e normativa da representação política, conscientemente ou não assumido pelo instituidor, constitui o marco que orienta a concepção ou não da escolha do sistema eleitoral; e finalmente, 4- a engenharia institucional e legal constitui o meio técnico capaz de implementá-lo [...] (TAVARES, 1994, p. 34).

Uma análise mais simbólica, conforme Schepis (1955) distingue duas modalidades para a definição do sistema eleitoral. Primeiro, no sentido amplo, a definição compreende o conjunto orgânico dos diferentes institutos jurídicos, recursos técnicos e procedimentos que regulam o processo que inicia com a convocação da eleição e termina com a proclamação dos *resultados eleitorais*¹² e dos eleitos. Enquanto em sentido inverso, a concepção restrita, o sistema eleitoral compreende apenas o procedimento técnico com base no qual se realiza a distribuição das cadeiras legislativas, entre os partidos ou candidatos.

¹² Itálico dos autores.

A literatura sobre o sistema eleitoral agrega-se em duas famílias que são: a majoritária e a representação proporcional, e mais uma que é o misto¹³. No ideal da representação majoritária, o pressuposto básico é garantir a eleição do candidato que obteve mais votos. Para tal, neste sistema, o candidato vitorioso é o único a ganhar a eleição, a escolha do eleitor é canalizada e condensada em uma alternativa, e permite com que haja mais candidatos individuais e o *vencedor leva tudo* (SARTORI, 1996; NICOLAU, 2004). Assim, o sistema eleitoral majoritário não tem por objetivo um parlamento que deve refletir a distribuição dos votos, mas sim, busca apenas *um* vencedor. Sua pretensão de forma implícita é eleger um governo.

O sistema majoritário, normalmente, é estabelecido por um número mínimo de apoio percentual da votação, que comumente tem sido 50%, para que um candidato seja vencedor. Desta feita, ele distingue-se em três vertentes: o *sistema de maioria simples*, que não garante que o mais votado receba o apoio de mais da metade dos eleitores, logo é uma condição que assegura e é assegurada pelo sistema majoritário de *dois turnos*, com apenas dois candidatos disputando o segundo turno, para que seja atingida a maioria absoluta. E terceira distinção, o sistema majoritário do *voto alternativo*, para garantir que os eleitos tenham maioria absoluta, onde não haja necessidade de segundo turno e este processo ocorre em função da transferência quase reta de votos dos candidatos menos votados, para os mais votados (NICOLAU, 2004, p. 17). Por isso, para Sartori, as distinções do sistema majoritário, podem ser mais bem interpretadas, pelo fato de:

[...] para identificar a diferença mais importante entre os vários sistemas majoritários indagamos se eles requerem uma maioria relativa (uma pluralidade) ou absoluta. Nos dois casos, a priori, há eleições para *escolha de um* só representante e por isso, também, preocupam-se em encontrar um único vencedor. Mas outrem, um vencedor por pluralidade simplesmente atingiu o maior número de votos, representando muita das vezes a escolha da maior minoria, já o vencedor com maioria absoluta representa uma autêntica maioria, acima de 50% [...]. *Por outro lado, o processo de efetivação do voto alternativo, deve ser explicado à luz das seguintes colocações:* [...] voto alternativo, é um sistema de eleição preferencial, em distritos com um só representante, onde os eleitores são solicitados a enumerar todos os candidatos na ordem da sua preferência e onde o candidato com menor número de preferência são eliminados, e seus votos transferidos. A votação alternativa é um autêntico sistema

¹³ O sistema eleitoral misto, por se apresentar como o que mescla uma ou outra característica dos dois principais sistemas, não será objeto de exposição no presente artigo.

majoritário, que permite e estimula a votação sem vínculos partidários, ao personalizá-la fortemente [...] (SARTORI, 1996, p. 17-18)¹⁴.

Sobre o sistema eleitoral de representação proporcional, Tavares (1994), Sartori (1996), Da Cruz (1998), Nicolau (2004), mostram a priori que o objetivo é assegurar que a diversidade de opiniões dos diferentes segmentos da sociedade esteja refletida no legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e a sua representatividade. Continuando, explica-se que este sistema propicia para que a vitória eleitoral seja partilhada e exige-se apenas uma cota suficiente (um número mínimo de votos), que geralmente recebe o nome de quociente eleitoral. Neste sistema, os eleitores não são obrigados a concentrar seus votos, pois sua gama de opção pode ser ampla, e o processo de votação, geralmente se dá em uma lista organizada pelos partidos (NICOLAU, 2004, p. 37 e SARTORI, 1996, p. 16).

Como enfatiza Nicolau Jairo (2004), o sistema proporcional:

[...] procura garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputam uma eleição. Seria comum, por exemplo, se um partido recebesse 15% dos votos, ficaria com um percentual de representação próximo a 15% [...] (NICOLAU, op. cit, p. 37).

A principal distinção do sistema eleitoral de representação proporcional enquadra-se em duas categorias: o voto único transferível e o sistema de listas. Para o primeiro caso, tem o propósito de garantir com que as opiniões relevantes na sociedade estejam no parlamento. Enquanto o segundo, o de listas, procura distribuir e redistribuir as cadeiras do parlamento utilizando os partidos como unidade principal (NICOLAU, 2004, p. 39).

Explicitamente, no sistema de voto único transferível é calculado uma quota de votos que cada candidato deve atingir de forma obrigatória e vedada por lei, para que se constitua representante; no segundo caso, é calculada uma quota que cada partido deve atingir. No geral, o sistema eleitoral é fundamental por prover o controle popular sobre o governo, assegurando níveis diferentes de sensibilização, responsabilização quanto ao comportamento dos governantes.

O sistema eleitoral no parlamentarismo tem um papel decisivo na definição do caráter do governo, sejam eles de um partido ou formado a partir de coalizões, assim como o período da sua duração (TAVARES, 1994, p. 229). Da

¹⁴Itálico dos autores

mesma forma, Butler (1981) explica que os sistemas eleitorais, afetam com maior ou menor intensidade o comportamento dos eleitores, em particular quanto a sua identificação e a lealdade partidária, o número, a coesão, a rigidez ideológica e a disciplina interna dos partidos, o perfil dos candidatos, e de suas carreiras políticas, por fim, a estabilidade e a continuidade dos governos. Contudo, aqui apenas nos cingimos de apresentar os elementos teóricos que sustentam ora os elementos empíricos e as singularidades do sistema político e eleitoral Moçambicano.

Entretanto, no caso de Moçambique, discussões a respeito do sistema eleitoral devem levar em consideração, por um lado, os pressupostos presentes na lei mãe do País (Constituição da República de Moçambique), bem como as leis que regem todo processo eleitoral. Contudo, isto será observado com mais detalhes no capítulo três deste trabalho, que tratará de aprofundar a discussão sobre o sistema eleitoral de Moçambique, que é majoritário para a eleição do presidente da república ou eleição do executivo; proporcional para eleições legislativas. Também agregaremos o debate sobre a influência das regras eleitorais nas escolhas dos eleitores, conforme os pressupostos teóricos que sustenta esta discussão.

1.2. Do Sistema Eleitoral ao Sistema Partidário

O sistema partidário, como enfatiza Tavares (1994), é uma dimensão envolvente e complexa do sistema político e o seu perfil resulta da associação única para cada caso contextual de quatro conjuntos forte de fenômenos, a saber:

[...] 1- a organização interna dos partidos, incluindo as relações entre elites dirigentes, quadros, membros aderentes, eleitores e massas; 2- as relações entre as diferentes forças e tendências ou projetos, bem como entre clivagens sócio-políticas relevantes, em que se divide a sociedade, e os partidos; 3- a natureza da competição eleitoral e parlamentar entre os partidos; e finalmente 4- as relações entre os partidos quanto à sua participação relativa de cada um no mercado eleitoral e no exercício da representação política e do governo [...] (TAVARES, 1994, p. 287).

Salientar que os três últimos fenômenos, são com maior ou menor grau, afetados pela diferenciação da sociedade, por um lado, e pela cultura política, que inclui percepções, valores, e atitudes, que se situam no pragmatismo e na política ideologicamente polarizada, pelo número de partidos e pelo sistema eleitoral.

A construção do nosso argumento vai basear-se na ideia de que sistema partidário está ancorado pelas categorias e efeitos do sistema eleitoral. Porque, no nosso desenho, seria impossível uma separação total do debate do sistema partidário, deçado do sistema eleitoral. Assim, o ponto principal será que apresentamos debruça-se sobre a ligação entre sistema eleitoral ao sistema partidário e por outro lado, este debate deve estar ancorado a partir das Leis comumente chamadas de Duverger. O que elas são na essência?

Leis de Duverger, como salienta Tavares (1994), foi uma tentativa de Mauricio Duverger, em 1951, no seu texto clássico (Os partidos Políticos), para explicar a tendência que algumas sociedades mediante sistemas eleitorais diferentes, tendiam ao dualismo e à bipolarização, que para Duverger, ocorria em formando uma lei natural. Para tal, foram três leis formuladas pelo autor, e que associa ao sistema partidário. Sobre as leis de Duverger, primeiramente em 1945, Duverger, apresentou primeiramente os resultados do impacto das três variedades dos sistemas eleitorais (Pluralidade, eleição majoritária de dois turnos e representação proporcional), sobre a estrutura e a natureza dos partidos políticos, e a relação entre eles. Para o autor, cada um daqueles sistemas eleitorais (*conduz*) a um sistema particular de partidos (TAVARES, 1994, p. 237). Cinco anos depois, novamente Duverger, num relatório que apresentou sobre a sua pesquisa no Congresso da Associação Internacional de Ciência Política, após duras críticas que recebeu, substitui de forma cosmética o termo (*conduz*), para o termo (*tende a conduzir*). Assim:

[...] 1º a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes; 2º o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes; 3º o escrutínio majoritário de um único turno tende ao dualismo dos partidos [...] (DUVERGER, 1950, p. 13).

Em 1951, no seu escrito sobre partidos políticos, o autor define continuamente a partir das suas conclusões em três formulas, e caracteriza a partir de então como tendências e esquemas. Aqui, Duverger, modifica a sua segunda formula, que inicialmente tratava em demonstrar que tinha a tendência de surgirem partidos independentes, para a ideia de dependentes, embora relativamente estável. Assim, ficou reformulada da seguinte maneira:

[...] 1º a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; 2º o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis,

dependentes e relativamente estáveis (...) e 3º a escrutínio majoritário de um único turno, tende a um sistema dualista, com tendências dos grandes partidos independentes (DUVERGER, 1957, p. 230-231).

Nicolau (2004, p. 80), explica que é comumente aceito na ciência política que os sistemas eleitorais produzem efeitos mecânicos psicológicos, que seriam essencialmente: a tendência dos sistemas eleitorais darem um bônus aos partidos mais votados e sub-representarem os partidos menos votados. Enquanto o efeito psicológico ocorre na medida em que o sistema eleitoral, afeta a maneira como os eleitores e dirigentes partidários fazem suas escolhas. O número de partidos depende dos efeitos mecânicos e psicológicos. A influência do sistema eleitoral no sistema partidário deve ser ancorada a dois níveis: ao nível dos partidos, de alguma forma facilitando ou não o surgimento de novos partidos e até consolidando o status quo da existência e funcionalidade dos sistemas partidários. Ao nível do eleitor, que Sartori, chama de efeitos restritivos. Nossa preocupação é com os efeitos nos partidos políticos, que tem a alcunha de efeito redutivo, pelo fato do seu número ou ser reduzido ou o sistema eleitoral tornar-se ineficaz (SARTORI, 1986b, p. 46).

Especificamente, pelo nosso objeto de estudo, e olhando as tipologias de sistemas partidários, optamos metodologicamente em dar maior destaque aos sistemas partidários pluralistas não competitivos (SARTORI, 1982), monistas não competitivos (TAVARES, 1994). Entre os sistemas de partidários não competitivos, é necessário distinguir os de partido único, de partido hegemônico e de partido predominante. Nos regimes unipartidários (SARTORI, 1982) o poder é monopolizado por um partido apenas, no sentido de que nenhum outro partido pode existir. Temos também em seguida, o caso em que um partido conta mais do que os outros. No mesmo segmento, TAVARES (op. cit), diz que em sistemas unipartidários, totalitários e autoritários, nota-se que um determinado partido, normalmente detém o poder do Estado, agrega verticalmente a sociedade na sua generalidade e de tem o monopólio da representação política e do governo, excluindo o funcionamento de qualquer outro partido. Sobre os partidos Hegemônicos, permite a existência de outros partidos como satélites e subordinados, ou seja, há à hegemonia do partido no poder não pode ser questionada.

De outro modo, um único partido detém o monopólio do governo, ou ao menos, do governo central, permitindo-se a existência e o funcionamento de partidos que permanece confinados a possibilidade de competirem, inclusive pela via eleitoral, por posições periféricas no sistema político, compreendendo a representação parlamentar e outros níveis inferiores de governo e da administração.

Em relação aos sistemas partidários (quase) competitivos e (quase) pluralistas, sistema de partido hegemônico, e dando salto para o sistema de partido predominante (expressão de SARTORI, 1982a) ou dominante (TAVARES, 1994), que é uma configuração de poder na qual um partido governa sozinho, e sem estar sujeito à alternância no poder, enquanto continua a conquistar eleitoralmente uma maioria absoluta. Ao longo dum determinado período de tempo, um único partido tem condições de conquistar sozinha a maioria absoluta da representação parlamentar, embora não necessariamente de votos e o governo. Assim, é tido partido dominante por duas situações: primeiro porque não necessita dos votos de nenhum outro partido, nas eleições parlamentares, para ocupar e exercer a governabilidade, e em segundo, nenhum dos demais partidos, possui potencial de governo ou coalizão, como observou e ilustrou Charlot:

[...] por uma espécie de paradoxo, o partido dominante adquire e protege sua posição hegemônica à multiplicidade, ao esfacelamento de seus adversários, contrariamente ao partido único, que estabelece o seu monopólio com repressão e a interdição das outras formações políticas [...] (CAHRLLOT, 1982, p. 200).

Porque é de extrema importância a análise dos sistemas partidários do ponto de vista da divisão do campo da competição política e eleitoral em polos de dominância, e algo que vem se vislumbrando de eleição a eleição em Moçambique, interessa-nos aprofundar teoricamente um pouco o debate sobre o bipartidarismo e a bipolarização. Neste momento, vamos aprofundar o debate sobre os sistemas pluralistas competitivos com alternância governamental entre os partidos.

A característica básica deste sistema é a tendência da existência efetiva de dois polos, por um lado, o bipartidarismo e o pluripartidarismo e de outro lado, o sistema de dois partidos e meio. O que molda estas tipologias é a identidade da representação dos partidos, a coerência, a coesão, a solidez, e a estabilidade

governamental, a duração média e a alternância dos governos, a integração e o consenso político (TAVARES, 1994, p. 190).

A rigor, o sistema bipartidário é aquele que é explicado sumariamente pela existência de dois partidos que competem por uma maioria absoluta que está ao alcance dos ambos. Continuamente, um sistema bipartidário, é aquele que qualquer que seja o número de partidos existentes, dois partidos, e apenas dois, entre as quais a força eleitoral se distribui com equilíbrio simétrico estável, e conta com probabilidades efetiva de conquistar eleitoralmente o governo, cada um sozinho, sem o concurso de qualquer outro partido (SARTORI, 1982a; BLONDEL, 1986; WARE, 1996). Para Lipson, um sistema só é efetivamente bipartidário, se cumpre três condições:

[...] 1º não mais do que dois partidos, em um determinado momento, têm uma probabilidade autêntica de conquistar o poder; 2º um desses partidos está apto a conquistar a maioria requerida para manter-se no poder sem precisar do auxílio de um terceiro partido; 3º Durante sucessivas décadas, só dois partidos se alternam no poder [...] (LIPSON, 1953, apud TAVARES, 1994, p. 291).

Partindo das explicações acima, o que caracteriza o bipartidarismo, é o *duopólio partidário*, com uma efetiva alternância no governo, o equilíbrio e harmonia quanto a força eleitoral entre os dois maiores partidos, bem como o consenso básico, sólido acerca dos valores e de regras políticas e a competição orientada para o centro ideológico do sistema. Recapitulando algumas colocações em jeito de acréscimo do bipartidarismo, Sartori (1996b) explicou que o bipartidarismo é um sistema na qual:

[...] 1º ao longo do tempo, dois partidos ultrapassam reiterada e amplamente os demais, de tal modo que, 2º cada um dos dois se encontra em posição de competir pela maioria absoluta das cadeiras legislativas e pode razoavelmente esperar a alternância no poder; 3º e cada um dos dois governa, quando assume o governo, sozinho [...] (SARTORI, 1982a, p. 216; 1986b, p. 57).

Rae (1967, p. 93), trouxe uma explicação quantitativa do conceito de bipartidarismo, que são aqueles cujo primeiro partido consegue obter igual ou acima de 70% das cadeiras legislativas e os dois primários partidos de tem pelo menos 90% das cadeiras.

Sobre o sistema pluripartidário, ou multipartidário, deve ter ao menos três características: 1º nenhum partido tem a probabilidade de alcançar, ou pelo menos manter uma maioria absoluta; 2º a força ou debilidade relativa dos partidos

pode ser classificada de acordo com sua respectiva disponibilidade ou não para uma coalização e ou 3º de acordo com o seu potencial final de intimidação ou chantagem. O pluralismo limitado ou moderado compreende então três a cinco partidos relevantes, isto quando se trata do pluralismo limitado; Seis a Oito partidos relevantes, nos sistemas partidários do pluralismo extremado e vários partidos, mas sem influência de um ao outro, estamos diante de um sistema partidário atomizado¹⁵. É importante a análise sobre a geografia do voto, para sustentar as colocações e os desdobramentos do sistema eleitoral e o sistema partidário dentro dum contexto de democracia eleitoral (FIGUEIREDO, 2008), ostentado por regras, normas e princípios institucionais. Estes elementos também vão constituir objeto de análise na discussão de resultados da nossa pesquisa, pois em Moçambique é um sistema bipartidário, com alguns intervalos cujo houve tendência de partido dominante “FRELIMO”.

1.3. Geografia Política e Eleitoral

1.3.1. Geografia Política

Qualquer discussão a respeito da geografia eleitoral é imperativo que seja antecedida pela explicação e a trajetória histórica da geografia política (território, poder e identidades políticas).

É preciso lembrar que a política, em Aristóteles, significava essencialmente uma ciência prática ligada a organização da polis e da estrutura da própria vida social. Por isso, em seu texto (A Política), a ideia do Homem, como animal político. Como tal, a política, assim, servia para descrever geralmente a atividade desenvolvida pelos homens de forma interessada, com uma justificação ideológica e filiam de um horizonte final para a consecução de determinados objetivos validos e aceites pela comunidade (MOLINA, 1998).

Na teoria política, a política foi vista de forma dual. Ela foi geralmente vista como um espaço de disputa ou luta. Mas, também, alguns continuam vendo nela, um espaço ético, como uma disposição para organizar a sociedade, influenciando-a, utilizando o poder para gerar o bem comum (MOLINA, 1998). Explicações contemporâneas baseadas na competição restringem a política como

¹⁵ Partido relevante na definição de Sartori (1982, p. 156), é aquele que permanece após a exclusão de partidos aos quais lhes falta o potencial para coalizão. Duas características: a capacidade de chantagem e o potencial de coalizão e veto.

essencialmente um espaço de interação entre os diversos entes sociais que, entre si, estão se enfrentando na busca da realização dos seus interesses ou lutar simplesmente para influenciar o poder público. Interessante o fato de, na medida em que busca atingir os interesses grupais ou particulares, procuraram sempre alcançar por meio de consensos dentro de imposições estratégicas que podem produzir ou modificar as instituições.

Assim, estes jogos estratégicos e relações de poder, segundo Molina (1998) podem se transformar em diferentes graus e até ao território, que é por excelência onde se realiza qualquer fenômeno político, e acontecem todas as relações de poder e de governo. Vários campos do saber procuraram demonstrar à relação entre Poder e território, mas historicamente é preciso reconhecer que esta relação é bem melhor explicada tomando como ponto de partida, o estudo da teoria política clássica que tentou de forma globalizante ou contextual, descrever a relação imaginária e amistosa entre o poder e o território (MOLINA, 1998).

Os primeiros estudos que se desenvolveram nesta vereda (relação entre poder e território), remontam desde Heródoto, Tucídides e até o Platão. Porém, tem se dado como pioneiro deste fenômeno, a Aristóteles (op. cit), pelo fato de ter ordenado e sistematizado, em um estudo contextual a relação entre política e espaço. Ora, com o renascimento, surgem novas abordagens e desenvolvimentos, sobretudo com o surgimento do Estado moderno, onde os primeiros mapas e estudos neste sentido surgem com o Bodin, Montesquieu, Hobbes, e outros, que davam também referência aos temas como território-política, e especialmente as condições naturais do território, como determinantes da ação política (MOLINA, 1998).

Em “*Geografía Política* (1992)”, Sánchez explica que, naturalmente, as relações de poder, assumem um caráter espacial e territorial, pelo fato de espaço ser o lugar em que se materializam aquelas relações. Com isso, o autor avança mostrando que os fatores que ligam a relação entre poder e espaço geográfico, normalmente são, 1 - A necessidade de que exista uma coerência entre relações de poder e articulação do espaço (um espaço bem articulado, ordenado e um meio material para o funcionamento do poder da sociedade), 2 - As considerações do domínio do espaço por grupos sociais (posto que cada grupo pretenda dominar, controlar, o espaço, tanto de um ponto de vista material,

apropriação do território - como de um ponto de vista de influência - intervenção sobre o território desde uma relação de poder, sem necessidade de apropriação),
3 - As considerações em que se localizam as forças de decisão em uma relação com a própria organização do espaço (é importante conhecer onde se situam os centros de decisão daqueles que participam nos processos da organização territorial).

Com base nisso, Sánchez (op. cit), explica que quando falamos da geografia política, estamos necessariamente dando referência o âmbito das relações sociais onde o espaço geográfico intervém como um dos elementos na relação entre o poder e contra poder. Com isso, o espaço geográfico, se refere a qualquer âmbito (podendo ser global, estadual ou local), onde se pode exercer alguma forma de política, por meio do qual, o espaço vai aparecer como uma variável. Exemplo, Taylor (1994), desenhou estas dimensões do espaço geográfico em: global (Sistema-Mundo), Escala Estadual (Estado Nacional) e a Escala da Localidade (Municípios). A Geografia Política pode ser compreendida como sendo a relação entre os fatores geográficos e as entidades políticas, como podemos ver nas palavras de SANGUIN,

[...] la Geografía Política es una rama de la ciencia geográfica que se refiere a las *relaciones entre los factores geográficos y las entidades políticas*. Su campo de estudio se concentra, sobre todo, en Estados y naciones, aunque (como también afirman Taylor y Sánchez) existe igualmente un interés por las escalas global y local [...] (SANGUIN, 1981, p. 32).

A área da geografia política se direciona, principalmente, em analisar as consequências espaciais do processo político, Sánchez (1992) demonstrou que a geografia política examina os efeitos que as relações de poder podem provocar no território, examinando a maneira como os grupos sociais podem competir entre si, para organizar e estruturar um espaço em seu benefício. *Continua Sánchez, demonstrando que a geografia política, que foi iniciada historicamente pelos gregos, indo até o século XVIII com Montesquieu e Tocqueville, cujo foi usado pela primeira vez no século XVIII, especificamente no ano de em 1750 por Turgot.*

Por fim, quanto à definição de geografia política, trata-se de estudar os fenômenos políticos em seu contexto espacial e os efeitos espaciais no processo político (TRIGAL, 1999, CODATTO, 2006). Quer dizer, aqui deve ser reconhecido

o papel da interação do espaço geográfico e o processo político na distribuição espacial das relações entre o espaço e as instituições políticas.

1.3.2. Geografia Eleitoral e Competição Política

Na perspectiva de Trigal e Del Pozo (1999, p. 196), Soares e Terron (2008, p. 275), os estudos sobre geografia eleitoral iniciaram há mais de dois séculos na França, a partir de uma tradição que sempre combinou mapas e análises pontuais e estatísticas. Desde muito, a geografia eleitoral esteve sempre ancorada em três aspetos, e cada uma delas originou um tipo de estudo diferente,

[...] **1** -La explicación de mapas que estudiam las tendencias de voto em áreas concretas, lo que se denomina Geografía Del voto y em la actualidad se centra, sobre todo, em el análisis estadístico comparado.**2** -El papel de los factores espaciales em el comportamiento electoral. Los análisis estadísticos de los resultados Electorales se sustituyen aqui por modelos de locación que há cenhincampié em el contextoo espacial em el que reduce la votación. **3** -La delimitación de los distritos o circunscripciones electorales, que da origen a uma Geografía de la representación com resultados notables em los países que utilizan um sistema electoral mayoritario (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 197).

Posto isso, a geografia eleitoral contemporânea procura descobrir porque determinados partidos e candidatos, conseguem, por exemplo, maior apoio eleitoral em alguns lugares do que em outros, pela análise dos fatores que se interagem de forma complexa (MARTINELLI, 2003; PATTIE e JOHNSTON, 2006; ZANFOLIN, 2006; SOARES E TERRON, 2008; SOUZA, 2009; CASTRO, 2011). Como tal, estes fatores podem ser agrupados em:

[...] geografia social dos partidos, as interações entre os cidadãos que morram na mesma área, o impacto da economia nacional e local e até na popularidade do governo e as campanhas eleitorais que são modeladas de forma geográfica, se constituem alguns dos principais [...] (PATTIE e JOHNSTON, 2006; SOARES e TERRON, 2008, p. 275).

Historicamente, os primeiros estudos voltados à geografia eleitoral nasceram no início do século XX, precisamente em 1913, na França, a partir do geógrafo André Siegfried, a quando a realização do seu trabalho que analisava o voto na França, mas de forma espacial durante a 3ª República¹⁶. Um dos aspetos mais marcantes para esta nova área de estudo, era a tentativa de relacionar o tipo de solo na França com a orientação política dos eleitores (PEREIRA, s/d, p. 2; ZOLNERKEVIC, 2011, p. 2). Estas primeiras discussões sobre a geografia

¹⁶ Foi o primeiro estudo conhecido que abordou sobre “geografia eleitoral”, com o título: *Tableau politique de La France de L'Ouestsous la Ille République* (SIEGFRIED, 1915).

eleitoral, não foram suficientes para que a dimensão geográfica ganhasse uma atenção considerável no debate sobre análise espacial das eleições, do voto e dos partidos. Como mostra Zanfolin (2006), o francês Siegfried quando tentou usar a cartografia eleitoral, se preocupava inicialmente em explicar as distinções dos resultados eleitorais daquelas eleições. Ao decorrer do tempo, surge um novo Geógrafo, que é considerado pioneiro nos estudos da geografia eleitoral, que mais tarde funda a primeira escola Americana de Geografia Eleitoral em 1918 (PEREIRA, s/d, p. 2; ZANFOLIN, 2006).

Um debate relevante tem sido levantado para compreender, por exemplo, a importância relativa dos efeitos contextuais (especialmente estruturados pelo ambiente em que as pessoas vivem, pelas coisas que vêem e experimentam e pelos encontros quem tem ao longo da vida) e composicional (baseado nos grupos sociais a que pertence, nas suas criações e aquisições ao longo da vida).

Foi por meio destas colocações que segundo Soares e Terron (op. cit. p. 276) advêm a seguinte questão: as pessoas se comportam e pensam de acordo com os “efeitos composicionais”, ou por causa de onde estão que são “os efeitos contextuais”? São estas questões que ao longo do tempo sempre distinguiram os cientistas políticos e sociais dos geógrafos políticos: pois os primeiros creem que o contexto influencia o comportamento eleitoral através de redes de interação social, quer entre amigos e vizinhos ou entre ambientes homogêneos; os outros que procuram mostrar que o contexto é mais relevante do que a interação social (SOARES e TERRON, op. cit. p. 276). Neste intuito, a geografia eleitoral, seria então a combinação dos dois efeitos (contextual e composicional).

Atualmente tem se notado um crescente número de interessados na pesquisa e desenvolvimento da área de geografia eleitoral do voto no Brasil, com notável destaque para o trabalho de Castro (2011) Souza (2006), Toledo (2007) e outros, que tratam em desenvolver um estudo com base na Geografia da Competição Política e Eleitoral. Um dos elementos mais sonantes na geografia eleitoral é como demonstrado por Toledo Jr. (2007) o espaço. De fato, o espaço, o lugar e o território, são dimensões teóricas, conceptuais que precisam ser congregadas pela as análises e discussões sócio-políticas. A tentativa de incluir a análise da geografia nos estudos eleitorais foi bem enquadrada por Castro (2011, p. 144) quando demonstrou que é importante ser incluído o “espaço” como

constituente das diversas variáveis que explicam à compreensão das escolhas dos eleitores, dos sistemas eleitorais e dos seus resultados, que são consequência destes três fatores atrás mencionados.

Tradicionalmente, a geografia Política, remetia a ideia de que o território é o espaço concreto adequado por um grupo social, como tal, este grupo fundava-se em raízes com o espaço e identidades, fora dele, não poderiam ser compreendidos, pois havia uma ligação intrínseca entre a sua identidade sociocultural, estariam conectadas aos atributos do espaço (SOUZA, 2003). Tal espaço ou território, sempre esteve associado a uma parte do território nacional, ou simplesmente o Estado - Nação. Sumarizando as conclusões de Castro (2011), entende-se que território, nos moldes da geografia política é constituído por meio do vínculo entre o Estado e o Solo, construído por uma sociedade através da sua história. Interessante às discussões em torno dos dois conceitos que a geografia eleitoral sempre recorre.

Encontramos o território, que é na perspectiva de Raffestin (1993) um produto que parte do espaço, isto é, o território necessariamente é posterior ao espaço. Como tal, o espaço seria então um dado primeiramente como condição *sine qua non*, para efetivação do território, atrás do trabalho, e das relações de poder que fariam surgir este último. Souza (op. cit), explica que as considerações de Raffestin (1993), podem fazer surtir algumas críticas, sobretudo o fato de tentar reduzir o espaço em algo natural e colocar o território como substrato do próprio espaço, ou espaço social. Entretanto, Raffestin (1993, p. 60), aclama que o território é um espaço político por excelência. Enquanto Souza (2003) demonstra que o território já não é apenas entendido como limite político administrativo, mas como espaço onde pode ser usada sociedade e pelas empresas, na prossecução das suas atividades normalmente.

Em notas conclusivas, Castro (2011) assegura que no entender da Geografia Eleitoral, é fundamental compreender [...] os sistemas políticos e eleitorais como processos de transformação de voto em voz¹⁷ [...]. Porém, o estudo do comportamento eleitoral, na abordagem da geografia eleitoral, tem em vista explicar os resultados das eleições, correlacionado a racionalidade do

¹⁷ Transformação do voto em voz, vide com mais sarcasmo: Hirschman, A (1973); Figueiredo, M (2008).

eleitor, das suas *condições sociais e econômicas* e das *instituições* em vigor (CASTRO, 2011), como se segue,

[...] a geografia eleitoral contribui, em particular, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições. Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos com razões espaciais [...] (CASTRO, 2011, p. 159).

Seguindo o debate sobre a geografia Eleitoral, Castro (2011, p. 161), enfatiza que o espaço pode de alguma maneira ser influenciado pelo comportamento político e eleitoral, como se segue na abordagem da sociologia do voto (influência do contexto em que o eleitor está inserido, os votos “dos amigos e vizinhos, que faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência” ou “identidades religiosas ou étnicas”; a “proteção local” define os votos de acordo com temas interessantes para determinados territórios; os efeitos da “campanha eleitoral” dependem das estratégias dos partidos e candidatos e; o “efeito vizinhança” explica a concentração de votos em áreas mais homogêneas onde são mais fortes em seus bastidores e há segmentos sociais dominantes, como classes trabalhadoras, etnias ou elites para citar exemplos). Nas palavras da autora,

[...] a Cartografia tem fundamental importância na Geografia Eleitoral, pois esta tem a função de representar a realidade espacial dos votos a partir dos mapas. A presença destes na análise do voto é marcada já no trabalho de Siegfried, que como já destacamos, elaborou a primeira obra que analisa o voto partindo da perspectiva geográfica [...] (CASTRO, 2011, p. 167).

Como sugere Pereira (s/d), os estudos eleitorais, além de preocupar se sobre a distribuição espacial dos votos, os mapas deveriam conter um conjunto de fatores ou variáveis que inclui os indicadores econômicos, sociais, étnicos, educacionais etc. Como os mapas apenas representam espacialmente os territórios é necessário recorrer à cartografia, que vai enriquecer e tornar mais elementar e válida a análise dos padrões de competição e análise geográfica dos resultados eleitorais. Por isso, se entende que a cartografia, vai ajudar a responder como sugere Martinelli (2003, p. 26) não simplesmente à pergunta “Onde Fica?”, mas também responder outras perguntas como, por exemplo: (por quê? Quando? Por quem? Para que finalidade? Para quem?).

1.4. CONCEITOS

1.4.1. Geografia Eleitoral

Na perspectiva de Soares e Terron (2008, p. 275), é a combinação de leitura dos mapas e algumas análises pontuais e estatísticas. Com isso, a geografia eleitoral é a processo pela qual, procuramos descobrir porque determinados partidos e candidatos, conseguem, maior apoio eleitoral em alguns lugares do que em outros.

Trigal e Del Pozo (1999) definem a Geografia Eleitoral como uma análise das relações entre espaço e resultados das consultas populares (o voto, por exemplo), fazendo parte da Geografia Política. De acordo com os autores:

[...] definem la Geografía electoral como El análisis de La relaciones entre el espacio y los resultados de la consulta populares, y singularizan este tipo de estudios como una rama específica de la Geografía, incluida en unos casos como parte del cuerpo disciplinar de la Geografía Política o simplemente como un elemento más de la Geografía Humana [...] (TRIGAL e DEL POZO, 1999, p. 196).

Para o presente estudo, utilizamos a definição de Soares e Terron, que entendem a geografia eleitoral como o procedimento pelo meio do qual, conseguimos descobrir a dominância que alguns candidatos ou partidos conseguem em determinadas regiões em detrimento dos demais.

1.4.2. Partidos Políticos

Quatro definições são pertinentes pelos objetivos que o trabalho prossegue. Downs (1957, p. 23) define os partidos políticos como sendo “grupos que buscam o controle do aparelho de governo, devidamente constituído nas eleições”. Schlesinger (1991, p. 6) entende os “partidos políticos são aqueles que concorrem em eleições livres e principalmente aqueles que são capazes de conquista o poder ou uma parte do poder, ao longo do tempo”. Sartori (1987, p. 67) compreende por partido político como “qualquer grupo político que está presente nas eleições, e pode ocorrer por meio de eleições, colocando candidatos em posições Públicas”.

Para Janda (1993, p. 17), na sua definição ampla que dá conta de todas as dimensões do fenômeno partidário, partidos políticos são organizações que atuam na arena eleitoral em países democráticos, em regimes fechados, ou partidos militares, religiosos, étnicos, regionais, que operam a margem do sistema

político com ação parlamentar. Quer dizer, um partido é uma organização que tem por objetivo colocar seus representantes no governo, usando três mecanismos para conquistar o poder: via competição eleitoral por ações administrativas e também por intermédio da força.

Neste estudo, usaremos a definição de Janda, que compreende os componentes que podem ser passíveis de medição, a luz do nosso objeto de estudo. Janda avança explicações segundo as quais, os partidos políticos, são organizações políticas que atuam no campo político e eleitoral dentro de um regime fechado ou democrático, que tem como finalidade colocar seus representantes no governo, com uso de três mecanismos: a *competição eleitoral*, ações administrativas ou *uso da força*.

CAPÍTULO 2

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

2.1. Desenho da Pesquisa

A presente dissertação se enquadra na lógica do debate sobre a competição eleitoral na sua relação com a geografia eleitoral. Entretanto, a nossa interrogação recaiu sobre a distribuição da geografia eleitoral em Moçambique, este trabalho objetiva alcançar os resultados com base nas estratégias metodológicas que abaixo avançamos. Porém, importante discutir alguns elementos característicos de uma pesquisa, de forma sumaria. Barreto e Honorato (1998), Ventura (2002) Lakatos e Marconi (2009) Kellstedt e Whitten (2009) explicam que os procedimentos metodológicos podem ser compreendidos como sendo os métodos e técnicas que podem ser usados para efetivação de um trabalho científico. Em seguida, Prodanov e De Freitas (2013, p. 14), definem a metodologia como sendo o *processo* de aplicação de procedimentos metódicos e técnicos de pesquisa, que devem ser observados para construção do conhecimento *científico*, com o propósito de comprovar a sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Como tal, usamos diversos métodos e técnicas de pesquisa comumente usados nas ciências sociais, em geral, e a ciência política em particular. Assim, fizemos uma análise exaustiva da literatura clássica e contemporânea a respeito da competição eleitoral e geografia eleitoral; segundo, uma análise dos resultados eleitorais agregados. Assim, a metodologia utilizada neste trabalho, foi desenvolvida nos seguintes eixos:

Com objetivo de conhecer o estado da arte produzido no campo de estudo, com este aprendizado, analisamos em uma perspectiva problemática, as pesquisas empíricas e analíticas na área da geografia eleitoral e competição política. Combinados em duas dimensões: Em primeiro lugar, fizemos uma pesquisa aprofundada do tema, desenvolvendo-se na base da revisão bibliográfica do material já elaborado, como livros, artigos científicos qualificados,

teses, fontes em revistas (acessados nos sites). Esta etapa foi desenvolvida na biblioteca Central da Universidade Federal do Pará e com destaque ao *Laboratório de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA*, revendo as pesquisas mais atualizadas nos periódicos: *Science direct e annual reviews, scielo, periódico capes*. Segundo, fizemos a pesquisa dos dados dos resultados eleitorais no Site oficial da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique. Estes dados depois de achados, posteriormente foram organizados e ordenados em planilhas Excel, que mais tarde construímos os gráficos presentes nesta pesquisa que permitiram maior compreensão do fenômeno em estudo.

2.2. Variáveis de Análise

2.2.1. Dependente:

→ Fatores determinantes da distribuição da competição e geografia eleitoral dos dois partidos FRELIMO e RENAMO em Moçambique (1994-2014)

2.2.2. Independente:

→ Controle da instituição política (Órgãos de Gestão Eleitoral) pelos dois partidos FRELIMO e RENAMO.

→ A conjuntura política e social da história do País, desde 1976 (o contexto de Guerra Civil entre os dois Partidos que propiciou o controle político e social das zonas as quais ocupavam respectivamente).

2.3. Base de Dados

A pesquisa trabalhou com uma base de dados secundária, cujo uso acarretou críticas e problemas metodológicos, pois na sua maioria estes dados foram coletados no passado para outros objetivos que não primordialmente para os objetivos da nossa pesquisa. Isso nos leva a crer que poderiam ter existido vieses não propositais ou, em alguns casos, não intencionais. Assim, os dados secundários que fizemos uso, mesmo com a nossa capacidade de articular-nos e organizar, foram usados, mensurados e analisados para o seu devido uso em termos deste trabalho. Isto em razão de ser um dado antigo, cuja distância de tempo entre a coleta dos dados e sua publicação é, normalmente, muito longa.

Isso pode levar a erros metodológicos, que nos tomamos devida atenção neste sentido.

A base de dados da dissertação foram os arquivos e pesquisas existentes em Moçambique, a exemplo: pesquisas desenvolvidas, antes e depois de cada eleição, pelos pesquisadores e seus associados do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique; do Centro de Integridade Pública, do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, entre outros, e não só, sobre as eleições, os partidos políticos e a sua relação com o território de dominância de cada partido ou candidato. Baseando-se estritamente nos resultados eleitorais procurou-se desvendar a geografia da competição eleitoral na sua dimensão espacial, olhando as diferenças e mudanças em uma dimensão temporal, que é o nosso período em análise. A partir da disponibilidade de dados, tentamos trazer uma explicação das variações no tempo da própria distribuição da geografia eleitoral em Moçambique, olhando os padrões de votação dos dois partidos políticos FRELIMO e RENAMO, mas não se deceptando da abstenção eleitoral, votos nulos e brancos observadas em cada distrito eleitoral com maior ou menor predominância de um dos dois partidos.

A coleta de dados foi realizada a partir do registro oficial da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique (CNE) e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Este última é o órgão de gestão de todo processo operacional das eleições, e o responsável a conservar as informações relativas ao processo eleitoral em Moçambique.

Esta fase de trabalho desenvolveu-se continuamente com nossa participação em seminários, eventos, congressos nacionais e internacionais, que possibilitaram a apresentação da parte considerável dos resultados dessa pesquisa, com vista ao seu aperfeiçoamento.

O método de abordagem que fundamentou o nosso estudo foi eminentemente institucionalista, que possibilita olhar as instituições como regras formais e informais, que geram algum tipo de resultados políticos. A abordagem institucionalista permite auferir os pressupostos institucionais que explicam a competição política e a geografia eleitoral em Moçambique, tomando em consideração como variável independente a composição do órgão de gestão

eleitoral em Moçambique, associando as mudanças e continuidades da maneira pela qual os dois principais partidos – FRELIMO e RENAMO controlam o órgão.

Verificação de Hipótese 1:

O Controle das instituições políticas moçambicanas (Órgãos de Gestão Eleitoral) pelos dois partidos FRELIMO e RENAMO, influenciam a maneira como se dá a distribuição da competição política e a geografia eleitoral em Moçambique desde 1994 a 2014.

Para verificar esta hipótese do estudo fizemos primeiramente a revisão da literatura do debate sobre o processo de formação das instituições de gestão eleitoral convencionada na literatura nacional e internacional, o que nos permitiu compreender e avaliar a maneira como é estruturado o órgão de gestão eleitoral em Moçambique, baseado nos moldes convencionais, procuramos entender a influência do modelo de gestão eleitoral na competição política e eleitoral em Moçambique.

De forma empírica, para testar esta hipótese, fizemos uma demonstração numérica e gráfica da composição dos órgãos de gestão eleitoral em Moçambique associando a maneira como são indicados os membros que compõem. Esta composição como foi possível reverificar ao longo do teste da hipótese no trabalho, em cada pleito eleitoral a sua indicação na sua maioria era pelos dois partidos, e às vezes foram indicados pelas organizações da sociedade civil e partidos políticos além da FRELIMO e RENAMO.

Ao testarmos a hipótese, sempre que a resposta encontrada nos permitisse comprovar a nossa hipótese de que a composição é meramente partidária, e estes ocupam majoritariamente as vagas, apresentamos as informações que atestam tal situação, em forma de gráfico ou em tabelas, o número total de membros, de que partido político pertencem, o processo de nomeação do presidente da mesma instituição e como isso impacta na distribuição da competição política em Moçambique. Ao longo do nosso teste de hipótese, levamos em conta a ideia de que as instituições importam (LIMONGI, 1994), e por isso as instituições de fato influenciam as dinâmicas do jogo bem como os resultados políticos favoráveis ou não aos atores envolvidos, neste caso os partidos FRELIMO e a RENAMO.

Verificação da Hipótese 2:

A distribuição da geografia eleitoral das 1^{as} eleições de 1994, reflete a conjuntura política e social da história do País, desde 1976 (o contexto de Guerra Civil entre os dois Partidos que propiciou o controle político e social das zonas as quais ocupavam, respectivamente). Assim, a origem dos partidos FRELIMO¹⁸ e RENAMO¹⁹ explica a distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique.

Esta hipótese foi mensurada a partir da revisão de estudos feitos no contexto Moçambicano, que dizem respeito à formação dos partidos políticos em Moçambique, nomeadamente o partido FRELIMO, RENAMO, UD, MDM. Em seguida, verificou-se a relação que pode ser encontrada entre as origens dos partidos político, a base de apoio social e os resultados eleitorais dos principais partidos em todo País.

Para analisar a relação entre a base de apoio eleitoral dos dois partidos nas primeiras eleições de 1994, avaliamos os resultados eleitorais em cada região de Moçambique e, em seguida, fizemos a verificação da relação entre regiões de dominância do partido FRELIMO e RENAMO, desde o período da guerra civil vis-à-vis com a descrição e análise dos resultados eleitorais dos dois principais partidos políticos em Moçambique, subponto de vista da origem dos mesmos.

¹⁸ Que nasceu na parte do extremo norte do País - Cabo Delgado e os seus dirigentes serem na sua maioria do Sul do País.

¹⁹ Tem sua origem na região Centro e Centro Norte e os seus principais dirigentes são oriundos da região Centro - Sofala e Zambézia, e Norte do País – Nampula.

CAPÍTULO 3

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Metamorfoses da Democratização de Moçambique

Como demonstrado anteriormente, após a democratização em Moçambique, introduz-se o multipartidarismo na nova constituição de 1990, aprovada pela Assembleia Popular unipartidário²⁰. Desde então, foram realizadas cinco eleições gerais e o partido FRELIMO ganha, com maioria dos assentos no parlamento Moçambicano. Mesmo com esta configuração, as dinâmicas políticas e eleitorais mostram que há uma distribuição da dominância dos dois principais partidos (DE BRITO, 2014, p, 31; NUVUNGA, 2013). Este fenômeno não se deu de forma linear. Recordar que o partido RENAMO, na medida em que os pleitos eleitorais avançavam (1994-2014), veio perdendo progressivamente o apoio eleitoral que tinha em alguns distritos eleitorais com maior apoio (Nampula, Zambézia, Tete e Sofala), em consequência disso, também o partido FRELIMO, perdeu uma parte do apoio eleitoral, mas conseguiu manter número considerável de votos que lhe permitiu continuar a vencer as eleições, como se vê na tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Resultados Eleitorais dos Partidos FRELIMO e RENAMO (1994-2014)

Ano Eleitoral \ Partidos	FRELIMO	RENAMO
1994	44%	38%
1999	49%	39%
2004	62%	30%
2009	75%	18%
2014	56%	33%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados CNE, 2016.

²⁰ Após a independência de Moçambique em 1975, o país adota um sistema de partido único com uma Assembleia Unipartidária, cujo seus membros deveriam ser e eram do partido no poder, neste caso à FRELIMO. Mas em decorrência do fim da guerra civil e na sua sequência natural os acordos gerais de paz, houve necessidade da elaboração de uma nova constituição da República em 1990, que fez desaparecer por completo a Assembleia unipartidária que vinha durando desde 1975, para um novo modelo de Assembleia que sairia das eleições de 1994, que deveria obrigatoriamente ser multipartidária ou se quisermos pluripartidária.

Há uma tendência de redução do apoio eleitoral do Partido RENAMO, entre 2004 a 2009, entretanto, há uma espécie de revés nas legislativas de 2014, onde se nota um aumento substancial do apoio eleitoral da RENAMO, ao mesmo tempo em que a FRELIMO perdeu consideravelmente a larga vantagem que conseguiu nas eleições de 2009. Assim, os resultados eleitorais indicam que a RENAMO mantém certa estabilidade, apesar de ligeira queda no transcurso das três primeiras eleições, com exceção da eleição 2004 e 2009 onde sua votação realmente decresce de forma acentuada, mas o partido recupera sua posição em 2014. No caso da FRELIMO o partido cresceu e capturou algumas regiões historicamente de dominância da RENAMO, como o caso dos círculos eleitorais de Tete, Nampula e Manica, cuja plenitude foi nas eleições de 2009, ano que obteve uma votação muito expressiva.

Outra possível explicação da perda de apoio eleitoral da RENAMO é o fenômeno abstenção, como iremos tratar este ponto, no capítulo 3. Em tempos, a explicação para a perda de apoio eleitoral da RENAMO está no fato que nos distritos eleitorais onde o partido era dominante, houve aumento significativo dos níveis de abstenção eleitoral²¹, ao mesmo tempo em que as investidas do partido FRELIMO aumentaram, o que permitiu que a FRELIMO vencesse nas eleições de 2004 e 2009. Aliás, o eco da abstenção eleitoral é associado ao fato de o voto ser facultativo²² e como a literatura internacional mostra que nos países onde o voto é facultativo, há uma tendência crescente da abstenção eleitoral ou simplesmente, ela se constitui uma “*realidade existencial*” nos moldes de Georg Gadamer, Martin Heidegger, Søren Kierkegaard (SCHLOMOFF, A. 2006). Para Schlomoff, a média da participação eleitoral, nos países cujo voto é facultativo, como é o caso de Moçambique, tem sido de 85% até nos meandros da década de 1940 e descendo para 78% a 80% nos anos 1990. Desde então, veem descendo de eleição a eleição, sobretudo na década de 2000.

Entretanto, os poucos estudos eleitorais existentes em Moçambique, incidem mais sobre os processos eleições e seus resultados (DE BRITO, 1995, 2007, 2014; MAZULA, 2004, 2004b; PEREIRA, 1995; MACUANE, 2010; DO ROSÁRIO, 2011; NUVUNGA, 2013; TERCENIANO, 2014 e outros) deixando de

²¹ Os dados da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique (CNE) evidenciam que a abstenção eleitoral foi de 13% 1994; 30% 1999; 63% em 2004; 56% 2009; 52% em 2014.

²² Recenseamento eleitoral é o nome dado ao processo de Registro Eleitoral em Moçambique.

fora o debate sobre os padrões de competição eleitoral, tal qual propomos nesta pesquisa. O único estudo, que de forma superficial abordou esta temática, foi de Luís de Brito (1995) e Adriano Nuvunga (2013), que analisam as eleições e uma cartografia eleitoral de Moçambique. Especificamente o segundo estudo de Nuvunga (op. cit.), analisa a Política de Eleições em Moçambique, para demonstrar que a FRELIMO foi reduzindo gradualmente o tamanho da vitória da RENAMO nos círculos eleitorais onde sempre obteve maioria de votos, em 1994, 1999 e 2004. Todavia, esta perda de apoio eleitoral da RENAMO, se deu em função ainda que de *forma duvidosa*, do fortalecimento do partido FRELIMO e o advento do fenômeno de “abstenção eleitoral robusta” em Moçambique.

A abstenção eleitoral foi mais visível nas regiões de dominância do partido RENAMO. Há varias explicações e entre elas destacamos: o desinteresse do eleitorado, como apontado pela pesquisa encaminhada em 2006, por De Brito (2005) onde se analisa o comportamento dos eleitores nas eleições de 2004. Outra explicação é a maneira como o líder da RENAMO tem gerido o partido. Pela opinião pública, o presidente da RENAMO é considerado personalista, autoritário, do ponto de vista das decisões inconsistentes que vêm tomando desde 1994²³, e o fato de, ao longo dos anos 2000 a 2010, o presidente de o partido RENAMO ter marginalizado todo um conjunto de individualidades influentes no seio do partido. Destacamos Raul Domingos, que foi expulso na RENAMO e nas eleições de 2004, funda o partido para Democracia e Desenvolvimento (PDD) concorre às legislativas e as presidenciais de 2004.

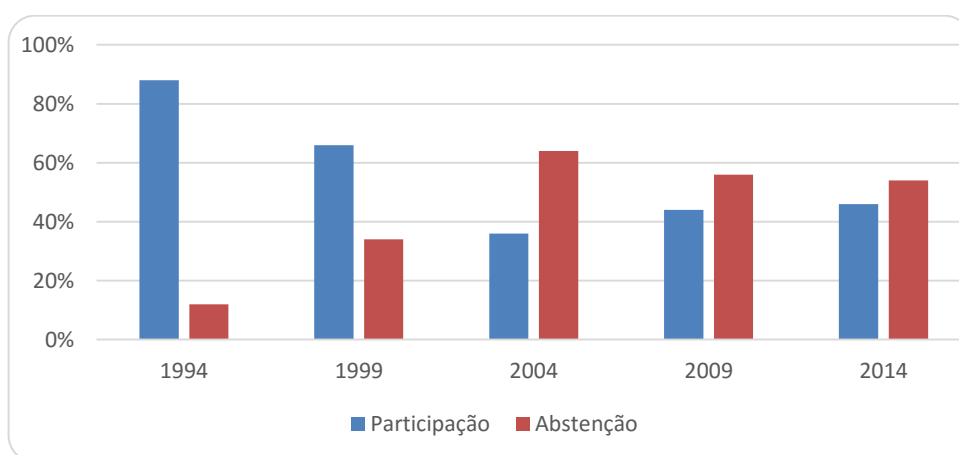
Apesar de não ter conseguido assento parlamentar, os dados eleitorais mostram que o partido conseguiu uma expressão eleitoral nas regiões onde a RENAMO era dominante desde 1994. Em 2008, mais uma vez, expulsou o então presidente de um dos maiores municípios de Moçambique – Beira, o engenheiro Devis Simango. Por muito, considerado como aquele que seria o substituto natural de Dhlakama, mas pelo fato do Simango começar a ofuscar a imagem do líder do partido e ter uma notável visibilidade foi expulso. Uma vez expulso, concorre com uma candidatura independente nas municipais de eleições de 2008 na cidade da Beira e vence, e em 2009, concorre a candidato a presidente da

²³ Ele negou participar nas eleições em 1998, e a nomeação dos governadores em 2000, e não participou novamente nas eleições municipais de 2013.

Republica, mais uma vez, teve uma trajetória similar ao Raul Domingos, teve maior apoio eleitoral na Província de Sofala e Nampula, que são círculos eleitorais sempre foram favoráveis ao partido RENAMO e o seu candidato.

O fenômeno abstenção eleitoral para no nosso estudo mostra-se importante pelo fato de compreendermos que mais do que preferências e escolhas eleitorais, as instituições na sua relação com a alienação eleitoral se constituem um elemento a ser levado em consideração na análise da competição eleitoral em Moçambique²⁴.

Gráfico 1: Participação e Abstenção Eleitoral em Moçambique (1994-2014)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

De Brito, et all (2004), Mazula (2006) evidenciam que os níveis altos de abstenção eleitoral em Moçambique se dão na sua maioria, nas zonas com maior influência do partido RENAMO e com menor notabilidade nos distritos eleitorais sob domínio do Partido FRELIMO. Por isso, entendemos a necessidade de explorar a relação existente entre abstenção eleitoral, força eleitoral dos dois partidos e declínio do apoio eleitoral da RENAMO. Neste intuito, o estudo da competição política e geografia da distribuição eleitoral do Partido FRELIMO e

²⁴ Os mecanismos de funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral, sempre forma problemáticos. A sua composição e conseqüente renovação em cada pleito eleitoral comprova isso. A própria legislação eleitoral é volátil, e em cada ciclo eleitoral, é redesenhada nova legislação, para de alguma forma coabitar com os interesses dos dois principais partidos. Exemplo disso é a legislação eleitoral de 2014, que primeiro, a ocupação dos cargos de diretor e vice-diretor, e os vogais do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral e da Comissão Nacional de Eleições é por via proporcional (mediante a representação parlamentar dos partidos políticos). Isto é, a FRELIMO sendo o partido com mais assentos no parlamento, tem maior representatividade nos órgãos de gestão eleitoral e seguidamente a RENAMO, finalmente o Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Este fato vem acontecendo desde 1994. Mais detalhes vide em: Luís de Brito (2010); Mazula (2004); Macuane (2013).

RENAMO se apresentam como um fenômeno importante a ser estudado no contexto Moçambicano.

3.2. Da história política à transição para Democracia Multipartidária

A nação Moçambicana resultou da guerra contra os Portugueses, que foi encaminhada pela FRELIMO na busca pela independência, entre 1964 a 1974. Este processo foi auxiliado a partir das bases recuadas na recém-independente Tanzânia, de orientação socialista. Ao longo do processo de guerrilha na busca da independência, a FRELIMO foi guiada pela orientação socialista, e que veio a se consolidar em 1977, com a adoção oficial do marxismo-leninismo pelo então Partido-Estado FRELIMO. A história política e eleitoral de Moçambique muito antes das eleições multipartidárias de 1994 foi instituída por eleições num contexto de partido único. Como tal, em 1977 foram realizadas as primeiras eleições unipartidárias, para escolha de membros da Assembleia Popular. Situação similar aconteceu em 1986, onde mais uma vez assistiu-se a realização de eleições num contexto de partido único. A autora Soiri (1999), por exemplo, explica que o país atravessou um período de crises e subsequente tendência de transição, bem como mudanças ocasionais do modelo socialista de governação²⁵. Como forma de corrigir estes problemas, inicia na segunda metade de 1980, um processo de reformas econômicas que foi acompanhada pela liberalização política.

Esta passagem é ilustrada quando em 1989, no V Congresso do Partido, a FRELIMO abandonou sua ideologia marxista-leninista e transformou o seu modelo de governação conforme a orientação liberal. Nos finais de 1980, a abertura política foi caracterizada por um amplo debate sobre a organização institucional da nova república que culminou com a promulgação da nova Constituição, em novembro de 1990. Entre outras mudanças notáveis, foi introduzido, pela primeira vez, o multipartidarismo e Moçambique deixou de ser República Popular para tornar-se simplesmente República de Moçambique.

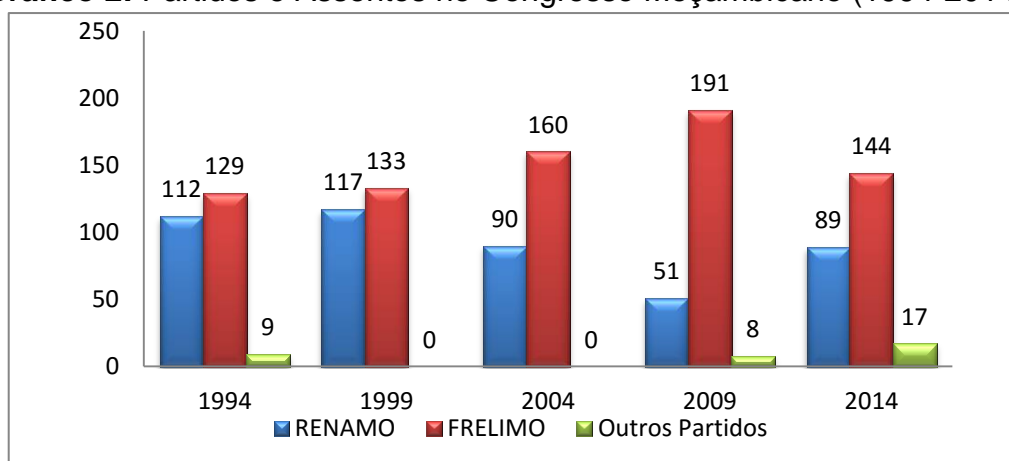
Conforme trabalhos anteriores, Terenciano (2014, p. 16), o oponente duradouro da FRELIMO na guerra civil, no caso, a RENAMO, assinou um Acordo

²⁵ Nas palavras de António Dias (2012) o processo de democratização de Moçambique culminou com o processo de construção de paz que terminava com quase duas décadas de guerra. Após a independência, o partido-Estado FRELIMO não conseguiu aglutinar os anseios diferentes e culminou com a guerra civil.

Geral de Paz (AGP) em 1992 e começou a edificar-se em partido político e a fazer a sua campanha para as eleições. No entanto, após as primeiras eleições de 1994, a RENAMO foi posteriormente violando os termos do AGP, nos períodos pós-eleição. Nas eleições presidenciais e parlamentares 1999, 8 partidos disputaram as eleições, mas os mais sonantes foram a FRELIMO e a RENAMO-UE²⁶. Mesmo tendo ganhado as eleições, a FRELIMO (partido no poder) foi acusada por manipular votos e falta de transparência, levando a RENAMO a reclamar sobre as regras de contagem de votos (Método D'hondt).

Desde a realização das primeiras eleições em 1994, notou-se uma tendência da predominância na cena política de dois partidos (FRELIMO e RENAMO), que vem dominando, em conjunto, quase a totalidade dos assentos parlamentares, na medida em que os processos eleitorais vão se desenrolando (1999, 2004, 2009, 2014)²⁷, como pode se verificar no gráfico 2.

Gráfico 2: Partidos e Assentos no Congresso Moçambicano (1994-2014)²⁸



Fonte: CNE. Adaptado pelos autores (2016).

²⁶ RENAMO-UE se constituiu uma coligação de vários partidos da oposição, com dupla percepção: para os partidos pequenos, significava que poderiam ter oportunidade de conseguir alguns assentos parlamentares ou influenciar o jogo político. Ao contrário, a RENAMO, tinha o objetivo de limpar o terreno da eleição presidencial dos candidatos de pequenos partidos cujos líderes recebiam em troca lugares elegíveis nas listas da coligação para o parlamento.

²⁷ Nosso foco em medir a força eleitoral dos dois partidos por meio das eleições Legislativas, se deu em função de entendermos que os partidos nas democracias consolidadas são mais importantes que os candidatos presidências de seus partidos, mas algumas vezes ao longo do texto, damos referência às disputas presidências. Desde 1994, os candidatos do partido (FRELIMO vencedores em todas as eleições e o candidato a presidente da RENAMO) a disputa têm sido dual, e os outros candidatos não têm ultrapassado votação não mais que 7%.

²⁸ Importante referenciar que a Assembleia da República de Moçambique é composta por 250 Assentos parlamentares, conforme a distribuição baseado na magnitude dos distritos eleitorais. Os distritos eleitorais com maiores assentos parlamentares desde 1994 a 2014 são: Nampula, Zambézia, que detêm em média 52 e 50 respetivamente. Ao contrario, os distritos com menor assentos parlamentares são Niassa, Maputo Província e Manica com 11, 13 e 15 respetivamente.

Este fenômeno também tem suas dicotomias, como por exemplo, a tendência de surgimento de zonas de domínio para cada um dos dois partidos, o que levou o Partido FRELIMO a ter distritos eleitorais com seu domínio (províncias da zona Sul do País - Maputo, Gaza e Inhambane e a Norte do País - Cabo Delgado e Niassa), o mesmo aconteceu com o partido RENAMO (Zona Central do País - Sofala, Tete, Zambézia e Manica) e uma parte do Norte do País (Nampula – Maior círculo Eleitoral de Moçambique)²⁹.

Nestas zonas de domínio, o que diferencia os dois partidos é o fato da FRELIMO, ao longo do tempo, consolidar a sua base de apoio eleitoral mesmo que de forma homeopática, entretanto a RENAMO ao contrário, tem vindo a perder seu apoio eleitoral nas regiões sob seu domínio e isso pode ser associada pelo fato de estas regiões sob domínio da RENAMO, notabilizar se um aumento dos níveis de abstenção eleitoral, conforme iremos apresentar no último capítulo deste estudo.

Assim, estudos existentes em Moçambique, preocupados em demonstrar este fenômeno, concluem que a perda de apoio eleitoral se dá em função do crescente número de abstencionistas (Nuvunga, 2013), mas fazendo uma geografia eleitoral dos resultados eleitorais, percebe-se que tanto os locais de maior votação da FRELIMO, assim como os locais de domínio da RENAMO, têm vindo a crescer este fenômeno. Deste modo, pode ser avançada a ideia segunda a qual, os dois principais partidos, são visados pelo fenômeno de abstenção, mesmo que de forma diferenciada.

3.3. Raízes Sociais dos Partidos Políticos em Moçambique

O objetivo deste subcapítulo é apresentar as raízes sociais dos dois principais partidos, dando mais ênfase à origem e o momento de surgimento. Primeiro vamos apresentar o surgimento do partido FRELIMO, e como isso se configurou, ao longo do tempo, principalmente algumas veleidades no seio do partido, e como isso desencadeou um movimento de libertação nacional que o levou a se transformar em partido político. Porém, fazendo ponte com o surgimento do partido RENAMO, que pela história, advêm dentro da FRELIMO.

²⁹ Os círculos eleitorais da Zambézia e Nampula são os círculos eleitorais mais populosos, representando em conjunto na análise da distribuição dos mandados desde as eleições de 1994 a 2014, quase 40% dos mandatos parlamentares.

Em um segundo momento, vamos apresentar do mesmo modo a história da origem do partido RENAMO, dando ênfase o momento em que eclodiu a guerra civil e o seu desdobramento que culminou com domínio e controle político e social de algumas regiões de Moçambique conforme apontado por (GEFFRAY, 1992; DE BRITO, 1995). Vamos descrever as dinâmicas partidárias dos dois movimentos ou partidos até as primeiras eleições. Finalmente, propomo-nos a apresentar a história do partido ou coligação “União Democrática” e “Movimento Democrático de Moçambique” que chegaram a ater uma representação parlamentar em 1994 e 2009-2014 respectivamente.

A contextualização da história de Moçambique, desde o seu passado colonial, com a chegada dos portugueses através da penetração mercantil, até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território culminou com o nascimento de alguns movimentos que mais tarde se uniram e formaram uma única frente. Mesmo assim, sempre foi notável a presença de conflitos em território moçambicano não estando ligados ao combate contra todo tipo de discriminação social advindo do colonialismo, mas entre a classe política existente em Moçambique e a sua ordem social e cultural (CAU, 2011).

3.3.1. Raízes Sociais do partido FRELIMO

A semelhança de muitos países africanas onde começou a se notar o surgimento de muitos movimentos contra o colonialismo, principalmente a partir da década de 1950, do século XX, Moçambique não esteve fora da moda. A versão historiográfica consagrada explica que a formação da Frente partiu da união interna e no exílio de três grupos nacionalistas moçambicanos.

A FRELIMO tem sua base na luta de libertação nacional, onde tomou parte um grande grupo de pessoas que se opunha ao poder colonial, sem determinação da cor, etnia ou crenças. É uma frente constituída em 25 de junho de 1962, na Tanzânia, pelo então Dr. Eduardo Mondlane, em uma fusão de três movimentos anticoloniais MANU - fundada em formadas no Quênia em Mombaça, e Tanzânia, UDENAMU - formadas no Quênia em Mombaça e UNAMU - formada em Malawi em Blantyre (LUNDIN, 1995, p: 433) e por um grupo de intelectuais que se opunha a regime colonial, que não pertencendo a estes três movimentos,

estavam baseados maioritariamente nesta altura em Paris (CABAÇO, 2007, LUNDIN, 1995, NEWITT, 1995; O'LAUGHLIN, 1992).

A FRELIMO, além de ser composta em parte por membros da UDENAMO, MANU e UNAMI, era também constituída por membros da sociedade intelectual do interior do país, membros das comunidades étnicas, estudantes e camponeses e visava à unidades como uma das suas principais bandeiras ideológicas,

[...] A FRELIMO defendia uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo... Esta unidade forjar-se-ia pelo estabelecimento de "relações de tipo novo" que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional [...] (CABAÇO, 2007, p: 64).

É possível notar que a ideia da unidade era constante no seio da FRELIMO e procurou de todas as formas a sua implantação para evitar fragmentos dentro do partido. Contudo, esta Frente então fundada tinha sua base de apoio alargada e conseguiu aliar os três movimentos (MANU, UDEMANO e UNAMI) mesmo que inicialmente tivessem uma tendência mais regional e não de unidade conforme explicado por (NEWITT, 1995). Ao contrato do que se pretendiam, os primeiros anos do movimento foram marcados pelo facciosismo e pela dissensão interna (OPELLO, 1975; O'LAUGHLIN, 1992). A principal divisão do partido resultava da oposição entre as duas facções principais: a radical e a conservadora. Os da facção conservadora, sempre pretenderam centrar os esforços na independência.

O objetivo dos radicais era após a independência, assumir o controlo do Estado e utilizar esse poder para remodelar completamente Moçambique e construir uma nova sociedade, a sua maneira. Na década de 70, do século XX, os radicais tinham dominado os seus adversários conservadores dentro do partido que lhes permitiu unir o partido sob a sua liderança e talvez apenas conseguisse adiar as divergências internas da obtenção da independência (VINES, 1996). Os radicais assentavam sua liderança em alianças entre pequenas coligações de assimilados *oriundos da zona sul do País*, normalmente mulatos, brancos e indianos e também uma elite emergente rural de moçambicanos do Norte do País, com níveis de educação obtidos em seminários que lhes permitia ter o devido respeito dentro da FRELIMO. Porém, este grupo de radicais, excluía a elite do Centro do país que tinham antecedentes sociais diferentes (HALL e YOUNG, 1997; VINES, 1996). Apesar da elite oriunda do Norte do País representar uma

parte importante da elite governante, a grande parte dos que encabeçaram a ideologia eram advinda da elite de Maputo (VINES, op. cit.).

A FRELIMO no decorrer do tempo passou a identificar-se como uma frente nacionalista com pressupostos do “marxista-leninista” (KRUKS, 1987). O autor explica que a adoção dos postulados “*marxista-leninistas*” obedeceu a um processo intrínseco vinculado à singularidade e às especificidades da “luta de libertação nacional”, algo que o primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, já havia evidenciado no seu livro (Lutar por Moçambique).

O primeiro presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Mondlane, foi assassinado em 3 de fevereiro de 1969, algo que permitiu que o comando da organização fosse assumida por um triunvirato (Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos)³⁰. Vários problemas de gestão no seio da FRELIMO fizeram com que muitos embates internos surgissem e a direção da frente sofreu um processo de mudanças radicais. Passou-se a discutir, no interior da organização, um conjunto de problemas derivados da questão racial, do critério de pertencimento e da lealdade ao grupo (VINES, 1996).

Explica Macagno (2009) que aqueles que seguiam o legado de Mondlane reclamavam os três elementos (questão racial, o critério para pertencimento e lealdade ao grupo) argumentando sobre o caráter excludente da organização, cujos visados eram os membros vindas da região Centro do País. Com estas crises cíclicas dentro do movimento de Libertação em maio de 1970, em uma reunião do Comitê Central da FRELIMO, Uria Simango foi expulso, e mais tarde fuzilado, com acusações de estar ligado à conspiração para segregar o grupo (NKOMO, 2004; MACAGNO, 2009; CAHEN, 1993).

Após uma década de luta pela libertação, o presidente da Frente, Samora Machel, expandiu as forças para a parte Norte e Centro do país. Em 25 de abril

³⁰**Uria Simango**, natural do Centro do País, concretamente na província de Sofala. Foi um dos membros mais influentes e fundadores do movimento de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Por veleidades dentro do movimento, foi condenado e morto, acusado de ser regionalista. Seu filho Daviz Simango, atualmente é presidente do 2º município mais importante de Moçambique (Beira) e por sinal, o local onde a FRELIMO nunca teve bons resultados eleitorais tanto para as legislativas, assim como para as presidenciais. **Samora Machel**, Primeiro presidente de Moçambique Independente. Substituiu Eduardo Mondlane após a sua morte. Principal mentor do socialismo e marxismo em Moçambique. Populista, carismático e Pai da nação Moçambicana. Morreu em um acidente em 1986, que até então não se sabem as razões do acidente. **Marcelino dos Santos**, Membro fundador do partido FRELIMO. Antes de integrar-se na FRELIMO, foi secretário da UDENAMO (vide pagina 30) e atualmente membro sênior do partido FRELIMO, onde faz parte da comissão política.

de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, uma nova fase do embate entre portugueses e moçambicanos começa a aflorar, o que levou ao término do conflito. Com isso, a guerra entre a FRELIMO e o governo português chegava ao fim em setembro de 1974 quando foi assinado o Acordo de Lusaka, na Zâmbia, o que permitiu que Portugal reconhecesse formalmente o direito de independência a Moçambique que ocorreu em 25 de junho de 1975 (VINES, 1996; MACAGNO, 2009; SUMICH, 2008; O'LAUGHLIN, 1992). A partir desse momento, Moçambique passa a ser governado pela FRELIMO num regime de partido único e através da ideologia socialista (ALFANE, 1996), como corolário do bloco oeste (URSS, Cuba, Coréia do Norte, China) que teve um papel importante na luta pela independência de Moçambique.

A escolha deste modelo tinha intenções de acabar com o subdesenvolvimento e construir um bem-estar para todos em pouco espaço de tempo (LUNDIN, 1995). Na análise posterior, pode-se constatar que esta escolha por ser excludente e não permitir o questionamento, o diálogo ou o pluralismo, e não estar baseado em uma análise profunda da estrutura social local, aliança às implicações internas da FRELIMO, e externas, no caminho a seguir depois da independência, descuroou dois importantes fatores, um estrutural e outro conjuntural que levou ao fracasso deste modelo (LUNDIN, 1995). No momento avançamos os fatores de ordem estrutural, que estão presentes na natureza da sociedade Moçambicana e, conseqüentemente, na natureza do próprio estado Moçambicano que é pluralista do ponto de vista étnico e de interesses socioeconômicos, ainda sem uma identidade de nação, ou seja, uma identidade sociocultural do termo e muitos interesses dispersos.

Alcançada a independência, o Partido-Estado não conseguiu implantar uma representatividade política partidária eficaz (PEREIRA, 2006), pois o partido FRELIMO então no governo acreditava que os camponeses representavam a força revolucionária do povo, mas isso ocorria vis-à-vis com a concentração da classe política e burguesa no sul do país que aumentava o distanciamento entre os dirigentes políticos e parte da população. Por exemplo, Cabaço (2007) explicou que a independência de Moçambique aconteceu num período perturbado da

economia mundial³¹. Isso de alguma forma permitiu bruscamente a redução dos preços das matérias-primas para a exportação e o início da guerra civil no país em 1976, fatalmente a economia entra em crise.

Dois anos após a independência (1977) iniciou o conflito civil entre a FRELIMO e a RENAMO. Pelas consequências da guerra, as populações foram se afastando para o campo e isso significou também o afastamento das políticas e do projeto de sociedade pensada pela elite da FRELIMO, como sustenta De Brito, et all.

[...] a guerra que devastou o país nos 16 anos (1976-1992), teve uma base social interna e externa. A atitude hostil da FRELIMO em relação às comunidades camponesas, a sua política rural baseada nas empresas estatais e no aldeamento da população e a incapacidade de organizar um sistema de comercialização agrária satisfatório, resultou numa clivagem fundamental da sociedade moçambicana depois da independência, *que dividia assim a sociedade*: a FRELIMO com o seu Estado, a população urbana e alguns grupos de populações rurais relativamente próximos e beneficiários da ação estatal, por um lado e uma grande parte da população rural, afastada do poder e tratada como simples objeto da ação modernizadora, por vezes violenta, do partido-Estado por outro. Foi este processo de exclusão e marginalização de uma parte da população moçambicana e dos seus representantes tradicionais que, conjugado com outros factores, dentre os quais é de destacar a maior ou menor identificação com os grupos dirigentes em termos étnicos regionais, alimentou a base interna sobre a qual iria crescer e desenvolver-se a guerra e com ela a RENAMO como movimento nacional de oposição [...] (DE BRITO, L. et all. 2003, p.15)

Como inicialmente apresentamos apenas o fator estrutural, neste momento passamos a apresentar o fator conjuntural que deve ser mapeado em dois eixos: o internacional, com a guerra fria que posicionou estados e regiões em blocos, onde um opunha-se ao outro. Aliar-se com um lado implicava necessariamente a hostilidade, aberta ou velada do outro (LUNDIN, 1995, p. 434). E a escolha do modelo de desenvolvimento socialista posicionou Moçambique junto ao bloco Socialista, transformando os países que assim também o faziam em aliados naturais. Por outro, a região tinha dois governos de minorias em fronteiras mais diretas e talvez importantes. O caso da Rodésia hoje Zimbábue e da África do Sul da apartheid, que se alinhavam no bloco político e econômico oposto e mais tarde ajudara a RENAMO a combater o governo socialista da FRELIMO (LUNDIN, op. cit. p. 434).

³¹ Exemplificado, a crise de 1973, relativo ao primeiro choque do petróleo no mundo contemporâneo.

O surgimento da FRELIMO foi acompanhado por um conjunto de situações que mais tarde ao longo do desenvolvimento e coesão do movimento, tiveram o papel mais ou menos de criar castas no seio do grupo. Veja que, no seio da FRELIMO, existiram dois grupos. Os radicais que em sua maioria eram oriundos da zona Sul do País e parte do Norte do País, a qual após independência consegue dominar as correntes internas do partido Estado (FRELIMO) contraditórios as suas ideias e uma marginalização quase constante dos membros considerados conservadores e oriundos da região Centro e Norte do País. Com a eclosão da guerra civil em 1976 aconteceu que estes marginalizados foram em grande número os desertores, abandonam a FRELIMO em sua maioria, e vão se juntar com a RENAMO. Esta senda seguiu-se também depois dos Acordos Gerais de Paz e a realização das primeiras eleições multipartidárias. A região Centro e Norte, historicamente marginalizada pela FRELIMO, se aliam a RENAMO e foram às regiões que geograficamente votaram mais na RENAMO e o seu candidato com percentagens acima de 60%, conforme os gráficos 10, 11, 12 e 13. .

3.3.2. Raízes Sociais do partido RENAMO: Origem da RENAMO

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) surge com objetivo de destituir o poder do país que estava nas mãos do partido-Estado FRELIMO. No mesmo quadro sócio-político da polarização mundial com a Guerra Fria, explicado por Lundin (1995), a RENAMO é criada pelo regime de Ian Smith na antiga Rodésia (atualmente Zimbábue) como resposta a ajuda que a FRELIMO dava a Zimbabwe a quando a luta pela independência, e na sua maioria era composta inicialmente por colonos portugueses que se mudaram para a Rodésia após a independência de Moçambique, porém, ainda tinham interesses financeiros no País. Por outro lado, a RENAMO era constituída por cidadãos moçambicanos que fizeram parte do antigo exército português (GEFFRAY, 1991; JARDIM, s/d; HERMELE, 1990, PINTO, J. s/d). Em 1983 também foi apoiada pela África do Sul, a ainda sub regime do Apartheid (MINTER, 1994). O movimento surgiu assim com um cunho militar com pretensões de desestabilizar o partido-Estado, somente depois de muito tempo vai ganhado cunho político (GEFRAY, 1991).

Como visto acima, as principais explicações para eclodir a guerra civil no país depois da independência de Moçambique tende a polarizar-se entre duas posições. A primeira realça que a guerra foi uma projeção de desestabilização contra o governo da FRELIMO, patrocinado externamente, no contexto da “estratégia total” do regime apartheid da África do Sul para a região austral do continente (HANLON, 1984; MINTER, 1994, HERMELE, 1990), vis-à-vis a crescente preocupação ocidental em torno de um governo inspirado na ideologia marxista-leninista. Por esta via, a RENAMO é vista como uma força fantoche, sustentada no exterior e sem nenhum programa político real ou intenção governativa e nenhuma base de poder doméstico (HANLON, 1984, p. 21). A segunda explicação da guerra civil advoga que as causas da guerra foram internas, fruto das veleidades da experiência socialista falhada e a política de exclusão quase constante do partido FRELIMO, sobretudo a alienação do apoio aos agricultores rurais, o desrespeito pelas autoridades tradicionais, religiosas ou não, a imposição de aldeias comunais e novas estruturas de poder que procuraram substituir a ordem social tradicional, apanágio da tentativa de eliminar todos os vestígios do “obscurantismo” e de forjar “um homem novo” na revolução moçambicana (HERMELE, 1990; HANLON, 1984).

Geffray (1991) fez um esforço para aliar estas duas formas de ver a origem da RENAMO e conseqüentemente a guerra civil. Sem decepar-se da origem da formação por incentivos do regime Apartheid na África do Sul, o autor explica a origem do conflito no amago do falhanço do projeto de governança (principalmente as aldeias comunais) da FRELIMO após a independência, e associam as estratégias as quais a RENAMO conseguiu usar para se fortalecer dentro das comunidades marginalizadas pelo projeto do partido FRELIMO. Geffray (op. cit.) procurava assim trazer uma nova visão que a sociedade tinha da RENAMO (como bandidos armados, assassinos) trazendo à tona os complexos dos processos políticos e sociais nas regiões do Norte de Moçambique.

A RENAMO que nasceu em princípios de 1977, teve algumas outras razões como, por exemplo, o descontentamento de uma parte substancial da população rural, sobretudo do centro norte do país, em relação às políticas socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução (GEFFRAY, 1991; HANLON, 1984).

O primeiro chefe da RENAMO foi André Matsangaíssa, que era um dissidente da FRELIMO. Como punição pela dissidência, foi levado no dia 15 de setembro de 1976, para o campo de reclusão na localidade de Sakuzi, no distrito de Gorongosa, província de Sofala, de onde conseguiu fugir. Depois da fuga, organiza uma expedição contra o mesmo campo e resgata 400 prisioneiros, que o seguem para a então Rodésia (PINTO, J. s/d). Destes 400, só pouco mais de 25 acabam por lá chegar. São estes os primeiros guerrilheiros da RENAMO e é aqui que nasce a resistência em Moçambique. O atual líder da RENAMO desde 1977, “Afonso Dhlakama” conta assim os primórdios da RENAMO e da sua luta,

[...] éramos todos militares da FRELIMO: eu, chefe provincial da intendência, o André, comandante de um destacamento de engenharia. Formávamos um grupo de descontentes que entenderam rapidamente que o rumo político que o país seguia era muito errado. A FRELIMO já nos tinha identificado e andava em cima de nós. O André foi preso por alegarem que tinha roubado um motor, na realidade as razões eram políticas... Tínhamos combinado que tínhamos que arranjar armas para fugirmos do exército e começarmos a disparar. Só nos finais do mês de Abril de 77 é que a Rodésia aceita apoiar a criação dum movimento de resistência ao comunismo em Moçambique, que viria a ser a RENAMO. Nos finais de Abril de 77, a Rodésia dá duas armas AK-47 ao André. O André recrutou dois rapazes moçambicanos, antigos militares da FRELIMO que tinham fugido de Moçambique e estavam na Rodésia a trabalhar nas “farmas”. Era o Manuel Labssone, natural do Dondo, de etnia Sena, e o Marcos Amade, de Catandica, distrito do Báruè, todos do Centro do País [...] No dia 6 de maio de 1977, o André Matsangaíssa e os dois recrutas entraram em Moçambique, dirigiram-se ao campo de reeducação de Sakuzi, na Gorongosa, em Sofala onde o André tinha estado e por isso conhecia bem, e tomaram de assalto o campo. Queimaram todas as instalações, que eram de material tradicional, e trouxeram mais de 400 pessoas com destino à Rodésia.... Em julho de 77, deixei a cidade da Beira e comecei a minha viagem para me juntar ao André, na Rodésia. Estive detido na cidade de Mutare para investigações durante cerca de duas semanas, sem que o André tivesse conhecimento. Entretanto o André estava a treinar o grupo que tinha libertado do centro de reeducação da Gorongosa, mas em muito fracas condições. Quando, depois dos rodesianos terem verificado que eu era mesmo o tal Afonso que André tanto falava, soltaram-me e encontrei-me com o André... Depois de algumas reuniões do André e minhas com os rodesianos, eles concordaram em arranjar um campo de treino permanente, na zona de Hozí, para treino dos futuros guerrilheiros da luta pela democracia em Moçambique [...] (PINTO, J. s/d, p. 216).

A explicação que pode estar por detrás da dissidência dos principais líderes que mais tarde formaram a Resistência Nacional Moçambicana, pode ser aliada ao fato do movimento de libertação FRELIMO, nas suas atuações pautar quase constantemente pelo regionalista e marginalização sempre que possível dos membros oriundos da região Centro e Centro Norte do País.

Esta forma de atuação da elite sulista da FRELIMO foi determinante na maneira como os partidários da RENAMO post guerra civil, associaram à questão da marginalização dos seus membros maioritariamente da região Norte e Centro do País, nos seus discursos em períodos de campanha política e eleitoral. Recordar que um dos discursos sonantes por parte da RENAMO e do seu líder nas primeiras eleições, é a questão do regionalismo, e sobre valência do Sul do País em detrimento das outras regiões do País, o que mais tarde vai refletir-se na geografia eleitoral das primeiras eleições e não só, constituiu uma tendência que seguir mais ou menos o debate do regionalismo e marginalização no seio da partilha do poder. Ou seja, a FRELIMO consegue resultados positivos na região Sul do País, onde a máquina do Estado repousa, e a RENAMO, vai dominar a região Centro, que é a região onde surgiu a RENAMO cujas primeiras incursões da guerrilha civil da RENAMO iniciaram na província de Sofala e Manica, que por sinal, o partido RENAMO é e sempre foi prospera ao menos nas primeiras duas eleições gerais e multipartidárias de 1994 e 1999.

3.3.2.1. Bases Sociais da RENAMO

Partindo das explicações do surgimento da guerra e da RENAMO, sobretudo as secundadas por Geffray (1991), as populações colaboraram quando começavam a edificar suas “aldeias de bonecas³²”, significava que eles quiseram mostrar a sua fidelidade e o desejo de se submeterem às exigências da FRELIMO, revelando ao mesmo tempo de forma estratégica a verdade política de tais aldeias (GEFFRAY, 1991, p.128). Ao passar do tempo às populações foram percebendo que a FRELIMO tolerava o seu novo *modus vivendi* e que a RENAMO o poupava, as *shoshoronas* foram se transformando em uma estratégia e forma de regresso as origens do antigo modo de vida da população (GEFFRAY, op. cit. p. 129). Isso permitiu que as populações contentassem os dois exércitos

³² As casas tinham o nome de Shoshoronas. Eram casas construídas pelas populações, que tinham duplo significado: Por um lado, aos olhos da FRELIMO, que as suas ordens tinham sido cumpridas pela população, e estas casas para as autoridades superiores da administração central e do partido significavam aldeias em que a população usava quando ia às suas terras para o cultivo e por outro lado para a RENAMO, significava que as populações não quiseram adotar as aldeias comunais, portanto estavam comungando com a nossa luta. Isso permitia que as populações conseguissem se colocar vis-à-vis aos dois grupos em conflito.

simultaneamente, alimentando junto de cada um deles uma imagem de neutralidade total (idem).

Os chefes locais, que de alguma forma constituíam a base da existência social no campo, a maioria deles foram marginalizados, ridicularizados e impedidos de se candidatarem para as eleições de deputados às Assembleias do Povo de 1977. Uma notícia que não foi bem-vinda a populações. A principal razão desta proibição foi o fato destes terem sido antigos régulos e cabos e terem chefiado algumas atividades da administração colonial portuguesa (GEFFRAY, 1991, p. 32).

Estas nuances permitiram com que a RENAMO conseguisse uma aceitação considerável em muitas regiões de Moçambique, pois invocada de entre outras coisas a reconsideração para dar o devido valor aos chefes locais, que gozavam de uma reputação e influencia forte no meio rural, o que permitiu, assim, a fixação de suas bases de apoio social no período mais avançado da guerra civil em Moçambique.

3.3.3. Raízes Sociais da Coligação União Democrática

Quanto ao surgimento da coligação União Democrática, é importante primeiramente atestar que esta coligação surge no seio de união de três partidos políticos (PALMO, PANAMO e PANADE)³³. Foi uma junção criada para participar nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, que conseguiu nove assentos parlamentares na primeira legislatura multipartidária, o que colocou esta coligação no parlamento como sendo a terceira força política no Parlamento Moçambicano, vis-à-vis aos dois ex-beligerantes FRELIMO e RENAMO (DE BRITO, 1995; LUNDIN, 1995).

Fazendo um mapeamento da coligação, é possível compreender que o PALMO, é o partido mais antigo dentro da coligação, sendo o primeiro entre os três, que se apresentou publicamente com a realização do 1º Congresso na Cidade da Beira, Província de Sofala, em 1991 (LUNDIN, 1995, p. 444). António Palange, natural da Zambézia, uma província sempre hostil a FRELIMO, foi Professor no Instituto Moçambicano em Dar-Es-Salam, Tanzânia, durante a luta

³³ PALMO significa Partido Liberal e Democrático de Moçambique; PANAMO - Partido Nacional de Moçambique; PANADE - Partido Nacional Democrático.

de libertação de Moçambique e considerado como antigo combatente da FRELIMO, foi o porta voz da chamada oposição não armada durante a realização da conferência multipartidária que aprovou a primeira legislação eleitoral num Moçambique pluripartidário. Martins Bilal que era então presidente do PALMO eram os representantes da coligação no distrito eleitoral da Zambézia (idem).

O PANAMO tinha como seu presidente o senhor Panganane. Marcos Juma, que naquele momento era o político ativo, natural de Cabo Delgado, região dominada pela FRELIMO deste a luta de libertação Nacional, foi o representante da União Democrática do distrito eleitoral de Cabo Delgado (LUNDIN, 1995).

O PANADE, cujo seu presidente era José Massinga, que foi funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e expulso no governo da FRELIMO em 1981, onde era acusado de espião da Agencia de Inteligência Americana (CIA), e mais tarde ele fixa a sua residência nos Estados Unidos. Foi membro do partido FRELIMO a par de diversos membros dentro do PANADE, e esteve em Tanzânia onde estava instalada a base principal da FRELIMO durante a luta de libertação, e deixa o partido após a morte do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, em 1969 (LUNDIN, 1995, p. 446). Massinga é o único representante do partido PANADE, dentro da coligação União Democrática, no Parlamento, pelo distrito eleitoral de Inhambane.

A primeira vista, a coligação continuou funcionando mesmo após as eleições de 1994, mas dentro de um quadro em que viviam tensões internas pela forma como foram feitas as distribuições dos assentos parlamentares, onde o partido PANADE, apenas recebeu um, e enquanto partido, este assento beneficiou o seu presidente. Como se previa, o futuro da coligação estava em aberto (LUNDIN, 1995), mas não conseguiu se manter e isso foi visível quando em 1999, a coligação não participa das eleições legislativas, e conseqüentemente perdem os nove assentos que conseguiram amealhar nas primeiras eleições.

Os assentos parlamentares que a coligação União Democrática conseguiu em 1994, se formos a olhar em termos de distribuição geográfica do apoio eleitoral, vimos que esta coligação teve parte considerável do seu apoio eleitoral proporcionalmente as outras regiões do país na parte Norte do País, especificamente no distrito eleitoral de Cabo Delgado e a região Sul do País, concretamente nas províncias de Inhambane e Gaza, com quanto conseguiu

amealhar $\frac{1}{4}$ do total dos votos que a RENAMO conseguiu no distrito eleitoral de Inhambane e ultrapassou o segundo maior partido de Moçambique – RENAMO, no distrito eleitoral de Gaza. A coligação União Democrática, não teve um padrão definido do apoio eleitoral que pode ser mensurado do ponto de vista da geografia eleitoral de Moçambique nas primeiras eleições. Uma das razões que sustenta nosso argumento, é o fato desta coligação, não ter conseguido uma dominância numa determinada região ou província, como se sucede com o partido FRELIMO e RENAMO, mas conseguiu cooptar alguns votos nos círculos eleitorais com maior dominância da FRELIMO e da RENAMO, isto é, a União Democrática, conseguiu amealhar votos na região Norte do país, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, que teve uma aceitação modesta e na região Sul do País, que foram as províncias de Gaza e Inhambane. Refira-se que a região Centro do País não foi afável à coligação União Democrática, isso não quer dizer que não terá tido uma percentagem aceitável em termos de apoio eleitoral nesta região do País.

3.3.4. Raízes Sociais do Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM)

O partido Movimento Democrático de Moçambique surge num contexto em que ocorria um enfraquecimento da RENAMO e altos índices de abstenção eleitoral em Moçambique, vis-à-vis ao crescimento relativo do partido FRELIMO, entre 2004 a 2009. Isso significou que a FRELIMO se tornava cada vez mais forte eleitoralmente, não necessariamente por conseguir estruturar as preferências partidárias dos eleitores, mas porque o seu adversário direto, a RENAMO, nas zonas onde tinha maior dominância perdeu grande parte do seu eleitorado que encontrou a abstenção eleitoral como seu refúgio, bem como uma tentativa do despertar da sociedade civil (DE BRITO, 2014, P. 35; NUVUNGA, 2013). Foram estes cenários que criaram as condições para o surgimento em hipótese de uma terceira força política no cenário político Moçambicano, que viria a se confirmar em 2009, quando a criação do Movimento Democrático de Moçambique (DE BRITO, 2014; CHICHAVA, 2012).

Recordar que em 2003, o partido RENAMO, apresentou um candidato a Presidente para as eleições municipais na cidade da Beira, o Daviz Simango³⁴, e conseguiu ser eleito (DE BRITO, 2014; CHICHAVA, 2012). Ao longo do seu primeiro mandato, em termos de gestão da Rês Publica o presidente do Município da Beira, conseguiu a simpatia e reconhecimento por parte da população e doadores internacionais, e era claro que ele próprio seria candidato a sua própria sucessão nas eleições municipais de 2008, ainda como candidato do partido RENAMO. Apesar dessa boa gestão da coisa pública e da boa visibilidade que o então presidente do município tinha o partido RENAMO não lhe conferiu “assim se pode dizer” à investidura, e escolhe outro candidato chamado Manuel Pereira (DE BRITO, 2014, p. 36). Mais tarde, o Daviz Simango, foi expulso da RENAMO, o que lhe fez concorrer à presidência do Município da Beira como candidato independente, onde conseguiu ser (re) eleito com mais de 60% dos votos validos, contra 3% do candidato da RENAMO.

Com a vitória do Daviz Simango nas eleições municipais na cidade da Beira em 2008, em 2009 cria-se o MDM, que muito rapidamente consegue ostentar a imagem duma terceira força política no campo político Moçambicano. A partir da experiência política na gestão da coisa pública e uma base social adquirida na Beira, o MDM procurou conquistar um lugar no campo político nacional, e concorreu para as eleições presidências e legislativas de 2009 (DE BRITO, 2013; 2014). Mesmo com o impedimento e exclusão pela comissão Nacional de Eleições em participar em 2 dos 11 distritos eleitorais existentes em Moçambique, que era em tempos composta na totalidade pelos membros pertencentes ao partido FRELIMO e RENAMO, o MDM conseguiu 4% dos votos validos nacionalmente, elegendo 8 deputados num universo de 250 assentos parlamentares (DE BRITO, 2013, p. 31). Em 2013, realizam-se as eleições municipais, que de alguma forma trouxeram a confirmação da emergência do MDM como uma força política de dimensão Nacional, pois além de ter ganhado alguns das principais cidades existentes em Moçambique (Beira, Quelimane, Nampula), o MDM, conseguiu obter um bom resultado com forte participação dos eleitores nas cidades de Maputo e Matola (localizadas no Sul de Moçambique e

³⁴ Davis Simango é filho mais novo do antigo membro do partido FRELIMO, Uria Simango, que foi vice-presidente na FRELIMO na luta de libertação, e mais tarde por problemas internos dentro da Frente foi condenado e morto, acusado de ser regionalista.

historicamente favoráveis ao partido FRELIMO), onde obteve 40% e 44% respectivamente (DE BRITO, 2014)³⁵.

3.4. Estrutura e Controle das Instituições de Gestão Eleitoral

Neste capítulo, propomo-nos a desenvolver explicações que atesta a ideia segunda a qual, o controle das instituições políticas em Moçambique pelos dois principais partidos, principalmente a instituição que regula, ordena e organiza as eleições é uma variável importante que influencia, deste modo, na distribuição da geografia eleitoral em Moçambique. Este dado aparece no nosso estudo pelo fato de estes não se modificar, profundamente, desde as primeiras eleições de 1994. Quer dizer, sempre tivemos reformas eleitorais, mais ou menos profundas, onde sempre se pautou por uma comissão de eleições partidária, com alguns intervalos em que foram incluídos alguns membros da Sociedade Civil, cujo, escolha sempre foi posta aprova.

Ao longo deste capítulo, primeiramente iremos trazer um conjunto de explicações teóricas e empíricas sobre a formação das instituições de gestão eleitoral, com intuito de compreender até que ponto o modelo de gestão eleitoral partidário, adotado em Moçambique, influencia diretamente nos resultados que os atores políticos buscam. Em seguida, iremos demonstrar que o fato do partido FRELIMO e RENAMO dominarem e estruturarem os órgãos de gestão eleitoral, permitindo lhes determinar o funcionamento e seus desdobramentos é um fator decisivo para a manutenção do status quo dos resultados eleitorais e a dominância dos dois principais partidos em círculos eleitorais previamente delineados pela influência de cada partido tem numa determinada região aliada a historia politica do país.

3.4.1. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário de Moçambique

Partimos do pressuposto de que qualquer sistema eleitoral que é adotado num determinado país pode exercer, aliás, em verdade exerce apreciável

³⁵ Uma análise feita por De Brito (2014) mostra que na ótica dos observadores eleitorais, há fortes hipóteses do MDM ter vencido estas eleições nas cidades de Maputo e Matola, assim como em outros locais que sempre foram hostis a FRELIMO, nomeadamente (Alto Molocué, Mocuba, Milange, Maganja da Costa, Gorongosa) cujo resultado oficial final foi favorável a FRELIMO.

influência sobre a organização política e partidária e a composição parlamentar, as instituições bem como a orientação política do regime político no seu todo. Assim, qualquer sociedade de democracia (FIGUEIREDO, 2008), as eleições vistas do ponto de vista de um processo pelo qual as populações escolhem, hipoteticamente, os seus representantes, são e devem ser rígidas por um conjunto de regras e princípios, que forma em última instância o sistema eleitoral.

A luz do contexto Moçambicano, as explicações de Carrilho (1995), De Brito (2010), Macuane (2000) nos ajudam a entender que após o Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, Moçambique adota uma democracia do tipo representativa. O processo de escolha desta forma de democracia foi algo natural, mas a escolha do sistema eleitoral gerou muitas discussões no seio dos partidos que vinham de uma desconfiança extrema, após a guerra civil. Como corolário disso, finalmente adota-se o sistema de representação proporcional de lista fechada.

Explicação plausível foi avançada por Carrilho (1995, p. 132), ao mostrar que a fonte do sistema eleitoral Moçambicano é a próprio Acordo Geral de Paz emanado pela Constituição da República de 1990. No entanto, qualquer que seja a natureza jurídica do Acordo Geral de Paz, é pertinente reconhecê-lo como sendo um elemento indispensável das fontes do direito eleitoral Moçambicano, sobretudo os protocolos que se referem à formação dos partidos políticos³⁶, à Lei Eleitoral³⁷ e outros.

As tensões e desconfianças advindas do conflito civil em Moçambique determinaram a forma como foi feita a escolha do sistema eleitoral Moçambicano após a democratização. Em lugar algo deve haver dúvida que os sistemas eleitorais são construídos e soluções que se adotam para minimizar, por exemplo, algumas veididades sejam elas regionais, étnicas, sociais, políticas e até institucionais (LIJPHART, 1999; TAVARES, 1994; BACHOF, 1987).

A Constituição de 1990 previa um sistema eleitoral majoritário como imposição do Acordo Geral de Paz (DE BRITO, 2010). Mesmo com as dúvidas do que poderia ser o multipartidarismo num país onde a guerra dividiu e arruinou quase tudo, acolheu-se o pluralismo político e se instala a democracia representativa. Foi por meio disso que a Assembleia da República monopartidária

³⁶ Protocolo II – Dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos em Moçambique.

³⁷ Protocolo III – Dos princípios da Lei Eleitoral

decide então que para as eleições legislativas e presidências, usar-se-á o sistema de maioria (*the winner takes all*), pois a preocupação era de dar ao País um parlamento não muito fragmentado e um executivo coeso, forte (CARRILHO, op. cit. p. 142).

Assim, a RENAMO convenceu-se de que a FRELIMO escolheu este sistema de maioria por lhe ser favorável, pois uma vez proclamado vencedor dum certo distrito eleitoral, o partido leva tudo (*idem*). Isso significou, segundo a explicação de Carrilho que, o partido RENAMO e outros partidos emergentes, não levaram em consideração outras variáveis de que a Constituição da República possibilitava, como por exemplo, a possibilidade de um voto alternativo, um sistema de listas incompletas que possibilitaria a eleição de representantes das minorias, a eleição majoritária de duas voltas que exige o candidato a ter uma votação absoluta. Como tal, a RENAMO que é um dos atores chaves no processo de democratização, conseguiu substituir em 1992, o sistema de maioria previsto no protocolo III, do AGP, para adopção do sistema de representação proporcional (CARRILHO, 1995, p. 142).

Esta escolha pode ter explicações à luz das abordagens teóricas. Os partidos Políticos acreditando conhecer os pressupostos teóricos sobre as leis de Duverger (1950, p. 230-231) segundo as quais a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; 2º o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis (...) e 3º a escrutínio majoritário de um único turno, tende a um sistema dualista, com tendências dos grandes partidos independentes. Posto isso, esperava-se que a escolha do sistema proporcional se alarga a representatividade partidária no parlamento, pois julgavam saber de forma profunda as leis de Duverger acima expostas. Por isso, a escolha recaiu ao sistema eleitoral de representação proporcional³⁸ de listas fechadas³⁹ e o processo de transformação dos votos em assentos parlamentares é feito, até hoje, com base no método D´hondt, num universo de 250 assentos parlamentares, onde para disputar estes assentos parlamentares precisa ultrapassar a clausula de barreira de 5% da votação Nacional.

³⁸ Artigo 107, número 3 da Constituição da República de Moçambique, associada à Lei nº 12/1992, de 9 de outubro de 1992.

³⁹ Artigo 109, nº 1, da Lei Eleitoral de 1992.

Interessante o fato de entre as 14 legendas que disputavam os 250 assentos parlamentares, apenas a FRELIMO, a RENAMO e a União Democrática, arrecadaram 44,3%, 37,7% e 5,1% respectivamente, e nenhum dos 11 restantes partidos obteve uma votação acima de 2% do total dos votos nacionais, sendo que 3 deles, não conseguiram alcançar 1% da votação. Cabe salientar que o sistema eleitoral e partidário de Moçambique, na perspectiva da definição clássica (como o conjunto de regras, procedimentos, instituições que vão moldar o processo eleitoral no seu todo), pode ser descrito resumidamente, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique (1994-2014)

Desenho do sistema eleitoral e partidário	Descrição
Sistema Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> - Representação Proporcional: Eleições para Legislativo; (Método D’hondt); - Majoritário de duas voltas para Presidente (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto); - Votação de Lista Fechada (voto em Partidos); - Registro eleitoral e Voto facultativo; - Voto a partir dos 18 anos de Idade;
Sistema Partidário	<ul style="list-style-type: none"> - Dominante (2004 a 2014) FRELIMO, com uma tendência ao Bipartidarismo (1994 e 2009, 2014); - Tendência de quase dois partidos e meio (2014).

Fonte: Freedom House e African Election Database. Adaptado pelos autores (2016).

3.4.2. Partidos Políticos em Moçambique

Desde que aprovaram a constituição multipartidária em 1990, que permitiu legalmente a competição política e eleitoral, regida por leis e normas, bem como princípios, emanadas na carta constitucional e nas demais leis – lei eleitoral, lei dos partidos políticos, etc., começaram a surgir diversos partidos políticos, primeiramente com uma expressão mais étnica e tribal, e mais tarde com uma intenção de ser nacional. Como demonstra Lundin (1995), os partidos políticos em Moçambique tanto os parlamentares – FRELIMO, RENAMO e com alguma exceção a Coligação União Democrática, tiveram uma base de apoio quase

étnica e tribal. Este dado pode ser mensurado pelo fato de, os seus principais dirigentes, as suas zonas de dominância eleitoral, bem como os distritos eleitorais com uma expressão de voto acima da média. Foi exatamente nos regiões em que os mesmo partidos ainda na guerra civil ocupavam, dominavam e controlavam as regiões geográficas de Moçambique, que passa a viver uma democracia multipartidária. Com base nas informações oficiais da Comissão Nacional de Eleições, e os dados oficiais disponíveis no portal do Governo, em Moçambique, existem os seguintes Partidos Políticos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Partidos Políticos Existentes em Moçambique (2016)

1 – Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) **2** - Resistência Nacional Moçambicana (REMANO) **3** - Frente Democrática Unida (FDU) **4** – Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) **5** - Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPP) **6**- Partido de Unidade Nacional (PUN) **7**- Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD) **8**- Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD) **9**- Partido da Convenção Nacional (PCN) **10**- Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) **11**- Partido Ecologista de Moçambique (PEMO) **12**- Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE) **13**- Partido Independente de Moçambique (PIMO) **14**- Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) **15**- Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO) **16**- Partido do Congresso Democrático (PACODE) **17**- Partido Trabalhista (PT) **18**- Partido Popular de Moçambique (PPM) **19**- Partido Democrático de Moçambique (PADEMO) **20**- Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) **21**- Partido Social-Liberal e Democrático (SOL) **22**- Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO) **23**- Partido Nacional Democrático (PANADE) **24**- Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) **25**- Partido Nacional de Moçambique (PANAMO) **26**- Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC) **27**- Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC e MT) **28**- Partido Renovador Democrático (PRD) **29**- Congresso dos Democratas Unidos (CDU) **30**- União Nacional Moçambicana (UNAMO) **31**- Partido Africano Conservador (PAC) **32**- Frente Liberal (FL) **33**- Partido União para Mudança (UM) **34**- Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM) **35**- Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS) **36**- Partido de Reconciliação Nacional (PARENA) **37**- Partido dos Verdes de Moçambique (PVM) **38**- Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO) **39**- Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM) **40**- Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES) **41**- Partido Socialista de Moçambique (PSM) **42**- Partido Social Democrata Independente (PASDI) **43**- Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD) **44**- Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM) **45**- União Moçambicana da Oposição (UMO) **46**- Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD) **47**- Frente de Acção Patriótica (FAP) Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD).

Fonte: Portal do Governo de Moçambique (www.portaldogoverno.gov.mz). Adaptado pelos autores (2016).

Importante notar que apesar de o fato do número de partidos ser muito elevado, porém, para ultrapassar a cláusula de barreira que ronda entre os 5% a 20 % dos votos nacionais, não tem sido fácil para os demais partidos além da FRELIMO, RENAMO e MDM que disputam as eleições. Porque nossa preocupação não é medir os partidos efetivos ou não efetivos, mas seria interessante um estudo sobre os partidos que, realmente, são efetivos no sistema partidário Moçambicano como um todo. Dos partidos alistados acima, apenas 4 deles conseguiram em uma determinada legislatura eleger algum deputado,

nomeadamente – FRELIMO, RENAMO e MDM, e mais a coligação União Eleitoral, que já foi dissolvida, conforme atestava LUNDIN (1995), sobre as divergências e veleidades internas no seio da coligação que aos poucos levará ao seu lento desaparecimento.

3.4.3. Natureza das Instituições de Gestão Eleitorais em Moçambique

Comumente percebemos que a democracia é regida por instituições, sejam elas formais ou informais, que desde a segunda metade do século XX, viraram um tema de amplos estudos na ciência política. Mas, sobretudo nos anos 1980, começam a surgir questionamentos relativos às escolhas institucionais que os países faziam. Foi por meio deste debate do institucionalismo que começa a surgir preocupação em entender o processo de gestão eleitoral como uma variável crucial para determinar se uma democracia é bem ou mal sucedida e como isso impactava na própria competição política e eleitoral (MOZAFFAR e SCHEDLER, 2002; NOHLEN, 2007; ELKLIT e REYNOLDS, 2002).

Discutir os pressupostos que regem os órgãos eleitorais nos remete a ideia da governança eleitoral, que é compreendida como sendo um instrumento que caracteriza o comportamento das instituições e das legislações eleitorais que regem o processo em cada País, procurando compreender a inter-relação dos aspetos do sistema eleitoral e das próprias eleições bem como as instituições responsáveis pela gestão (NOHLEN, 2007; ELKLIT e REYNOLDS, 2002). Isso significa dizer que aqui os sistemas eleitorais podem ser compreendidos não somente como as regras para as quais computamos os votos de cada partido e transformados em assentos (TAVARES, 1994; SARTORI, 1996; DA CRUZ, 1998; NICOLAU, 2004), mas sim como um conjunto de elementos que o caracteriza, que vai desde o direito ao sufrágio até ao processo de administração eleitoral e o contencioso eleitoral (NOHLEN, 2007).

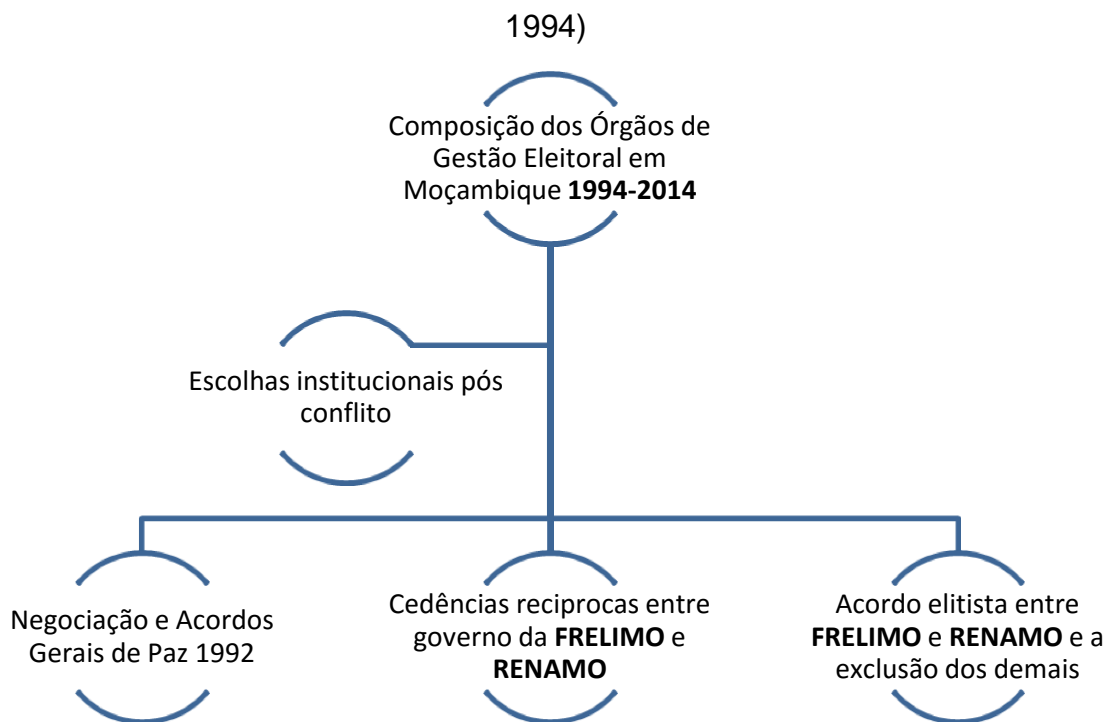
Três explicações são avançadas para compreender o que influencia as regras eleitorais enquanto instituição, segundo a proposta de Norris (2004): 1- A própria estrutura da constituição e de todos os poderes constitucionais, 2 - O sistema eleitoral, 3- Os procedimentos eleitorais⁴⁰. Com isso, entende-se que as

⁴⁰O primeiro representa o contexto institucional e a natureza do poder executivo e a disposição da legislatura nacional bem como a centralização em governos unitários ou federais. A segunda, o

instituições de gestão eleitoral são fundamentais e determinam de alguma forma a competição política e eleitoral (ELKLIT e REYNOLDS, 2002; MOZAFFAR e SCHEDLER, 2002; SCHECLER, 2002).

Alguns autores como (ELKLIT e REYNOLDS, 2002; HUNTINGTON, 1994) explicam que a escolha das regras eleitorais talvez constitua um dos elementos importantes para os atores políticos. Isso é palpável no contexto Moçambicano, pelo fato do Acordo Geral de Paz ter seguido uma lógica elitista (apenas a FRELIMO e a RENAMO assinaram) e excluiu parte considerável de grupos políticos com reivindicações idênticas a da RENAMO muito antes da democracia multipartidária em Moçambique (DE BRITO, 2013), como pode se verificar o desenho institucional do órgão de gestão eleitoral no figura 1, a seguir.

Figura 1: Escolhas institucionais e atores políticos em Moçambique (desde 1994)



Fonte: Os autores (2016).

sistema eleitoral, da ênfase aos diversos aspectos da lei eleitoral: a estrutura da cédula, as barreiras eleitorais, a fórmula eleitoral e a magnitude do distrito. O terceiro, procedimentos eleitorais, que é ligado as questões praticas das operações eleitorais, que são um fundamento importante para os resultados das eleições.

A composição das instituições de gestão eleitoral sempre foi um calcanhar de Aquiles nas recentes democracias como o caso de Moçambique. Como a intenção passava na maioria das vezes por satisfazer os principais grupos políticos e sociais com maior expressão, é possível verificar que desde 1994, sempre houve tendência dos dois partidos com maior expressão no contexto moçambicano e no parlamento moçambicano, dominar a composição dos membros nos órgãos de gestão eleitoral (Comissão Nacional de Eleições⁴¹).

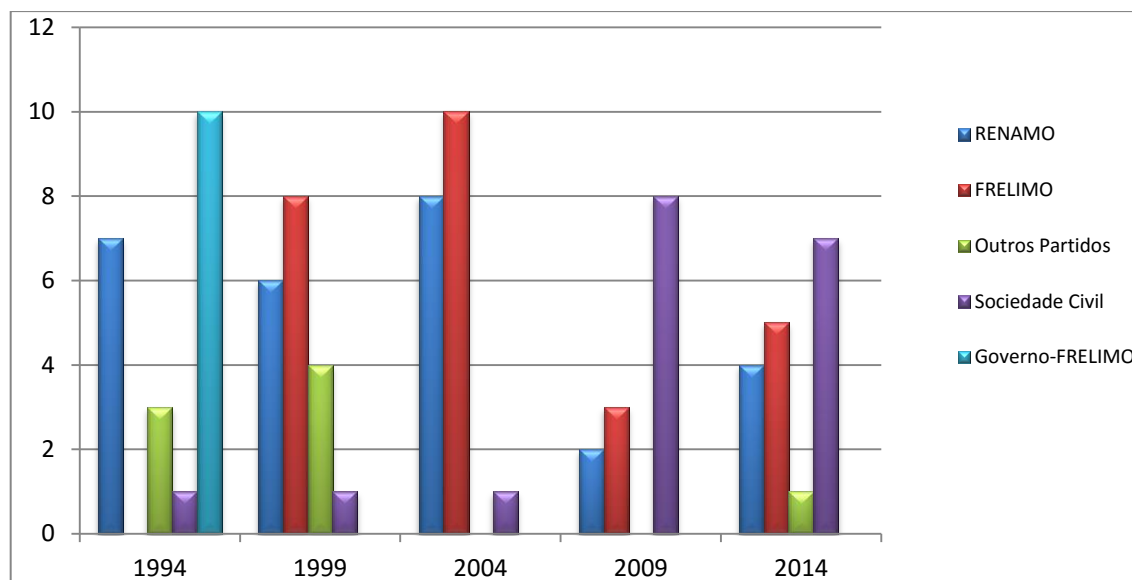
3.4.4. Estrutura e Composição da Instituição de Gestão Eleitoral 1994-2014

O protocolo III - Princípios da Lei Eleitoral do Acordo Geral de Paz de 1992 deu diretrizes para a constituição de mecanismos políticos e eleitorais como, por exemplo, a lei eleitoral e a composição dos órgãos de gestão do processo eleitoral. Porém, o AGP nas suas amplas diretrizes adota a democracia do tipo representação proporcional para eleição dos deputados e para o presidente da República, seria então eleição por maioria – *the winner takes all* (CARRILHO, 1995, p. 142). Para a composição da primeira comissão eleitoral de Moçambique que seria responsável pela gestão das primeiras eleições multipartidárias depois da guerra civil, havia uma indicação clara no Acordo Geral de Paz de que, “*1/3 dos membros a serem designados pela comissão, deveria ser apresentada pela RENAMO*”, e isso de fato se efetivou, como veremos no gráfico que seguira relativo às composições da primeira comissão eleitoral de 1994.

Mas nas eleições subsequentes, o critério da indicação e composição dos membros na CNE passou a ser por via da representação proporcional dos partidos no Parlamento, o que de alguma forma permitiu que a FRELIMO e a RENAMO dominassem a instituição de gestão eleitoral, e por outro a própria competição política em Moçambique.

⁴¹ A Comissão Nacional de Eleições – CNE, é o órgão que rege, administra e controla todo processo eleitoral. Para tal, mas suas ações técnicas e administrativas são efetivadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Gráfico 3: Composição da instituição de Gestão Eleitoral 1994-2014



Fonte: Lei Eleitoral nº 4/1993; nº 4/1999 e 8/1999; nº 20/2002; nº 8/2007 e nº 9/2014. Adaptado pelos autores (2016)

O Acordo Geral de Paz, conforme Carrilho (1995) deixou em aberto o número total de membros para integrar a futura primeira Comissão Nacional de Eleições (CNE). Ficou ainda em aberto com quantos membros, o governo e os partidos políticos (FRELIMO e RENAMO) deveriam compor a comissão. Isso permitiu com que, depois de uma longa conversação e negociação da primeira lei eleitoral de Moçambique, ficasse decidida que a comissão integraria um total de **21 membros**: sendo 10 apresentados pelo governo da FRELIMO, 7 membros pela RENAMO, 3 pelos partidos políticos excluídos no Acordo de Paz, e o presidente da Comissão seria uma personalidade indicada por consenso dos membros da CNE, e nomeado pelo presidente da República⁴². Neste ano, ficou indicado Brazão Mazula, como figura consensual para dirigir a primeira comissão Nacional de Eleições de Moçambique.

Para as eleições gerais, legislativas e presidências em Moçambique, no ano de 1999 houve a reforma ou se quisermos o reajuste da legislação eleitoral em vigor desde 1994, que foi oriunda do AGP. Neste contexto, entre outras coisas, indicam-se mudanças no modo como seria composto o órgão de gestão eleitoral, e como seria a indicação do presidente da comissão eleitoral. Assim, a

⁴² Regulamento ministerial que regeu esta engenharia institucional: Resolução nº 6/1994, de 1 de fevereiro, do Conselho de Ministros.

nova lei eleitoral indicava que o governo deixaria de indicar 10 membros como foi na primeira comissão, restando-lhe apenas a indicação de 2 membros. Isso significou que os demais membros seriam indicados pelos partidos com representação no parlamento de acordo com sua proporcionalidade de assentos ocupados no parlamento (MACUANE, 2010; DE BRITO, 2011), e o presidente da comissão seria da exclusiva e responsabilidade do Presidente da República nomear/indicar alguém da sua confiança, tomando em consideração sempre o ideal de consenso que vem pairando desde a Assinatura do Cessar Fogo em 1992. Nestas eleições, foi indicado Jamisse Taimo.

A composição do órgão de gestão eleitoral Moçambicano em 1999 foi regida pela lei eleitoral nº. 4/1999, de 2 de Fevereiro, e mais tarde mudada pela lei nº 8/99, que instituiu então uma CNE que seria composta por **17 membros**, dos quais, 15 foram indicados pelos partidos políticos com representação parlamentar de acordo com a proporcionalidade dos assentos no Parlamento – portanto continuou a dominância dos dois principais partidos FRELIMO 8 e RENAMO 6, e 2 membros que seriam indicados pelo governo, e o presidente da Comissão Nacional de Eleições que seria nomeado pelo Presidente da República.

Dois elementos merecem ser ressaltados. Primeiro, o fato de os partidos não armados serem finalmente excluídos na lista dos membros que deveriam compor o órgão de gestão eleitoral, e em seguida o fato de o governo da FRELIMO e o partido FRELIMO poderem nomear em conjunto, um total de 10 membros e apenas 6 membros deveriam ser nomeados pelo partido da RENAMO, conforme a legislação eleitoral vigente na época.

Assumindo-se que o presidente da Comissão Nacional de Eleições foi nomeado pelo presidente da República de Moçambique, que coincidentemente é também presidente da FRELIMO, isso significa dizer em palavras simples que a FRELIMO teve genericamente 11 membros contra 6 da RENAMO. Um desequilíbrio que poderá ter tido consequências profundas na história eleitoral de Moçambique, já que para muitos analistas, ao menos nas eleições gerais e presidencial de 1999, a RENAMO e o seu presidente terão vencido as eleições (vide nota de rodapé 2).

Para as eleições de 2004, houve mais uma vez uma reforma da lei eleitoral de Moçambique, que trás como novidade o fato da sociedade civil poder ter

representação. Mesmo assim, a tendência dos dois principais partidos de indicar a maior parte dos membros da instituição que regeu as eleições de 2004 continuou. Contudo, houve o esforço conforme indicado acima, de colocar a representatividade da sociedade civil, e como tal, unicamente o presidente do órgão que foi membro oriundo da sociedade civil e nomeado pelo presidente da República.

Assim, a Comissão de Eleições foi composta por **19 membros** sempre respeitando o princípio de representação proporcional no parlamento, sendo, 10 membros do partido FRELIMO, 8 membros indicados pelo partido RENAMO e 1 presidente indicado a partir de propostas oriundas das organizações da sociedade civil de Moçambique.

Em 2004, foi o ano em que houve a consolidação do partido FRELIMO como dominante, que ganhou as eleições com mais de 60% da votação nacional, tanto para as legislativas assim como para as presidenciais. Mas também foi o ano em que os níveis de abstenção eleitoral foram muito elevados, o que levou a serem as 1^{as} eleições em solo Moçambicano com maiores taxas de abstenção eleitoral em Moçambique. Vide gráfico 1.

Após uma reforma da lei eleitoral, nasceu à lei 8/2007, que permitiu que as eleições legislativas e presidências de 2009, possibilitasse uma virada do tipo tomada do órgão de gestão eleitoral pela sociedade civil. Isto quer dizer que houve uma inversão, onde a sociedade civil teve uma representação acima dos dois principais partidos, o que significava necessariamente que os partidos FRELIMO e RENAMO, perdessem seu protagonismo na Comissão Nacional de Eleições, ao menos sob o ponto de vista legal, pois houve muito debate em torno disso.

Assim, a Comissão era composta por **13 membros**, que ocuparam as vagas conforme a descrição a seguir: 3 membros indicados pelo partido FRELIMO, 2 membros indicados pela RENAMO, e 8 membros oriundos das Organizações da Sociedade Civil, e o presidente deveria vir da indicação das Organizações da Sociedade Civil.

Como de costume, mais uma vez houve a reforma eleitoral, sobretudo no que tange a composição e funções da Comissão Nacional de Eleições. Uma reforma eleitoral que ocorreu num período de muita tensão e conflito, quase uma

guerra civil não declarada, quando um dos pontos em discórdia era essencialmente a reformada lei eleitoral, pois o partido RENAMO, alegava que a forma como era estruturada e o desenho institucional para a nomeação dos membros da mesma comissão dava quase uma certeza a uma vitória a favor do partido FRELIMO.

Dada a situação em que as deliberações são por maioria, caso não se chegue ao consenso, então, a FRELIMO por ter primeiro um maior número de membros, se olharmos sob a perspectiva de partidos com representação parlamentar. Segundo, o fato de, mesmo os membros que vem da sociedade civil, unanimemente perceber-se que tem alguma ligação com o partido FRELIMO, como foi o caso, por exemplo, da contestação da nomeação do Presidente da instituição de gestão eleitoral, Abdul Carimbo em 2013. Assim, a instituição de gestão eleitoral, baseada na Lei Eleitoral nº 9/2014, deveria ser composta por **17 membros**, distribuídos da seguinte maneira: 5 membros indicados pelo partido FRELIMO, 4 pela RENAMO, 1 pelo partido MDM e 7 deveriam ser membros oriundos da Sociedade Civil, sendo o presidente viria a indicado pela sociedade civil.

De fato, notavelmente há rupturas e continuidades, sobretudo as reformas da legislação eleitoral para cada eleição. A razão desta reforma quase contínua é explicada pela trajetória histórica das instituições, nos moldes do *path dependency* (VEBLEN'S, 1934; NELSON e WINTER, 1982; HALL e TAYLOR, 1996; HAMILTON e FEENSTRA, 1998) que apontam a ideia de que qualquer casualidade social depende da trajetória percorrida pelas instituições - neste caso o órgão de gestão eleitoral e as leis eleitorais, aliada a historia política e social do país cujos dois principais partidos FRELIMO e RENAMO têm maior visibilidade na cena política e conseqüentemente tem tido melhores resultados em todas cinco eleições até então realizadas (LUNDIN, 1995; NUVUNGA, 2013; DE BRITO, 2014), conforme vê-se no **Gráfico 2**.

Muitos argumentos foram avançados para compreender o porquê das continuas reformas e ou reajustes da lei eleitoral em Moçambique, mas a maioria encontra explicação na maneira como foi feita a transição, cujo, dois partidos foram reconhecidos como pilares para o tal processo e isso é notório com a composição nos órgãos de gestão eleitoral, conforme os gráficos acima. Macuane

(2010) explica que qualquer preocupação em compreender as explicações mais gerais das mudanças da lei eleitoral, deve ser associada ao processo de pacificação do País desde 1990, que de alguma forma refletiu a preocupação de encontrar formas de acomodamento dos interesses das duas principais forças políticas de Moçambique – RENAMO e a FRELIMO.

A partir dos dados apresentados neste capítulo, compreende-se que houve mudanças institucionais que permitiram, de um lado, amenizar os conflitos pós-eleitorais em todas as eleições realizadas em Moçambique. De outro lado, estas mudanças institucionais tinham como pano de fundo, procurar desenhar uma instituição de gestão eleitoral, credível pelos partidos e não só, ser uma instituição independente, transparente e que não interferisse nos resultados eleitorais. Isso não tem sido verificado, visto que, primeiro - em nenhuma eleição, os partidos da oposição, principalmente a RENAMO, assumiu publicamente a derrota. O que se verifica é a reclamação de fraude e falta de transparência na condução do processo. Segundo, o processo de votação das deliberações finais na comissão nacional de eleições, nunca foi consensual, o que significa que tem sido por maioria simples. Como a FRELIMO e o governo tem indicado parte considerável dos seus membros (50+1) até 1999, desde 2004, indicam personalidades da Sociedade Civil. Neste contexto, a oposição dificilmente pode impedir o prosseguimento de resultados homologados pela comissão eleitoral, no escopo da maioria simples.

De acordo com o que as pesquisas e análises somente o primeiro presidente não é tão criticado, assumindo-se que conduziu o processo com profissionalismo e rigor pautado pela transparência e independência na tomada de decisão. Contudo, estas mudanças institucionais, tiveram simplesmente a intenção de perpetuar ainda a competição política entre os dois principais partidos, visto que, os partidos extraparlamentares e os *out-sides* no parlamento Moçambicano, como o caso da U.D e o MDM, não tem tido tamanha representatividade, o que dificulta sua atuação como agente influente.

CAPÍTULO 4

4. FORÇA ELEITORAL DO PARTIDO FRELIMO e RENAMO

A nossa preocupação ao desenvolvermos este capítulo, foi de apresentar em forma de discussão, os resultados eleitorais em Moçambique desde as primeiras eleições, o que vai permitir fazer a geografia eleitoral do País. Para isso, levaremos em consideração a abordagem apresentada por Sánchez (1992), Trigal e Del Pozo (1999), Souza (2006), Soares e Terron (2008), entre outros que abordam a competição política espacial e os resultados inerentes a esta competição. Nosso intuito passa essencialmente em descrever e desenvolver argumentos tomando em conta os pressupostos apresentados pelos autores acima supracitados.

A estratégia de discussão e análise da geografia eleitoral de Moçambique no presente trabalho foi desenvolvida a partir da apresentação, primeiramente, dos resultados eleitorais de cada distrito eleitoral, em seguida, fizemos a devida análise e discussão de forma combinando com outros dados como, por exemplo, o comportamento das abstenções, votos nulos e em branco, em Moçambique.

De forma geral, as três Províncias do Norte de Moçambique, são atípicas no que diz respeito à distribuição da competição política e a geografia eleitoral desde 1994. É possível ver que tanto Cabo Delgado e Niassa, o partido FRELIMO sempre teve uma tendência de dominar, mesmo não pode ser dito, em relação à província de Nampula, onde a RENAMO, teve uma dominância ao longo do tempo.

A região centro do País, também apresenta suas singularidades, em razão do fato das quatro províncias existentes na região, nomeadamente (Tete, Zambézia, Sofala e Manica), existiram tendências e sem clara dominância, excetuando a província de Sofala, que é o berço da RENAMO, explicado pelo fato dos principais dirigentes deste partido serem oriundos de Sofala, conforme Lundin (1995), De Brito (1995) Geffray (1991). Ora, a província da Zambézia, também

tem algumas dinâmicas interessantes. Vejamos, desde 1994, a RENAMO, sempre foi dominante nesta província, excetuando em 2009, quando pela primeira vez a FRELIMO consegue sair vitoriosa.

Enquanto a região Sul de Moçambique, o partido FRELIMO sempre foi vitoriosa nos 4 círculos eleitoral existentes (Gaza, Inhambane, Maputo Província e Maputo Cidade). Porém, a RENAMO nunca conseguiu se impuser enquanto força política dominante ou ao menos que pode contrapor a dominância da FRELIMO.

A análise que será feita, vai levar em conta os dados eleitorais oficiais, disponíveis no site da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique⁴³. Porém, a nossa estratégia de análise e interpretação dos resultados e calculo das percentagens não foi feita tendo em conta os votos na urna, ou seja, a partir dos eleitores que participaram na eleição. Para uma visão mais panorâmica e que inclua todos os elementos de análise, fizemo-las com totalidade de eleitores inscritos, pois por meio disso, percebe se a dominância mesmo que de forma mínima dos dois principais partidos, a tendência da abstenção eleitoral bem como os votos em branco e nulo.

4.1. Resultados Eleitorais de Moçambique (1994-2014)

Estudar eleições e competição política em Moçambique apresenta-se importante, pois permite compreender como, ao longo de uma linha continua (5 eleições realizadas em Moçambique), vem se dado a distribuição da geografia eleitoral nas diferentes regiões que compõem Moçambique. Assim, destacamos que é de suma importância apresentar de forma sumarizada os resultados das eleições nas províncias e destacando os anos eleitorais, o percentual de votação e os votos que cada um dos dois partidos (FRELIMO e RENAMO) conseguiu obter nas mesmas regiões dois partidos, para visualizar a zonas dominância dos partidos, as configurações e metamorfoses ao longo do tempo. Primeiro apresentamos o mapa da distribuição das províncias que compõem Moçambique, para facilitar a compreensão do leitor, e em seguida apresentaremos a **tabela 2** com as devidas informações, como (votação de cada um dos partidos, zonas de dominância e tendências entre 1994-2014). como se verifica a baixo.

⁴³ Mais detalhes ver: www.cne.ac.mz

Figura 2: Mapa de Moçambique: Divisão das Províncias



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, 2016.

O Mapa acima, conforme explicado no primeiro paragrafo deste subcapitulo, ilustra a distribuição das províncias de Moçambique. Estas províncias estão subdivididas em três regiões saber: A *região Norte*, formada pelas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula; A *Região Centro*, composto pelas províncias de Zambézia, Sofala, Tete e Manica; e *Região Sul*, que compõe as seguintes províncias: Inhambane, Gaza, Maputo Província, e Maputo Cidade. Como iremos verificar cada Província apresenta suas dinâmicas e tendências à votação, onde pode ser favorável a um partido, ou oposto ao outro partido. Exemplo disso é a região da Zambézia que nunca foi afável a FRELIMO e os seus candidatos, mesmo nos anos eleitorais em que o candidato da FRELIMO e o seu partido, pairavam em quase todas as províncias de Moçambique. Podemos ilustrar o seguinte exemplo: nas eleições de 2004 e 2009. De outro lado, a região de Gaza, nunca se simpatizou com o partido RENAMO. É uma região historicamente não favorável a RENAMO e os dados eleitorais, apontam que no

total da votação provincial, a RENAMO nunca conseguiu uma votação acima de 10% naquela província do Sul do País.

Tabela 2: Percentual do desempenho eleitoral da FRELIMO e RENAMO em relação ao total dos votos nas regiões de Moçambique (1994-2014)

Eleição		1994		1999		2004		2009		2014	
		Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo
NORTE	Província										
	Cabo Delgado	45%	18%	39%	17%	15%	5%	21%	9%	31%	6%
	Niassa	36%	25%	23%	27%	18%	4%	28%	5%	19%	15%
	Nampula	22%	35%	20%	22%	11%	9%	21%	9%	15%	15%
CENTRO	Zambézia	22%	37%	14%	31%	8%	11%	15%	11%	12%	15%
	Tete	22%	40%	21%	27%	39%	11%	44%	5%	22%	21%
	Sofala	10%	55%	10%	35%	9%	22%	21%	10%	15%	20%
	Manica	20%	42%	20%	35%	15%	15%	28%	10%	22%	21%
SUL	Inhambane	45%	9%	33%	11%	20%	3%	35%	3%	35%	7%
	Gaza	65%	7%	62%	6%	42%	2%	57%	1%	56%	2%
	M. Província	35%	3%	59%	7%	29%	3%	39	3%	36%	9%
	M. Cidade	64%	7%	60%	10%	31%	5%	39%	3%	37%	12%
Total		31%	28%	33%	21%	22%	8%	32%	6%	27%	13%

Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

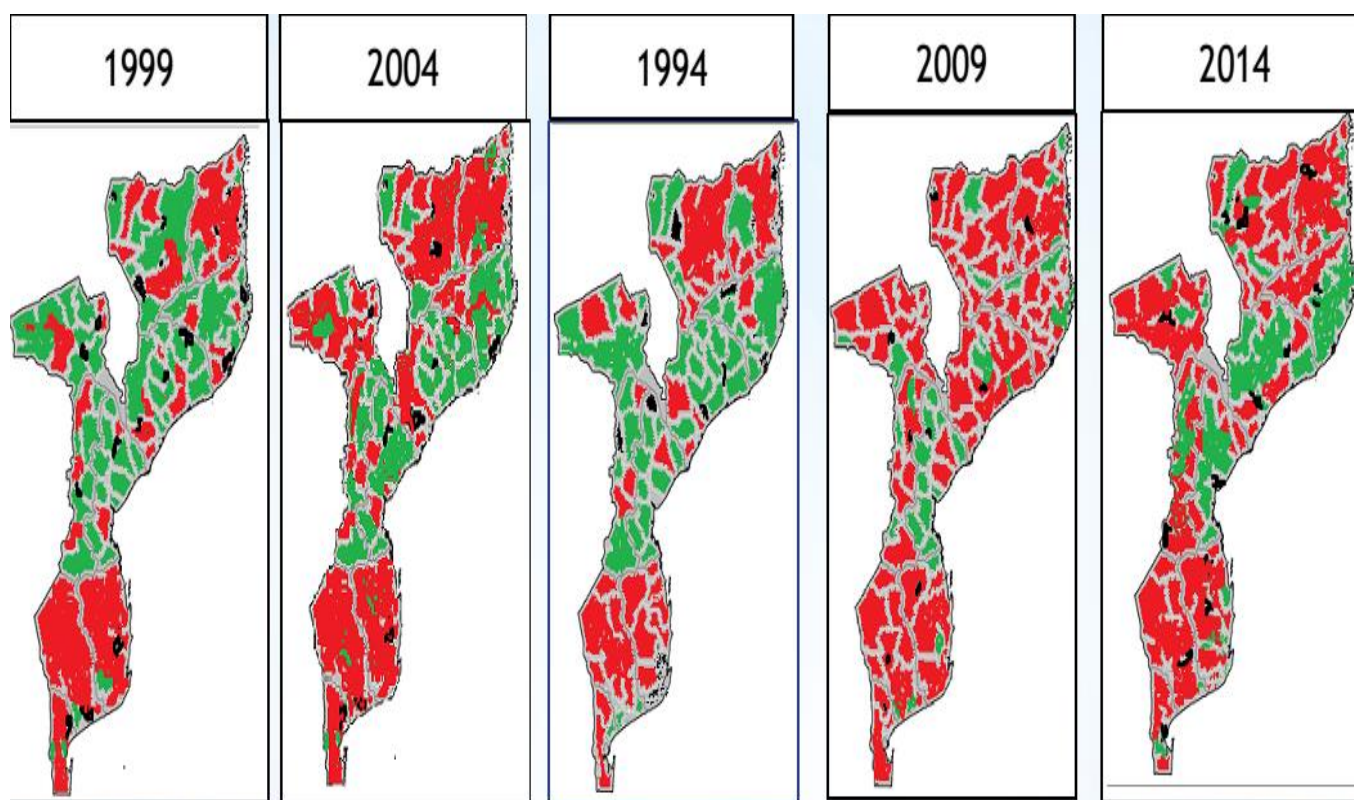
Ora, os dados da **tabela 2** mostram que os partidos FRELIMO e RENAMO, têm zonas de dominância. Como vimos fundamentando neste estudo, que o partido RENAMO, tem seu apoio mais favorável nas regiões Centro do País, ao contraio, a FRELIMO domina quase a totalidade das regiões do Sul do País. Importante destacar que as percentagens que apresentamos na tabela acima, foram calculadas com base no numero total de eleitores inscritos para cada eleição, e não baseado nos votos na urna⁴⁴. Assumimos que calculando com o numero de eleitores, é possível verificar a tendência da abstenção eleitoral e apoio efetivo dos partidos políticos. Assim, os dados evidenciam que tanto o partido governista, assim como o partido na oposição – RENAMO, não tem um apoio constante ao que refere à estruturação de preferencias eleitorais.

⁴⁴ Demos explicações desta opção na metodologia. Cf: Capítulo 2, sobre Metodologia do nosso estudo.

4.1.1. Geografia da Força Eleitoral da FRELIMO e RENAMO

As dinâmicas da geografia eleitoral em Moçambique, como apresentado no início do presente trabalho, são flutuantes e apresentam diversas tendências para a leitura e sua devida interpretação. Porém, se por um lado podemos explicar que há regiões de clara dominância dos principais partidos, de outro podemos dizer que há regiões que de certo alguns partidos não têm conseguido uma predominância, conforme explicado por Soares e Terron (2008, p. 275).

Figura 3: Distribuição da dominância dos partidos nas regiões de Moçambique (1994-2014)



Legenda: FRELIMO ■ ; RENAMO ■ ; Outros Partidos ■

Fonte: CNE-STAE; African Election DateBase. Adaptado pelos autores (2016).

Uma das províncias que, ao longo das 5 eleições (1994 a 2014), realizadas em Moçambique e que constitui um espaço de dominância do partido FRELIMO, é a província de Cabo Delgado. Duas explicações podem ser avançadas: o fato do partido FRELIMO, ter origem na região Norte de Moçambique, na província de

Cabo Delgado, no distrito de Mueda (DE BRITO, 1995; TERCENCIANO et al, 2014). Por outro lado, o fato de alguns dos principais dirigentes do partido FRELIMO é oriundo da província de Cabo Delgado, que foi o território que eclodiu a guerra da independência de Moçambique em 1964 (DE BRITO, 1995; NEWITT, 1995; CABAÇO, 2007). Como tal, é possível verificar a tendência de dominância do partido FRELIMO no círculo eleitoral de Cabo Delgado.

As últimas eleições de 2014, o candidato governista a presidência da república é natural da Província de Cabo Delgado, e isso pode ter influenciado na melhoria substantiva da vitória da FRELIMO e ele próprio como candidato presidencial. Se verificarmos, podemos ver uma sinuosa evolução do apoio eleitoral entre o Nyusi e seu antecessor. Também, é importante destacar que esta província nunca foi tão receptiva ao partido RENAMO, com exceção os distritos de Montepuez e Mocímboa da Praia⁴⁵. Este último distrito o partido RENAMO, terá ganhado as eleições municipais de 2003, o que demonstra que os populares deste distrito ao menos ao que diz respeito às eleições locais, foram favoráveis ao partido e o seu candidato. É importante demonstrar a geografia do voto na província de Cabo Delgado, nas Cinco eleições realizadas em Moçambique, como pode ser ilustrado a seguir.

Compreende-se que o partido FRELIMO tem vencido desde 1994, com uma predominância muito visível. Porém, em 2004, como os resultados eleitorais de Cabo Delgado, seguiram a tendência do País, que teve uma participação abaixo de 40% do total dos eleitores inscritos. Mesmo com estas variações, também é possível verificar que os partidos RENAMO e os partidos que consideramos sem influência significativa nunca conseguiram contrapor a influência do partido FRELIMO.

A tendência de dominância dos dois partidos “FRELIMO e RENAMO” foi decrescendo de eleição à eleição. Os dois principais partidos em conjunto fizeram 63% nas primeiras eleições, mas o mesmo não se pode dizer das eleições de 2004, que fizeram 20%, e nas últimas eleições foi de 38%. Esta tendência de perda de dominância dos dois principais partidos não foi acompanhada pelo crescimento de outras forças políticas. O que é mais notável é a tendência de

⁴⁵ Realçar que nas segundas eleições Municipais de Moçambique, a RENAMO e seus candidatos, venceram alguns municípios, a saber: Mocímboa da Praia, Nacala, Ilha de Moçambique, e outros – exemplo ilustrativo.

crescimento de níveis de abstenção eleitoral, como podemos verificar na **figura 3**, e quase resultados constantes para os chamados “pequenos” partidos em Moçambique.

Estas relações podem também ser verificadas nos resultados eleitorais da província de Niassa. Por exemplo, todos partidos políticos existentes em Moçambique competem para colocar os seus representantes na gestão da coisa pública (JANDA, 1993) por via da competição eleitoral, entretanto, apenas dois partidos conseguem dominar a cena política e consequentemente colocar seus representantes no congresso Moçambicano a partir das cadeiras parlamentares pertencentes à província de Niassa, mas com algumas variações de eleição para eleição. Os dois partidos que estamos dando ênfase é a RENAMO e a FRELIMO.

A província de Niassa desde as primeiras eleições, nunca teve um partido dominante claro, pois visualizando a **figura 3**, a partir da tendência de dominância, apenas em 2009, o partido FRELIMO conseguiu ganhar as eleições confortavelmente. Nas eleições de 2004, foi uma situação quase generalizada do ponto de vista do alto índice de abstenção eleitoral em Moçambique. Porém, mesmo com este resultado eleitoral, a FRELIMO ganhou de forma confortável, razão que levou com que a RENAMO, segundo maior partido em Moçambique, obtivesse votos quase insignificantes.

Uma tendência visível em Moçambique que também continua visível na província de Niassa é o baixo rendimento dos partidos pequenos. Como é possível notar que, desde 2004, sempre tiveram um desempenho aceitável, mas as eleições de 2009 foi o ponto crítico cujo seu rendimento foi abaixo de 2%, que é relativamente baixo, tomando em conta que os dois principais partidos tiveram em conjunto 33%. Isto quer dizer que, mesmo que o desempenho dos principais partidos em Moçambique seja baixo, os partidos considerados pequenos não conseguem mobilizar o eleitorado a votar neles.

A província de Nampula, ainda na região Norte do País, sempre foi vista como dominada pela oposição. Vale recordar que segundo os dados da CNE (2014), é a província mais populosa de Moçambique e, consequentemente, o maior círculo eleitoral de Moçambique. Segundo os resultados das eleições de 1994 a 2014, a província tem colocado mais deputados em relação às outras

províncias⁴⁶. Uma tendência interessante é o fato de o partido RENAMO sempre conseguir desde as eleições de 1994, ganhar ou dominar os votos dos eleitores na província de Nampula. Contudo, nas eleições de 2004, 2009 e 2014, a FRELIMO conseguiu inverter e obteve melhores resultados e chegou a vencer nas eleições de 2009, e em 2014, por conta das dinâmicas contextuais, a RENAMO conseguiu minimamente recuperar a sua base de apoio eleitoral. As eleições de 2004 e 2009 acontecem num contexto particularmente diferente, onde a FRELIMO apresenta um candidato presidencial que era oriundo da província de Nampula.

O revés encontra-se no fato da distribuição geográfica dos votos em Moçambique ser influenciada pelas questões contextuais. Como desde a fundação da FRELIMO, em 1962, o problema foi tentar combater questões contextuais e conjunturais como (etnicidade, regionalismo), um candidato do Norte do País, constituiu uma valorização das outras regiões do País, já que desde sempre, os presidentes de Moçambique foram do Sul do País.

Em 2014, foi o ano que do ponto de vista de explicação sócio-histórico das eleições, houve virada. Pois em 2004 e 2009, a FRELIMO conseguiu ganhar quase a totalidade das províncias que a RENAMO historicamente dominava, mas em nas últimas eleições houve quase um revés e ou uma o regresso da RENAMO as suas origens. Duas explicações são possíveis de serem avançadas: 1- Porque o candidato da FRELIMO foi visto naquelas duas eleições como a esperança, e de fato muitos escritos, como De Brito (2014) e outros, sustentam que o candidato da FRELIMO - Armando Guebuza, foi visto como “novo messias” ou se quisermos que pudessem conseguir salvar Moçambique da corrupção, da pobreza, entre outras mazelas que sempre foram a “*práxis continuum*” em Moçambique. 2- O fato do discurso quase constante da FRELIMO naqueles dois processos foi de um Moçambique sem divisionismos, sem tendências regionalistas e que combateria a pobreza absoluta que assolava Moçambique.

Um fato importante e que esta visível na **figura 3**, é a dominância da RENAMO no maior circulo eleitoral de Moçambique que é Nampula. Explicações adversas podem ser avançadas, mas a perspectiva historia é que melhor explica.

⁴⁶ Recordar que do total dos deputados no congresso Moçambicano, a Província de Nampula, a mais populosa e o maior circulo eleitoral de Moçambique, tem colocado no congresso, em media 50 a 55 deputados em cada eleição legislativa.

A luz da história política do País, autores como Geffray (1991), Hanlon (1984), Minter (1994) fundamentam que a RENAMO teve sua origem no centro do País, por dissidentes da FRELIMO e não só, e que ao longo do desenvolvimento da guerrilha, a RENAMO conseguiu se instalar, e teve uma influência popular muito forte na região Norte do País, concretamente na província de Nampula.

Outra possível explicação da vitória quase constante da RENAMO na província de Nampula é o fato de ao longo da guerrilha dos 16 anos contra a FRELIMO e ou o governo da FRELIMO, a RENAMO sempre se aliou aos chefes locais, que de alguma forma como fundamenta Geffray (1991, p. 129), constituíam a principal base de apoio social da RENAMO para o seu sustentáculo e manutenção da guerra desde 1976. Foi por via disso que os principais chefes e liderança local, após o término da guerra civil, continuou dando apoio ao partido RENAMO, mobilizando a população para votar na RENAMO.

Tal estratégia de usar os líderes de opinião (vide em: TERCENIANO, et all, 2015) viria a ser quebrada a partir de 2004, pelo então presidente da FRELIMO e mais tarde Presidente de Moçambique, o senhor Armando Guebuza, com a sua política de reconhecimento das lideranças locais, e devolvendo-os o seu papel de proativos e mobilizadores, e o setor mais importante e que está em contato permanente com os reais problemas da população.

Algumas explicações devem ser consideradas, para explicar a geografia eleitoral da Província da Zambézia, que desde muito foram hostis a FRELIMO e tem constituído uma base de apoio eleitoral fiel e firme do partido RENAMO desde 1994. Em primeiro lugar, alguns dos principais dirigentes da RENAMO são oriundos da província da Zambézia, e a FRELIMO nunca conseguiu se impuser como força dominante naquela região do País. Alias a FRELIMO, como visualizamos na *tabela 1*, sempre perdeu as eleições na província da Zambézia. Não só em termos de eleições legislativas e presidenciais, na eleição municipal ou local, ao menos analisando a partir da capital provincial, vê-se que nas últimas duas eleições municipais, o candidato da FRELIMO perde as eleições, mas a FRELIMO, consegue maioria no parlamento municipal⁴⁷.

Segundo lugar, o fato de esta província, mostrar que o nível de consciência cívica dos seus cidadãos vem crescendo a cada ano, algo que podemos

⁴⁷ Ver. Nuvunga (2013); Terenciano, F. Souza, C. Socorro, M. (2016).

visualizar com base nas escolhas eleitorais dos mesmos. Ou seja, num artigo publicado em 2016, Terenciano (2016), evidencia que a par da província de Nampula, Zambézia apresenta nível de consciência cívico aceitável, ao ponto de saberem distinguir que há diferenças substantivas do atributo simbólico do voto que ofertamos aos candidatos a presidência e o voto para o partido.

Uma discussão pode ser feita a respeito da persistente vitória da RENAMO na província da Zambézia mesmo em momentos de crise institucional como vamos explicar a seguir. Primeiramente a crise da institucionalidade dos órgãos pós-eleitoral em Moçambique, sobretudo em 1999, assolou tanto Zambézia assim como Nampula. Se formos a verificar, conforme a nota 2, houve informações claras de falta de transparência e alegada fraude em Moçambique.

Isso pode ser demonstrado em razão do processo de contagem e revalidação dos resultados eleitorais a partir da Comissão Nacional de Eleições e mais tarde no seio do Conselho Constitucional ter sido problemático entre os representantes com cerca de 300 mil votos considerados inválidos e com erros insanáveis na província da Zambézia e Nampula. Como pode ser visto, nas primeiras e segundas eleições, a RENAMO era a maioria força eleitoral na Zambézia e Nampula.

A clássica explicação da geografia eleitoral conforme Castro (2011) e Souza (2006) é o espaço que algumas forças eleitorais tem maior dominância em detrimento de outras forças. Há varias explicações para que um determinado partido ou força eleitoral tenha dominância de um território e não no outro território. Primeiro, pelo fato de as condições contextuais fazerem favoráveis ao partido vencedor (alguns dirigentes da RENAMO serem oriundos da Província da Zambézia e o fato daquela província do centro do país nunca foram simpáticos com as projeções e construção ideológica da nação Moçambicana sobalçada da FRELIMO desde 1975). Outras razões que podem explicar a dominância eleitoral dum território é à força das identidades políticas, religiosas ou étnicas (CASTRO, 2011). Isto porque, tais identidades trazem aquilo que pode ser chamado de “proteção local” que na maioria das vezes define os votos.

Outra província que tem dinâmicas contextuais e variações ao longo dos processos eleitorais é a província de Tete. Esta província primeiramente dominada pela RENAMO, entre as primeiras e segundas eleições, e que mais

tarde com a entrada do candidato da FRELIMO, Armando Guebuza, o cenário se inverte. O candidato presidencial Guebuza, com sua política de revitalização das estruturas locais, consegue inverter parte considerável do apoio eleitoral que a RENAMO, vinha conseguindo em muitos distritos eleitorais, como exemplo, a província de Tete.

Duas explicações, a nosso ver, sustentam estas tendências: por um lado, a razão de um número considerável dos deputados da Assembleia da República, na legislatura de 1994 a 1999, serem oriundos da província de TETE, terá influenciado o reconhecimento da RENAMO naquela região do País, e não só. Se formos a ver, as eleições de 1999 seguem a mesma tendência das eleições de 1994.

Em várias zonas de dominância de cada partido, ou houve melhoria substantiva dos votos obtidos nas primeiras eleições de 1994, ou houve uma ascensão da abstenção como foi o caso da província de Tete. A Renamo perde considerável do apoio eleitoral, mas esta perda não inverteu os votos da RENAMO para a FRELIMO, mas sim, para a abstenção eleitoral.

Enquanto em 2004 e 2009, como corolário da tendência geral do País, a FRELIMO consegue inverter o cenário e ganhou e foi vencedora na província de TETE e com diferença muito enorme, se considerarmos os níveis de abstenção eleitoral em Moçambique que foram quase acima dos 50% do total dos eleitores inscritos. Ora, desde então, em 2009, foi de fato a demonstração de que a FRELIMO teria conseguido recuperar a província de TETE, onde foi vencedora com percentagens acima da média Nacional.

Aliás, uma análise comparativa, mostra que a província de TETE, a par da província de Gaza (como iremos demonstraremos mais tarde) foram os locais que a FRELIMO conseguiu ter votos a seu favor, acima de 40% nas eleições de 2009. Em nenhuma outra província, tanto a FRELIMO, quanto a RENAMO, teria conseguido votação acima de 40% como se sucedeu com o distrito eleitoral de Tete e Gaza, em favor da FRELIMO. Em contrapartida, a RENAMO não conseguiu recuperar o seu apoio eleitoral que teve em 1994 e 1999 na província de Tete. Apesar o ano de 2014, tanto a FRELIMO e assim como a RENAMO, conseguiram ter votos quase empate técnico, conforme a **figura 3**.

A província de Sofala como explicado no capítulo em alusão às raízes sociais do partido RENAMO, sempre foi terra fértil do partido RENAMO. E este fator tem pesado na geografia eleitoral de Moçambique e concretamente da província de Sofala.

Existem varias explicações que podem ser elaboradas, mas nos ateamos em algumas delas. O fato de a historia política do país pesar na distribuição da geografia eleitoral, já é em si uma explicação do porquê a RENAMO sempre ter votos a seu favor, desde 1994. Porem, as dinâmicas da historia politica não conseguem explicar as principais variações, ao longo do tempo, como se vê na tendência do decline-o dos votos a favor da RENAMO.

Esta tendência de perda de apoio eleitoral da RENAMO pode ser associada por um lado em razão da abstenção eleitoral em Moçambique vir a crescer de eleição a eleição como visto na **figura 3**, mas também porque os eleitores desacreditam nos partidos e encontram um aconchego na abstenção. Outra razão da perca de apoio eleitoral quase linear, é o surgimento do novo partido (MDM), que como visto anteriormente, surgiu das veleidades existentes no seio do partido RENAMO. Outro elemento a salientar é que em 2009, a FRELIMO ganhou em quase todas as províncias de Moçambique, e Sofala não foi uma exceção. O partido FRELIMO ganhou com alguma margem ínfima, e a razão desta vitória de 2009, pode ser aliada também ao alto índice da abstenção eleitoral que assolou Moçambique e Sofala, em particular.

Cabe referenciar que a província de Sofala é a única província de Moçambique que os partidos considerados pequeno, conseguiram obter resultados satisfatórios. Por exemplo, em 2009, teve resultados igualados entre a RENAMO e o partido MDM. Uma possível resposta a este fenômeno, é que a RENAMO teve que dividir possivelmente os seus votos e ou eleitores com o partido MDM, enquanto os eleitores da FRELIMO possivelmente continuaram votando fielmente.

Vê-se que a província de Sofala sempre foi hostil a FRELIMO, pois, desde as eleições municipais de 2003, a RENAMO sempre foi vitoriosa e cujo ponto mais alto foi em 2008, quando o então o presidente do Município foi expulso da RENAMO, concorre como independente e vence as eleições. Desde então, a

capital da província de Sofala continua sendo governada pela oposição, desde 2003.

Na senda da continuidade a apresentação da geografia eleitoral de Moçambique no que tange a região Centro do País, a província de Manica, tem dinâmicas quase similares com a província de Tete. Por exemplo, desde 1994 a 1999, a RENAMO continuou ganhando o apoio eleitoral, mas, em 2004 e 2014, se notam novas tendências que procuram inverter algumas variações nos resultados eleitorais, cujo resultado final das urnas ficou quase num empate técnico entre os dois principais partidos.

Se bem que a RENAMO num passado recente se vangloriou que tinha o maior apoio eleitoral na província de Manica, o mesmo não pode ser dito desde 2004, pois, a FRELIMO conseguiu aumentar seu apoio eleitoral, se medido a partir dos resultados eleitorais, e em 2009 a FRELIMO venceu as eleições com uma margem confortável, como corolário do nosso argumento desde o início do presente capítulo, porém, em 2014, houve um retrocesso tanto do apoio eleitoral da FRELIMO, e uma subida ligeira do apoio eleitoral da RENAMO, como se vê na **figura 3**.

Um elemento explicativo é o peso histórico. Alguns dos principais dirigentes são oriundos da província de Manica, como é o caso do “André Matsangaíssa”, primeiro dirigente da RENAMO enquanto movimento de Resistência Moçambicana contra a ideológica de construção Socialista do Estado-Nação da FRELIMO (LUNDIN, 1995; DE BRITO, et all, 2003; PEREIRA, 2006). Mas também a província de Manica foi um dos palcos do treinamento dos guerrilheiros da RENAMO, como foi apresentado por Pinto, J. (s/d, P. 216).

Estes fatores sócio-histórico e político, com ênfase ao regionalismo e a marginalização de todos os membros dentro do partido FRELIMO originários da região centro do País, levou com que ao fim da guerrilha dos 16 anos, as veleidades étnicas e regionais em Moçambique tivessem o peso muito forte na distribuição da geografia eleitoral e do apoio político partidário em cada região do País. Em relação à geografia eleitoral da zona Sul do País, há varias dinâmicas interessantes com destaque ao fato desta região constituir um terreno fértil do partido FRELIMO e que os resultados eleitorais a seu favor sempre foi uma certeza. Aliás, mesmo com as variações dos últimos tempos, com destaque a

Gaza e Inhambane, a RENAMO nunca conseguiu no mínimo um equilíbrio nos resultados eleitorais em todas cinco eleições até então realizadas em Moçambique, como ilustrado na *tabela 1*. Há varias razões desta difícil simpatia dos eleitores de Gaza e Inhambane, de entre elas, o fato de serem algumas das regiões que se fez sentir a guerra civil na região sul (DE BRITO, et all, 2015), a forte identificação partidária da população e das estruturas locais com o partido FRELIMO, algo que vêm desde o processo de formação da FRELIMO e a luta de libertação.

A província de Gaza, conforme apresentado no capítulo que refere às raízes sociais dos partidos políticos em Moçambique, desenvolvemos o pressuposto que as regiões onde a FRELIMO foi dominante durante a guerra civil, são as mesmas regiões que após o fim da guerra civil, os partidos como RENAMO e FRELIMO continuaram sendo dominantes. Portanto, Gaza não se afasta desta regra quase natural da distribuição da competição politica e geografia eleitoral em Moçambique. Se formos a verificar, os principais dirigentes do partido FRELIMO, são em si a maioria oriundos da região sul do País e uma parte do Norte de Cabo Delgado (DE BRITO, 1995, TERCENIANO, et all, 2015). Isso significa dizer que o fato da RENAMO não ter tido apoio popular ainda no período da guerra civil, dificulta-lhe a angariação de apoio politico e eleitoral na província de gaza. Explicações adversas podem ser encontradas mediante analise criteriosa do gráfico acima.

Interessante o fato de o partido FRELMO, sempre teve uma maioria dos votos, mesmo tendo em conta o número total de eleitores inscritos, e ou mesmo medido com base nos votos na urna. Ora, tanto os partidos considerados pequenos, bem como a RENAMO - o maior partido da oposição, nunca conseguiram votos acima de 8%. Porém, a imagem que os partidários da FRELIMO criaram, é o clichê segundo qual, a RENAMO é composta por (bandidos armados). Esta estratégia que o partido FRELIMO tem usado subponto de vista da analise da geografia eleitoral a partir da historia politica do País é comumente aceitável (DE BRITO, L.; FORQUILHA, S.; TERCENIANO, F. outros, 2015).

O único ano eleitoral em que o partido FRELIMO teve uma votação abaixo da media, foi em 2004. A principal explicação deste cenário é o fato do ano de

2004, como fomos dando ênfase desde o início do capítulo, constituir-se o ano, cuja abstenção eleitoral foi campeã em todos os sentidos. Portanto, a nossa análise é baseada nos eleitores inscritos e não pelos votos na urna, é possível verificar que do total de eleitores inscritos, apenas menos que 50% participaram efetivamente no dia da votação, que demonstra mais uma vez, um afastamento entre os eleitores e os processos políticos e eleitorais.

Dinâmicas similares podem ser visualizadas na análise na distribuição da geografia eleitoral na província de Inhambane. Note que o partido FRELIMO sempre foi dominante em Inhambane, com variações no seu percentual de apoio eleitoral. E ao contrario, os partidos da oposição, como é o caso da RENAMO, sempre tiveram resultados eleitorais insatisfatórios.

A **figura 3**, demonstram que a FRELIMO se constitui em si uma força dominante, e que a sua tendência de votação tem vindo a decrescer, mas que não esta significando que a RENAMO tem vindo a ganhar espaço vago pelo partido FRELIMO. Em 1994, ao menos os resultados eleitorais dos partidos pequenos, juntamente a RENAMO, foram satisfatórios, mas desde então, sempre foi uma terra fértil por parte da FRELIMO. Dinâmicas similares aconteceram em 2014, quando o partido RENAMO, vis-à-vis com os pequenos partidos, conseguiram amealhar 10% do total de eleitores inscritos.

É importante desacatar o fato do partido RENAMO não ter conseguido em 2009, ultrapassar a barreira dos 5% no distrito eleitoral de Gaza, oque possibilitou estar em igualdade percentual com o recém-partido fundado em 2008, o MDM. Isso mostra que os eleitores que não se simpatizam com o partido RENAMO, preferencialmente alocam seus votos do ponto de vista de volatilidade eleitoral, a outros partidos e em muita das vezes para a abstenção eleitoral, se eximindo desta feita de atribuir seu voto a RENAMO. Esta é uma tendência somente do distrito eleitoral de Gaza, pois em outras províncias, houve em tempos uma tendência de ascensão da votação da RENAMO, de 2004 a 2014.

Ora, a província de Inhambane desde as primeiras eleições em 1994, tem sido um campo fértil do partido FRELIMO. Vejamos os partidos sem grande influencia nacional, como é o caso do MDM, PIMO, e outros, tem conseguido uma votação aceitável, quase na mesma magnitude com o partido RENAMO. A zona sul em si, nunca foi favorável ao partido RENAMO por duas razões: pelo fato da

RENAMO não ter se estabelecido como movimento de guerrilha relevante ao longo do conflito armado em Moçambique. Outra razão que explica o fraco apoio eleitoral a favor da RENAMO é a tendência natural da região sul de Moçambique, de rejeitar por completo a RENAMO por não ter na generalidade membros proativos e influentes que são oriundas da província de Inhambane.

Em relação à cidade e província de Maputo, é necessário desenvolver um conjunto de categorias que podem explicar a distribuição da geografia eleitoral na região. Primeiramente importa salientar que Maputo Cidade é a capital de Moçambique, e por via disso, desde as primeiras eleições, tem se notado que o partido FRELIMO sempre venceu as eleições. Como vimos explicando anteriormente, a região Sul do País sempre foi hostil a RENAMO, por questões históricas, e também pelo fato da RENAMO nunca ter conseguido se instalar na cidade e província de Maputo. Sendo assim, após os acordos gerais de Paz, em 1992 e a realização das primeiras eleições em 1994, a distribuição da geografia eleitoral dos dois partidos na província de Maputo, ficou configurada da seguinte maneira.

O nosso ponto de partida sustenta a ideia segunda a qual o partido FRELIMO sempre foi vencedor em todas as eleições realizadas na província de Maputo. Isto pode ser explicado em razão do desenvolvimento social que comparado aos anos anteriores ser uma realidade, e os eleitores conseguem enxergar o funcionamento, como se tem dito, o governo do dia (neste caso da FRELIMO). Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a origem do partido FRELIMO. Como a história comprova, a FRELIMO enquanto movimento de libertação nasceu a partir da organização de alguns moçambicanos, intelectuais, acadêmicos, etc., na sua maioria localizados na província e cidade de Maputo, e que mais tarde isso teria influenciado nas dinâmicas da competição política eleitoral em Maputo.

Os partidos sem grande influência nacional, não conseguiram aceitação eleitoral em Maputo Província. Mesmo assim, a Renamo que constitui a segunda maior força política do País, não tem se aproveitado dessa fragilidade para ampliação da sua base de apoio eleitoral. Esta tendência não só é visível em Maputo Província, mas em quase todas as regiões cujo FRELIMO é dominante em contra partida os partidos sem influência nacional são frágeis. Em

razão disso, é possível verificar uma tendência quase similar dos resultados eleitorais da Província e Cidade de Maputo, desde as eleições de 1994, como se vê a seguir.

Verifica-se Na **figura 3**, que a cidade de Maputo, sempre foi favorável ao partido FRELIMO. Por se constituir a capital do País, a FRELIMO procura de todas as maneiras manterem os seus padrões de votação para não perder controle do funcionamento da máquina Política e Administrativa do País. Do ponto de vista da constituição da historia politica do País, a maior parte dos dirigentes de Moçambique, são oriundos ou ao menos terem se instalado logo cedo na cidade de Maputo. Outro fator que explica a dominância da FRELIMO na cidade de Maputo é o fraco desempenho do partido RENAMO. Há uma tendência clara de decréscimo do apoio eleitoral a favor da FRELIMO, mas isso não reflete necessariamente aumento da força eleitoral do partido RENAMO. Em tempos, é necessário lembrar que, a FRELIMO ganhou as primeiras eleições com uma percentagem, acima da media nacional, mas que foi descendo cujo ponto mais baixo foi em 2004, coroadado pelo alto nível de abstenção eleitoral que assolou aquelas eleições gerais realizado no País.

A RENAMO teve seu apoio eleitoral muito acima da media nas províncias da Região Sul, do País em 2014. Este fator se deveu em primeiro lugar, do renascer do partido então em processo de decadência estrutural do partido. Ou seja, a RENAMO que foi recomposta no cenário politica Moçambicana, e a cidade de Maputo sendo a capital do País, o acompanhamento da dinâmica politica e eleitoral e o voto baseado nos grupos de pertença, ambiente social, etc., não é muito preponderante. Em segundo lugar, a crescente falta de credibilidade do partido FRELIMO, e as diversas crises internas no seio do partido, bem como os níveis alarmantes de corrupção que o País atingiu, e que segundo os meios de comunicação social no contexto Moçambicano, muitos dos dirigentes e altos governantes estavam envolvidos.

Diversas explicações podem ser avançadas para interpretar a distribuição da competição politica e da geografia eleitoral em Moçambique, mas a mais comumente é a influencia da historia politica nos resultados eleitorais. Alias, se formos a ver, toda região centro pela apresentação dos dados, é afável a RENAMO, mas o mesmo não pode ser dito a região sul do País que é

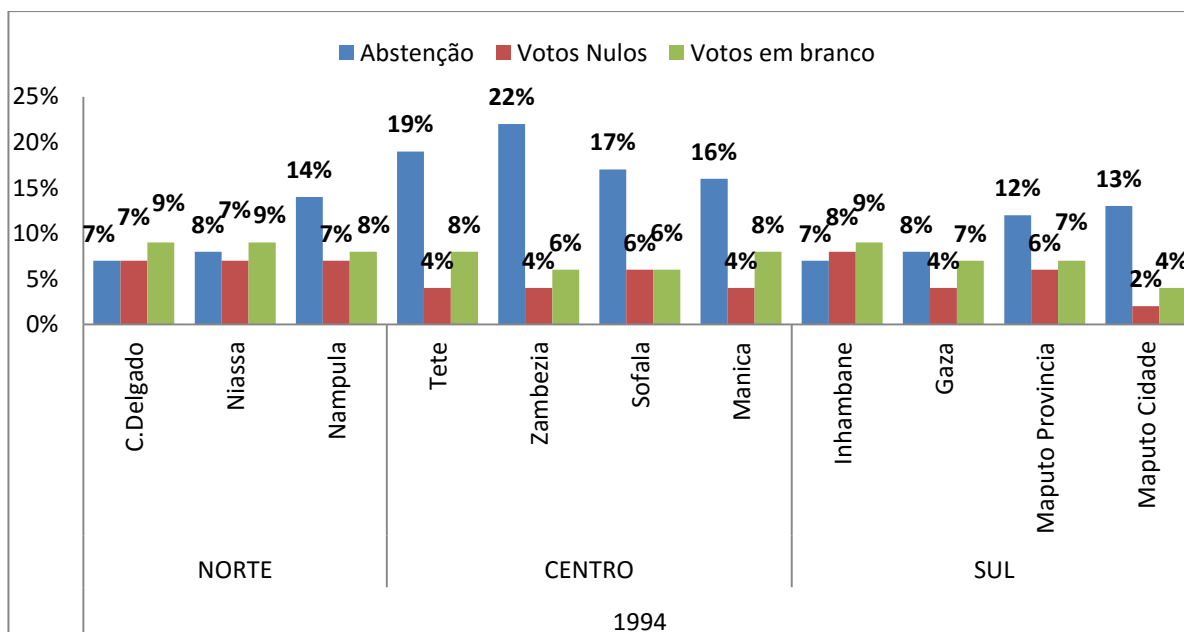
visivelmente favorável ao partido FRELIMO. A região Norte de Moçambique que existem dinâmicas divergentes, pois quando se olha a geografia eleitoral, vê-se que a FRELIMO é dominante. Mas olhando a província de Nampula, a RENAMO é dominante, em contra partida Niassa, teve anos de glória da RENAMO, 1994 e 1999 vis-à-vis aos anos de glória da FRELIMO, 2004 e 2009. Em 2014, houve uma ligeira vitória do partido FRELIMO.

A crescente consciência cívica dos eleitores d capital do país se reflete na votação dos três principais partidos. Importante destacar que o MDM nas eleições municipais teve uma votação aceitável, se levarmos em consideração um partido que não tem muitos anos de sua existência. Não só, este partido se aproveita da ausência da RENAMO nas eleições municipais de 2013, para conseguir amealhar os votos consideravelmente. Verificou se que nas eleições gerais de 2014, o MDM foi a quem das expectativas. O que se nota é que a região mais urbana da cidade de Maputo, o MDM, teve aceitabilidade, em contra partida, nas regiões periféricas, o MDM, perde com larga desvantagem. Contudo, é importante a forma como a geografia eleitoral se configura tomando em conta a história política do País, por via da guerra civil, e de outro lado à influência das instituições de gestão eleitoral.

4.2. Abstencões, votos brancos e nulos nas regiões de apoio dos partidos FRELIMO e RENAMO

O debate sobre abstenção eleitoral, voto nulo e em branco tem sido muito desprezível nos estudos sobre o comportamento eleitoral, por varias razões, entre elas, o fato de não espelhar o real interesse dos eleitores em participar nas eleições; o desinteresse por qualquer partido que esta em competição; por não encontrar alternativas, entre outras razões. Para alguns estudos (SCHLOMOF, 2009), há uma tendência cuja participação eleitoral onde a votação é facultativa e não obrigatória, tem descendo, isto é, nos anos 1940, a votação em media era de 86%, quer foi decrescendo para menos de 70% nos anos 1990, e assim sucessivamente. Os estudos eleitorais em Moçambique (NUVUNGA, 2013; TERCENIANO, 2014; MAZULA, 2004) confirma esta tendência de aumento de eleição a eleição no contexto Moçambicano.

Gráfico 4: Abstenção Eleitoral, Votos nulo e em branco em Moçambique (1994)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

A discussão apresentada no **Gráfico 4**, sustentam dinâmicas que devem ser interpretadas à luz da geografia eleitoral em Moçambique. Por exemplo, a média da abstenção eleitoral em Moçambique 1994, foi de 14%. O mais perceptível ainda é o fato de, tanto os votos nulos e em branco, ter apresentado uma distribuição quase equitativa ao longo de todas as províncias, excetuando as províncias do Centro do País, cujo seu domínio sempre foi da RENAMO, que foi a baixa da media nacional. Todavia, enquanto a abstenção eleitoral foi campeã na região centro do País.

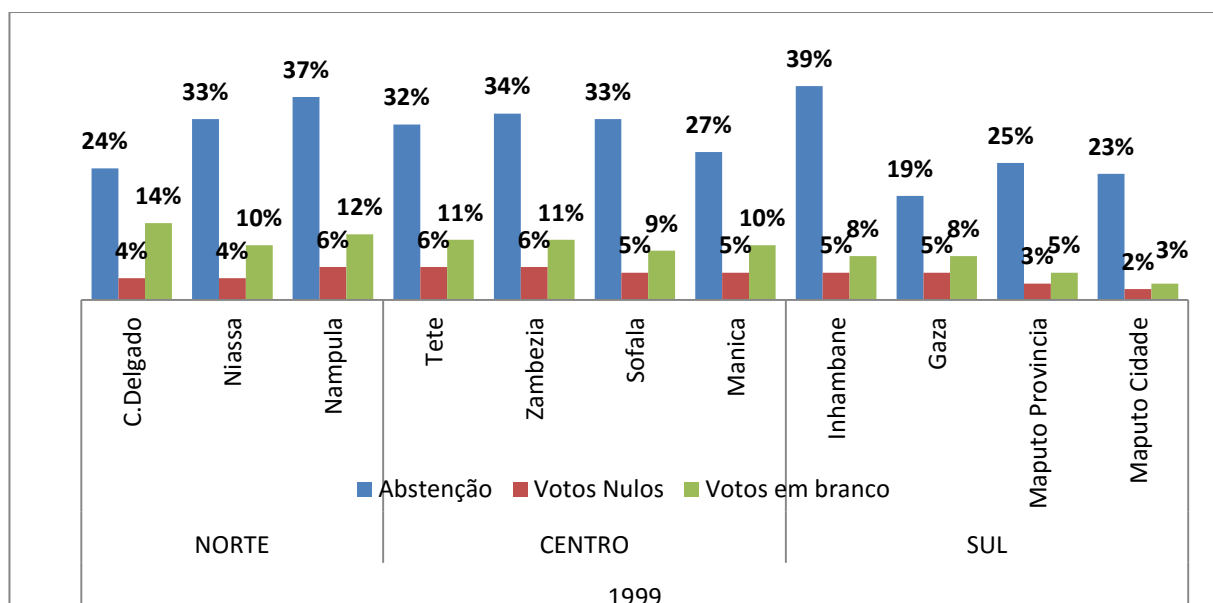
Isso significa que, nas eleições de 1994, a região Centro e uma parte da região Norte do País registraram maiores índices de abstenção eleitoral, votos em branco e nulo. Isso de alguma forma poderá ter influenciado (se assim podemos dizer) na perda das eleições do partido RENAMO. A Região Sul do País que sempre foi favorável a FRELIMO, teve baixos índices de votos nulos e em branco de Moçambique, não chegando a influenciar no apoio eleitoral que o partido FRELIMO tem conseguido naquela região do País.

Em 1999, os resultados eleitorais tiveram à tendência de manter os níveis de abstenção eleitoral com ligeira elevação em todas as províncias de Moçambique, destacando as regiões cujo partido RENAMO teve um domínio nas

primeiras eleições. Ora vejamos tanto Nampula, Tete, Zambézia, Sofala, que são regiões subponto de vista da geografia eleitoral em Moçambique, com grande apoio ao partido RENAMO, tiveram níveis elevados ao que diz respeito à abstenção eleitoral. Salientar o fato da província de Inhambane que faz parte do núcleo forte da FRELIMO na região Sul de Moçambique, ter tido nível recorde de abstenção eleitoral das eleições realizadas em 1999.

Algumas províncias de Moçambique, como Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete, estiveram à baixa da província de Inhambane, em relação ao nível elevado de abstenção eleitoral. Muito pode ser explicado sobre as causas e fatores do elevado nível de abstenção eleitoral, destaque para Cabo delgado, que tem sido um terreno fértil do partido FRELIMO, e onde os seus principais dirigentes são em parte oriundas da mesma província, mas não conseguem mobiliza-los ou mobilizar-se com vista a uma participação ativa nos processos políticos e eleitorais. Ou seja, tanto Gaza, assim como Maputo Cidade, que são províncias onde a FRELIMO tem vencido as eleições, os níveis de abstenção eleitoral são baixos, comparado à província de Cabo Delgado, com podemos verificar no gráfico a seguir, que apresenta dinâmica e resultados eleitorais ao que diz respeito o comportamento das abstenções, votos nulo e em branco.

Gráfico 5: Abstenção Eleitoral, Votos nulo e em branco em Moçambique (1999)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

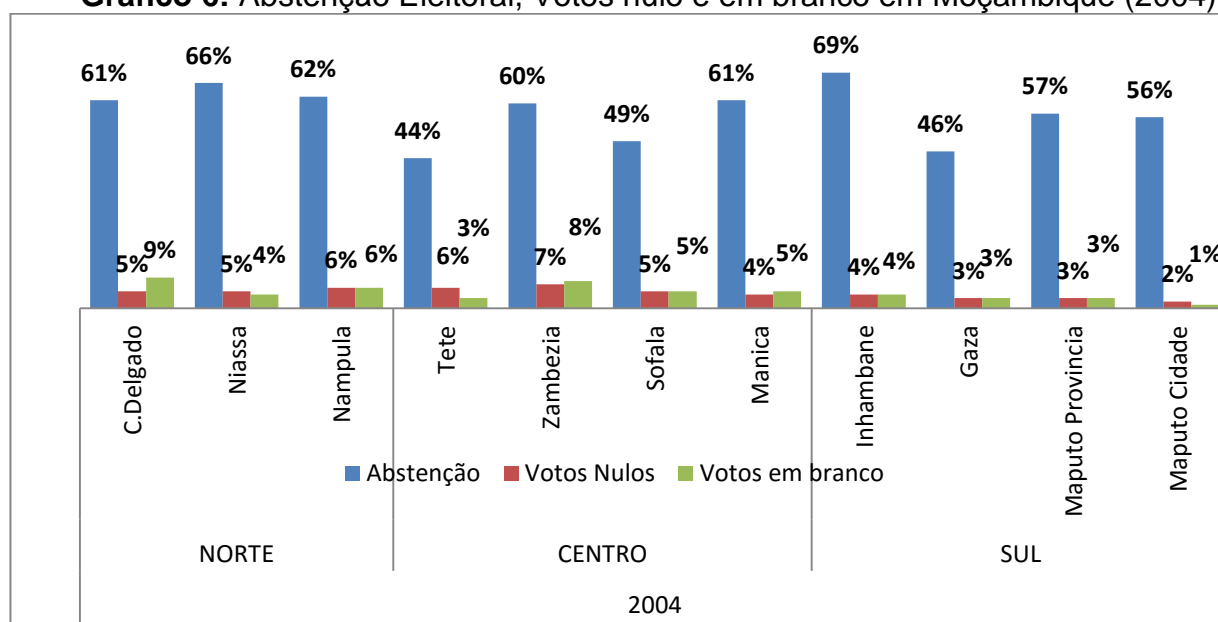
Os resultados eleitorais de 1999 (**gráfico 5**) foram adversos e com configurações diferentes das primeiras eleições. Por exemplo, enquanto nas eleições fundadoras, a abstenção eleitoral foi mais baixa em quase todas as províncias, nas eleições de 1999, os níveis de abstenção eleitoral foram ainda mais elevadas, com exceção as províncias de Cabo Delgado, Gaza, Maputo Cidade e Província, onde a abstenção eleitoral foi abaixo de 25%.

Isso significa dizer que, a região onde a FRELIMO é dominante, sempre teve uma tendência de menor abstenção eleitoral em relação a média nacional. Em contra partida, enquanto os votos nulos e em branco tiveram uma distribuição acessível em 1994, nas eleições de 1999, houve uma tendência cada vez mais aumentar em todas as regiões do País, excetuando a região Sul de Moçambique.

A possível razão deste fenômeno é o fato de a região sul de Moçambique, os níveis de educação cívica e eleitoral ser mais intensos, e a mobilização do partido FRELIMO, que tem sido dominante naquela região, tem exercido uma enorme influência a partir da ação dos líderes de opinião, como demonstrado por Terenciano, F; Souza, C., Anderson, R. (2015). Entretanto, há uma tendência da região Sul e incluindo a capital do País, baixar os níveis elevados dos votos nulos e em branco, como corolário do alto nível de alfabetização que região possui e que se diferencia das outras regiões do País.

Em 2004, como vimos fundamentando neste estudo, foi o ano campeão em abstenção eleitoral. Vários são fatores que podem ser elencadas, as mais comuns são: duplicidade do registro eleitoral de vários eleitores; Desconfiança entre os membros dos órgãos de gestão eleitoral, que chegados aos olhos do cidadão comum, aumentou cada vez mais o desinteresse das eleições; a tensão política e eleitoral após as eleições de 2003, e que foi antecedida pela tensão política em 2000, em alguns distritos (Montepuez, Mocímboa da praia), onde a RENAMO sempre teve um domínio aceitável; Uma deslegitimação dos processos políticos eleitorais, oriundas das vozes que invocavam a fraude mais que certa das eleições de 1999, entre outras razões (DE BRITO, 2010; MAZULA, 2004; MACUANE, DO ROSARIO, 2011).

Gráfico 6: Abstenção Eleitoral, Votos nulo e em branco em Moçambique (2004)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

Ora, a anotação que podemos a priori visualizar no **Gráfico 6**, é que a abstenção eleitoral venceu as eleições, ou seja, mesmo conjugando os votos a favor dos partidos políticos que concorreram às eleições de 2004, entre eles, a FRELIMO e a RENAMO, não foi além de 40%. Isso pode por um lado ser uma explicação da crise da legitimidade do processo eleitoral de 2004, visto que dos 100% de eleitores que deveriam eleger o partido vencedor, apenas 40% participaram efetivamente.

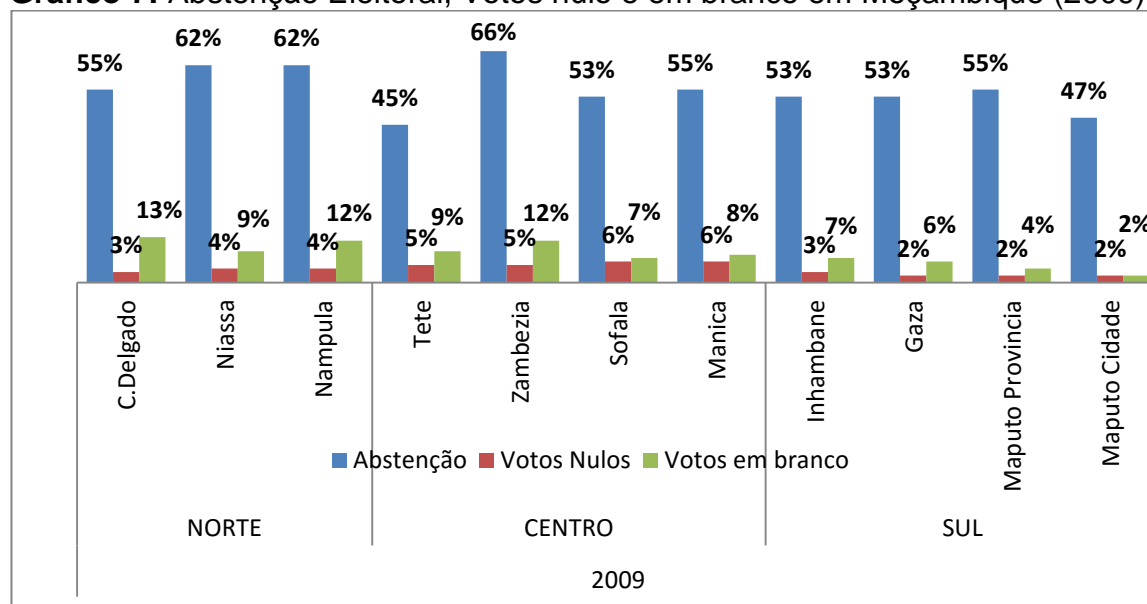
Outro aspecto que pode ser elencado é o fato de cada vez mais diminuindo os níveis dos votos nulos e branco, em contrapartida, a abstenção eleitoral foi ganhando terreno, em todas as províncias de Moçambique. Como vimos explicando, a cidade de Maputo, a Província de Gaza e Maputo Província (todos pertencentes à região sul de Moçambique) tiveram a taxa mais baixa dos votos nulos e brancos. Em contrapartida, algumas províncias (Manica, Zambézia, Sofala e Nampula) que são regiões de alta influência eleitoral da RENAMO, tiveram as taxas altas de votos nulos e brancos.

Nas eleições de 2009, o núcleo forte da FRELIMO (Cabo Delgado, Gaza, Maputo Cidade e Província), em termos de apoio eleitoral manteve quase os mesmos índices dos resultados eleitorais de 2004. De entre as varias explicações que podem ser levantadas pelo fato da abstenção eleitoral ter

baixado substancialmente, foi o fato de terem realizado um recenseamento de raiz em 2008 e atualizado 2009, que de alguma forma resolveu o problema de duplicidade de eleitores inscritos, como aconteceu em 2004. Alguns cidadãos, ora que tiveram que mudar de residência, os presos, entre outros, foram desta forma resolvida.

As eleições de 2009 trouxeram várias dinâmicas e tendências com destaque ao fato dos níveis de abstenção eleitoral se mantiveram em algumas províncias de Moçambique, onde a abstenção eleitoral foi muito elevada nas eleições gerais de 2004. Ora vejamos, as províncias como Niassa, Nampula, Zambézia, Manica, continuam com níveis quase similares de abstenção eleitoral comparando as eleições transadas de 2004, enquanto Inhambane baixou substancialmente os níveis de abstenção eleitoral.

Gráfico 7: Abstenção Eleitoral, Votos nulo e em branco em Moçambique (2009)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

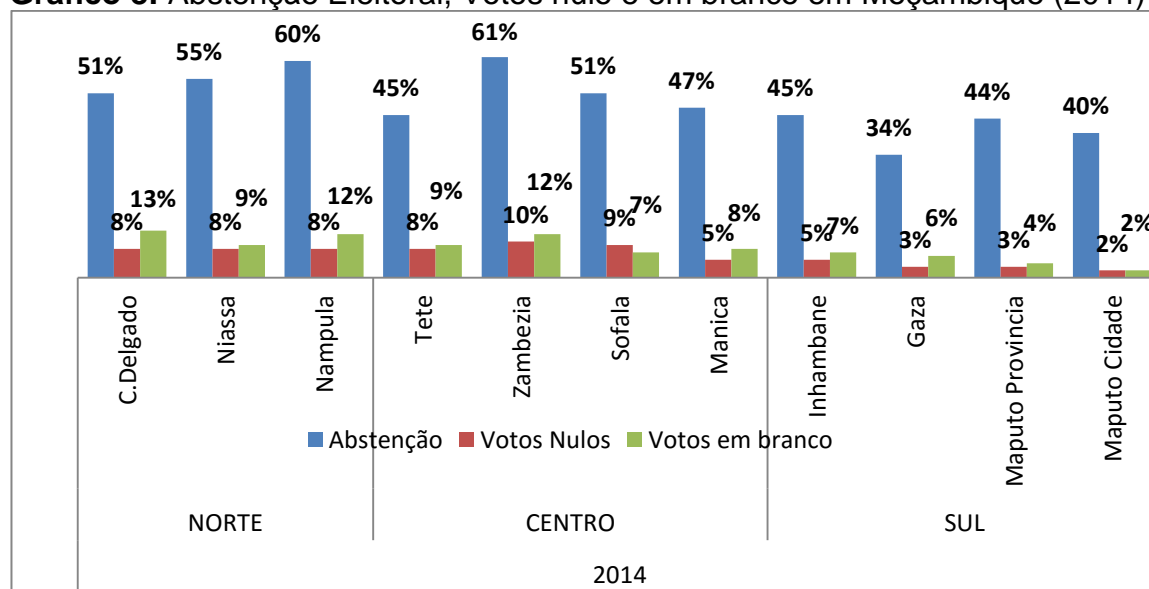
Sobre os votos em branco, é importante associar não necessariamente ao desinteresse ou alguma forma de abstenção eleitoral, mas associá-lo, por exemplo a outros fatores, falta de alternativas políticas, entre outras. Assim, tanto em 2004 assim como nas eleições de 2009, a província de Cabo Delgado, Zambézia e Nampula, tiveram os níveis mais elevados de votos em branco. Por exemplo, houve um crescimento de 5% para a província de cabo delgado, isto é, em 2004, o percentual de votos em branco foi de 8%, enquanto em 2014, foi de

13%. Demos destaque a província de cabo Delgado, pelo fato de ter sido a província com níveis mais elevados de votos em branco, conforme pode ser ver no **(gráfico 7)**.

Todavia, os níveis de abstenção eleitoral, continuam sendo acima da média nos países cujo voto não é obrigatório, mas sim facultativo (SCHLOMOF, 2009), o que de alguma forma pode suscitar o surgimento de discursos que vão defendendo a ideia de deslegitimidade do sistema democrático de Moçambique. Ou seja, se bem que partimos do pressuposto que a democracia deve em última instância incluir todos, então hipoteticamente deveria ser aceite por todos e com todos, que significaria a participação do povo (demos) ativamente nos processos políticos eleitorais, o que não é o caso de Moçambique, ao menos até as eleições de 2014.

O **Gráfico 8**, que apresentamos a seguir, demonstra as dinâmicas das eleições de 2014. As tais eleições de 2014, apresentaram por um lado algumas tendências de evolução de votos nulos e brancos em quase todas as regiões componentes a geografia eleitoral de Moçambique, mas com alguma significância na redução dos níveis de abstenção eleitoral que vinha crescendo de eleição à eleição em Moçambique. De outro lado, informações que de alguma forma vão comprovar a tendência quase natural da evolução dos votos em branco e nulo em algumas regiões do País, que analisaremos de forma comparativa.

Gráfico 8: Abstenção Eleitoral, Votos nulo e em branco em Moçambique (2014)



Fonte: CNE-STAE. Adaptado pelos autores (2016).

Em 2014, a geografia do voto em branco, nulo e abstenção eleitoral, apresentou alguma redução nos níveis de abstenção eleitoral em relação ao que tem se verificado entre 2004 e 2009. Outro elemento a salientar é o fato das percentagens do voto branco terem mantido quase na totalidade das províncias, porém, os votos nulos aumentaram substancialmente em todas as províncias, com destaque para Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. O comportamento das abstenções eleitorais em Moçambique vinha aumentando de eleição para eleição, todavia, em 2014, houve uma redução nas seguintes províncias: Maputo Província, Gaza, Niassa.

Nas outras províncias houve uma notável redução se comparado com as eleições de 2009, mas sem muitas variações. Ora, uma coisa que pode ser elencada é o fato de as províncias em que nas eleições de 2014 a RENAMO teve apoio eleitoral considerável, foram às províncias que os níveis de abstenção eleitoral foram elevados. Isto é, tanto as províncias de Nampula, Zambézia e Sofala, onde a RENAMO teve uma grande aceitação em termos de apoio eleitoral, vis-à-vis a tiveram um nível de abstenção eleitoral mais elevada do País.

CONCLUSÕES

Este trabalho foi desenvolvido com a intenção de compreender as dinâmicas da competição política no contexto Moçambicano, desde 1994-2014. Em Moçambicano, falar da competição política de fato, deve estar sempre associado ao fato do ano de 1990, significar uma transição política e democrática, com aprovação da nova Constituição da República, que permitia a competição política multipartidária por via de eleições periódicas em Moçambique. Este processo de abertura política esteve associado ao fim da guerra civil que opôs a FRELIMO e a RENAMO, entre 1976 e 1992, onde o ponto mais alto foi à assinatura de Acordo Geral de Paz e dois anos mais tarde, foi à vez da realização das eleições gerais em Moçambique em 1994.

Porque a intenção inicial foi de discutir a geografia eleitoral do ponto de vista da competição política, demos mais ênfase à distribuição da geografia eleitoral dos dois principais partidos políticos (FRELIMO e RENAMO). Sendo assim, a pesquisa partiu do seguinte questionamento: o que determina a distribuição da competição política-eleitoral das duas forças políticas “FRELIMO e RENAMO” em Moçambique (1994-2014)?

Com uma metodologia baseada em dados secundários, sobretudo os resultados eleitorais oficiais em Moçambique, disponíveis nos órgãos de gestão eleitoral, e uma revisão da bibliografia em relação à temática: competição política e geografia eleitoral. Como tal, o estudo procurou testar duas hipóteses.

A primeira, o que determina a distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique o fato do partido RENAMO e FRELIMO serem os principais atores que controlam as instituições de gestão eleitoral em Moçambicano. A segunda hipótese sustenta a ideia segunda a qual, a distribuição da geografia eleitoral das primeiras eleições reflete a conjuntura política e social da história do País, desde 1976 (o contexto de Guerra Civil entre os dois Partidos que propiciou o controle político e social das zonas as quais ocupavam respectivamente). Assim, a origem dos partidos FRELIMO e RENAMO explica a configuração da distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique.

Procurando compreender a geografia eleitoral de Moçambique, entendemos que um dos elementos que mais contribui a maneira como esta

distribuída a geografia eleitoral em Moçambique, são as raízes sociais dos partidos políticos, isto é, as regiões onde RENAMO é muito forte, em termos de apoio eleitoral, são as regiões que ao longo da guerra civil, ocuparam na sua totalidade. O mesmo se verifica para o partido FRELIMO. Dando exemplos ilustrativos.

A FRELIMO sempre foi dominante desde a guerra civil em toda região sul do país e algumas províncias do norte de Moçambique, caso de Cabo Delgado e Niassa. E verificando a geografia eleitoral de Moçambique, se percebe que de fato a FRELIMO dominam de forma constante estas regiões. Em contrapartida, A RENAMO, que teve suas origens na região centro do País, com destaque para as províncias de Sofala, Zambézia, Manica, e raras exceções, sobretudo nas primeiras e segundas eleições, a província de Tete.

Outra forma de verificar as dinâmicas da competição eleitoral em Moçambique é a partir das instituições, isto porque, um dos elementos que compreendemos importante que influencia a configuração da distribuição da competição política e a geografia eleitoral é a maneira como estão estruturadas as instituições políticas, com destaque para o órgão de gestão eleitoral.

Os órgãos de gestão eleitoral de Moçambique, a sua estrutura sempre foi partidária, e dominada pelos dois principais partidos FRELIMO e RENAMO. Ou seja, se formos verificar a apresentação gráfica da estrutura e composição dos órgãos de gestão eleitoral, verifica-se que somente em 2009 e 2014, houve alguma tendência clara de existir um órgão de gestão eleitoral, que podemos apelidar de independente ou mix (uma parte considerável de membros oriundo das organizações da sociedade civil, e parte considerável oriunda dos partidos políticos com representação parlamentar).

O comportamento das abstenções, votos nulos e em branco, ficou evidente no nosso estudo. Primeiro, porque conseguimos entender que o aumento do voto nulo, em branco, e da abstenção eleitoral, não segue uma lógica linear, visto que algumas regiões que FRELIMO é muito influente, também tem se notado níveis de abstenção eleitoral alto, bem como os votos nulos e brancos. O mesmo deve ser dito em relação ao partido RENAMO, cujas províncias com maior influência do partido RENAMO em termos de apoio eleitoral, visível os níveis altos de abstenção eleitoral, com destaque para Zambézia, Sofala, Tete e Nampula. De

outro modo, o comportamento dos votos nulos e branco é muito mais visível na província de Cabo Delgado, que em termos gerais, cresceu desde 1994.

Com isso, as duas hipóteses que foram levantadas no desenvolvimento do presente trabalho (O que determina a distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique o fato do partido RENAMO e FRELIMO serem os principais atores que controlam as instituições de gestão eleitoral em Moçambicano, assim como a segunda, sustenta a ideia segunda a qual a distribuição da geografia eleitoral das primeiras eleições reflete a conjuntura política e social da história do País, desde 1976, explica a configuração da distribuição da competição política e eleitoral em Moçambique), foram confirmadas ao longo do desenvolvimento dissertativo do trabalho.

Em trabalhos futuros, seria interessante uma pesquisa similar a está, no entanto que analise, a geografia eleitoral, do ponto de vista da relação que se estabelece entre a base de apoio eleitoral dos partidos políticos e as condições socioeconômicas do distrito eleitoral. Ao considerar a variável “condições socioeconômicas” a pesquisa possibilitará uma análise conjuntural desvendando explicativas da configuração da geografia eleitoral em Moçambique.

Outro elemento importante é em pesquisas futuras é a abstenção eleitoral. Enquanto no presente estudo a abstenção eleitoral, aparece como variável influente, mas não determinante, seria pertinente em pesquisas futuras, ser considerada como um elemento explicativo da distribuição da competição política e a geografia eleitoral das forças políticas em Moçambique. Ao mesmo tempo em que deveria fazer-se uma associação entre variáveis partidos efetivos e não efetivos, institucionalização partidária e sua relação com a competição política e eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUAVIVA, Marcus. *Teoria Geral do Estado*. 2. ed. Ver. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALFANE, Rufino. *Autoridade Tradicional em Moçambique. Educação Cívica na sociedade tradicional*. Maputo: MAE, 1996.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 412 p.

ARAÚJO, Sara. *Pluralismo jurídico em Moçambique. Uma realidade em movimento*. Revista Sociologia Jurídica, n. 6, p. 6, jan.-jun. 2008. ISSN: 1809-2721.

BACHOF, Otto. *Jueces y Constitución*. Tradução de Rodrigo Bercovitz Rodríguez-Cano, Madrid, Editorial Civitas, 1987.

BARROSO, Luís. *A Reforma Política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil*. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 3, p. 287, 2006.

BASTOS, Celso. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: C. Bastos Editor, 2002.

CABAÇO, José. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAHEN, Michael. Check on socialism in Mozambique — what check? What socialism? In *Review of African Political Economy*, 57, pp. 46-59. 1993.

CAREY, John e SHUGART, Matthew. *Incentives to cultivate a personal vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas*. Electoral Studies, vol. 14, pp: 417-439, American Political Science Association, Washington, D.C. 1995.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CAU, Hilário. *A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil*. Tese (Pós-Graduação em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CODATTO, Adriano e SANTOS, José. *Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Edição do TRE-PR, 2006.

COLOMER, Josep. *Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press. 2001.

CORRÊA, Roberto (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

CARRILHO, N. *A legislação eleitoral em Moçambique e a realização política e social*. In B. Mazula, ed. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo. 1995.

DE BRITO, L. 1995. *O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique*. In B. Mazula, ed. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.

_____. FRANCISCO, António; PEREIRA, Cândido G; ROSÁRIO, Domingos do. *Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito*. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.

_____ et al. *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Série Texto e Documentos N.º 1. Maputo, EISA Moçambique.

_____. *Uma dimensão crítica da Representação Política em Moçambique*. In DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2014 organização Luís de Brito | Carlos Nuno Castel-Branco | Sérgio Chichava Salvador Forquilha | António Francisco. Maputo, 2010.

_____. *Breve reflexão sobre Autarquias, Eleições e Democratização*. In DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2014 organização Luís de Brito | Carlos Nuno Castel-Branco | Sérgio Chichava Salvador Forquilha | António Francisco. Maputo, 2013.

_____. *Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique*. In DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2014 organização Luís de Brito | Carlos Nuno Castel-Branco | Sérgio Chichava Salvador Forquilha | António Francisco. Maputo, 2014.

DEUS, Cleber de. *Distribuição espacial do voto e suas possibilidades analíticas*. In: Fórum de Alunos do IUPERJ. (Org.). *Cadernos de Sociologia e Política*. Cadernos de Sociologia e Política. 1ª ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 05/06, p. 7-25, 2002.

DIAMONDI, Larry. *Three Paradoxes of Democracy*. *Journal of Democracy* 1. Washington D. D. 54. 1990.

DUVERGER, Maurice. *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. London: Methuen&Co. 1959

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo. Editora Sumaré, ANPOCS, 2008.

FORQUILHA, S. e ORRE, A. *Transformações sem Mudanças? Os conselhos locais e o desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique*. In Carlos Nuno C. Branco, S. Chichava, L. Brito, A. Francisco (org.). *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, 2011.

GARY, Hamilton e FEENSTRA, Robert. *The Organization of Economies*. Pp.153-180 in *The New Institutionalism in Sociology*, pp. 77-104, edited by Mary Brinton and Victor Nee (New York: Russell Sage Foundation). 1988.

GEFFRAY, C. (1991), *A Causa das Armas*, Porto, Edições Afrontamento.

GRAU, Mireia. *El estudio de las políticas públicas. Enfoques y metodologías de análisis*. In Mireia Grau y Araceli Mateos (eds.), *Análisis de Políticas Públicas em España: Enfoques y Casos*. Valencia: Tirant lo Blanch. 2002.

GUY, Peters. *Political Institutions, Old and New*. En Robert E. Goodin y Hans-Dieter Klingeman, eds. *A New Handbook of Political Science*, Oxford: Oxford University Press. 1996.

HAESBAERT, Rogerio. *Regional-global: dilema da região da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

HALL, M., e YOUNG, T. (1997), *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. *Political Science and the Three New Institutionalism*. *Political Studies* 44: 936-957. 1996.

HANLON, J. *Mozambique: The Revolution under Fir*. London: Zed Press in RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla. 1984.

HARLEY, Brian. *Mapas, saber e poder. Confins*. [Online], nº 5, 2009.

HERMELE, Kenneth. *Moçambique numa encruzilhada: economia e política na era de ajustamento estrutural*. Bergen, Noruega: Chr. Michelsen Institute/Department of Social Science and Development, 1990.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, Voz e Lealdade: Reações ao Declínio de Firmas, Organizações e Estados*. São Paulo: Perspective, 1973.

JANDA, Kenneth. *Comparative Political Parties: A research and theory*. In, Ada, FINIFTER, *Political Science: The State of the discipline*, Whashington D.C. American Political Science Association: 163-191 cross National Survey (New York). 1993.

KOELBLE, Thomas. *The New Institutionalism in Political Science and Sociology. Comparative Politics*, 231-243. 1996.

KRUKS, Sonia. *From nationalism to marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977*. In Irving Leonard Markovitz (ed.), *Studies in power and class in Africa*, Nova York, Oxford University Press. 1987.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. 14ª ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2008.

LAVAREDA, Antônio. *Democracia nas Urnas: O Processo Partidário e Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.

LIMONGE, Fernando. *O novo institucionalíssimo e os estudos legislativos. Leitura norte americana recente*. BIB. Rio e Janeiro, n1º semestre 1994, pp. 3-38.

MACAGNO, Lorenzo. *Fragmentos de uma imaginação nacional...* REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 24, nº70, 2009.

MACUANE, J. J. *Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique*. Economia, Política e Desenvolvimento. Volume 1, n. 3, pp. 113-131. 2010.

MARCH, James e OLSEN, Johan. *The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life*", en *American Political Science Review*: 78:734-749. 1984.

MARCONI, Marina & LAKATOS, Eva. *Metodologias do Trabalho Cientificam: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos*. 7ª Ed. 3ª Reimpressão. São Paulo Atlas. 2009.

MARTINELLE, Marcelo. *Mapas da Geografia e Cartografia temática*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MAZULA, Brazão. (Dir) *Democracia, Eleições e Medias: o caso das Eleições de 2004*. In Brazão Moçambique, *Eleições Gerais 2004: um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo, Imprensa Universitária 2006.

MINTER, William. *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Londres/New Jersey, Zed Books. 1994.

MOLINA, I. *Conceptos fundamentales de Ciencia Política*, Alianza Editorial, Madrid, 1998.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

NELSON, Richard, e SIDNEY Winter. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.

NEWITT, M. *A History of Mozambique*.Londres, C. Hurst & Co. 1995.

NICHOLS, J. *Social Survey Methods: A field Guide for Development Workers*. Oxfam, England. 1991.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. Editora. FGV, Viçosa. 2012.

NOHLEN, D; BERNARD, T; KRENNERICH, M. *Elections in Africa*. Oxford University Press. Eds. 1999.

NORRIS, Pippa. *Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems*. *International Political Science Review*, 18 (3): 297–312. 1997.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Nueva York: Cambridge University Press. 1990.

O'LAUGHLIN, Bridget. *A base social da guerra em Moçambique*. *Estudos Moçambicanos*, 10. 1992.

OPELLO, W. *Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s*. In *Journal of Southern African Studies* 2. 1975.

PATTIE, C.; JOHNSTON, R. *Putting Voters in their Place: Geography and Elections in Great Britain*. 1ª ed. Norfolk, UK: Oxford, 2006.

PAVIA, José. *O processo de Transformação Política em Moçambique, o Sistema Internacional e a Actuação de Portugal: da Independência à Dimensão Externa da Democratização (1974-1994)*. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão. 2006.

PEREIRA, Helena e QUONIAM Vicente. *O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional na Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

PEREIRA, João. *Comportamento Eleitoral em Marromeu*. Maputo. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Dissertação de Licenciatura. 1996.

PINTO, Jaime. *Jogos Africanos*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

PRODANOV, D. e FREITAS, D. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas de pesquisa e do trabalho académico*. Rio grande do sul-Brasil 2ª edição. 2013.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. RJ Editora FGV. 1999.

RADMANN, Alis. *Eleitorado Brasileiro: uma análise ao comportamento eleitoral*, Porto Alegre. 2011.

RAE, Douglas. *The political consequences of electoral laws*. New haven and London, Yale University Press, 1967.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

ROESCH, Otto. *RENAMO and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province*. Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines, Vol. 26, No. 3. 1992.

RØNNING, Helge. *Democracies, Autocracies or Partocracies? Reflections on what happened when Liberation Movements were transformed to Ruling Parties and Pro-Democracy Movements Conquered Government*. Maputo, 2010.

SÁNCHEZ, J.E.: *Geografía Política*, Síntesis, Madrid, 1992.

SANGUIN, A.L.: *Geografía política*, Oikos-Tau, Barcelona, 1981.

SANTIAGO, Serrano. *El nuevo institucionalismo en Ciencia política: perspectivas, enfoques y campo de acción*. In Instituciones e Institucionalismo em América Latina. Perspectivas teóricas y enfoques disciplinarios. Editorial del Centro de Investigaciones de Política y Economía Fcipec, Ecuador. 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília Editora Universidade de Brasília, 1996.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas partidários*. Tradução de Wlatensir Dutra, Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 1982.

SCHEPIS, Giovanni. *Sistemi Ellectoralì. Teoria, Tecnica, Legislazioni Positive*. Empoli, Editrice Caparrini, 1955.

SCHELOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua influência na participação política no Brasil*. SCIENCESpO. Opale. Observatoire Politique de l'mérique latine et des Caribes. 2006.

SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'ouest sous la IIIe republique*. Republicação. Paris, Imprimerie Nationale, 1995.

SILVA, Cleber de. *A Distribuição espacial do voto e suas possibilidades analíticas*. In: Fórum de Alunos do IUPERJ. (Org.). Cadernos de Sociologia e Política. 1ª ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002, v. 05/06, p. 7-25.

SOARES, G e TERRON, S. *Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.269-301.

SOIRI, Lina. *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. Maputo, Editora Konrad, 1999.

SOUZA, Carlos. *Geografia Eleitoral e Padrões De Competição Política No Estado Do Pará*. Tese de Doutorado. IUPERJ. 2006.

SOUZA, Maria. *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen E LONG - STRETH, Frank. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press. 1997.

TAVARES, José. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias*. José Giusti Tavares. Rio de Janeiro, Relume-Dumarã, 1994.

TERENCIANO, F.; MACUANE, J.; DE BRITO, L.; *Comportamento Eleitoral em Moçambique: Uma análise do voto Leal e a Persistência do Eleitorado de Mueda a Favor da FRELIMO (1994-2009)*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane. 2014.

TERENCIANO, F., SOUZA, C. *Democracia e Democratização na Africa Austral: Análise do sistema político e eleitoral de Moçambique e Zâmbia. Apresentação no 12º Congresso da Associação Argentina de Análise Política, Cidade de Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Setembro de 2015*.

TERENCIANO, F., SOUZA, C., ANDERSON, R., CAETANO, R., *Líderes de Opinião, estratégias de mobilização e comunicação Política do partido FRELIMO em períodos de Campanha Eleitoral em Moçambique: Um estudo de caso do distrito de Mueda (1994-2014)*. Artigo apresentado no Congresso ALICE, cidade de Belo Horizonte, 2015.

TERENCIANO, F., SOCORRO, M. *Dhlakama “SIM”, RENAMO “NÃO”: Dinâmicas das eleições gerais de 2014 na Região Centro do País*. Artigo Publicado na Revista IdeiaS. IESE. Maputo, 2016.

TERRON, Sonia. *Geografia Eleitoral em foco*. In: Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.2. 2012.

TOLEDO Jr., Rubens de. *O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil*. In: Geo Textos, (UFBA), v. 03, p. 171-183, 2007.

TRIGAL, Lorenzo; Del POZO, Paz. *Geografía Política*. In: El comportamiento electoral y los sistemas políticos. Madrid: Cátedra, 1999.

TSEBELIS, George (2002). *Veto Players: How Institutions Work*. Princeton: Princeton University Press.

TUROVSKII, Aleksei. *Geografia Política*. Moscovo: Moscú- Smolensk, 1999.

VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. New York: The Modern Library. 1899 [1934]

VINES, A. *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?*. Londres, James Currey. 1996.

WARE, A. *Partidos Políticos y Sistemas de Partido*. ISTMO. Série Ciência Política. Colección. Madrid-Espanã. 1996.

ZANFOLIN, Doraci. *Geografia Eleitoral: reforma política e uso do território brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH-USP: São Paulo, 2006.